

GLEICE TAMIRES GOMES DE BRITO

**O LUGAR E A IDENTIDADE QUILOMBOLA: UMA ABORDAGEM SOBRE O
PROCESSO HISTÓRICO DA IRMANDADE DO ROSÁRIO, EM RIBEIRÃO DAS
NEVES (MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Valter Machado da Fonseca

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

B862L
2021 Brito, Gleice Tamires Gomes de, 1992-
O lugar e a identidade quilombola: uma abordagem sobre o
processo histórico da Irmandade do Rosário, em Ribeirão das Neves
(MG) / Gleice Tamires Gomes de Brito. - Viçosa, MG, 2021.
1 dissertação eletrônica (164 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Valter Machado da Fonseca.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Geografia, 2021.

Referências bibliográficas: f. 151-160.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.036>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Quilombolas - Identidade racial - Ribeirão das Neves (MG).
2. Cultura afro-brasileira. 3. Cultura popular. I. Fonseca, Valter
Machado da, 1957-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento
de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 22. ed. 305.89608151

Bibliotecário(a) responsável: Renata de Fátima Alves CRB6/2578

GLEICE TAMIRES GOMES DE BRITO

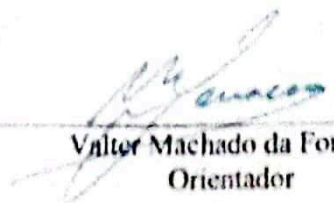
**O LUGAR E A IDENTIDADE QUILOMBOLA: UMA ABORDAGEM SOBRE O
PROCESSO HISTÓRICO DA IRMANDADE DO ROSÁRIO, EM
RIBEIRÃO DAS NEVES (MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 15 de outubro de 2021.

Assentimento:


Gleice Tamires Gomes de Brito
Autora


Valtor Machado da Fonseca
Orientador

Agradeço a todos que me acompanharam, não me deixaram desistir e tiveram muita paciência pra lidar comigo durante esses longos dias de escrita! Agradeço, sobretudo, ao Quilombo Irmandade Nossa Senhora do Rosário por ter me recebido de braços abertos, e as minhas mães Oyá e Osún, meu pai Oxalá, meu grande companheiro Esú e todos os Orixás que cuidaram com todo carinho do meu Orí durante esse (complexo) processo e por toda minha vida!

RESUMO

BRITO, Gleice Tamires Gomes de, M.Sc.. Universidade Federal de Viçosa, outubro de 2021. **O lugar e a identidade quilombola: uma abordagem sobre o processo histórico da Irmandade do Rosário, em Ribeirão das Neves (MG)**. Orientador: Valter Machado da Fonseca.

A comunidade acadêmica presencia no século XXI alguns debates sociais que evidenciam a precarização da vida em países como o Brasil, um território marcado pelo colonialismo. Existem temas que não são populares nos discursos da comunidade acadêmica contemporânea, entre estes nota-se ainda timidamente o desenvolvimento de pesquisas científicas, filmes, documentários e outros trabalhos sobre as comunidades remanescentes de quilombolas. O problema desta pesquisa consiste em compreender as resistências e desafios que os quilombolas enfrentam cotidianamente para a preservação da sua cultura no interior da sociedade contemporânea. Este trabalho parte da premissa de uma tentativa em ampliar os estudos envolvendo o lugar com a construção da identidade de um grupo étnico específico. Por esta ser uma pesquisa de natureza empírica fica definido que o recorte espacial escolhido para desenvolver esta metodologia se localiza na região metropolitana de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, no município de Ribeirão das Neves, que possui uma história muito particular. O objetivo deste trabalho é compreender quais as estratégias desenvolvidas pelo quilombo Irmandade do Rosário, localizado em Ribeirão das Neves (MG), para lidar com as mudanças espaciais da região. Esta pesquisa se encaixa nas metodologias de natureza qualitativa, utiliza-se os métodos científicos de levantamento de material bibliográfico, observação participante, análise de documentos, pesquisa em campo, entrevistas semiestruturadas e análise da linguagem oral. Pensar em uma concepção geográfica que fosse capaz de auxiliar, e não moldar, uma pesquisa de âmbito social, talvez tenha sido a parte mais difícil deste trabalho. De acordo com as leituras feitas sobre o tema, a escolha do pensamento decolonial para direcionar essa pesquisa, foi a escolha que mais se assemelha com proposta. Dessa forma, o intuito por trás desse texto é contribuir para as discussões sobre o cotidiano das comunidades quilombolas, assim como a cultura e a identidade formadas no seu lugar de abrigo.

Palavras-chave: Quilombos urbanos. Cultura. Identidade.

ABSTRACT

BRITO, Gleice Tamires Gomes de, M.Sc.. Universidade Federal de Viçosa, October 2021. **The place and the quilombola identity: an approach to the historical process of the Irmandade do Rosário, in Ribeirão das Neves (MG)**. Advisor: Valter Machado da Fonseca.

The academic community has witnessed in the 21st century some social debates that show the precariousness of life in countries like Brazil, a territory marked by colonialism. Some themes are not popular in the discourses of the contemporary academic community, among which the development of scientific research, films, documentaries, and other works on the remaining quilombola communities can still be noted. The problem of this research is to understand the resistance and challenges that quilombolas face daily for the preservation of their culture within contemporary society. This work starts from the premise of an attempt to expand the studies involving the place with the construction of the identity of a specific ethnic group. As this is empirical research, it was necessary to establish a specific community, therefore, it is defined that the spatial cut chosen to develop this methodology is located in the metropolitan region of Belo Horizonte, capital of Minas Gerais, in the municipality of Ribeirão das Neves, which has a very particular history. The objective of this work is to understand the strategies developed by the quilombo Irmandade do Rosário, located in Ribeirão das Neves (MG), to deal with the spatial changes in the region. This research fits into the methodologies of a qualitative nature, being necessary to use the scientific methods of gathering bibliographic material, participant observation, document analysis, field research, semi-structured interviews, and analysis of oral language. To think of a geographic conception that would be able to help, and not to mold, research of social scope, was perhaps the most difficult part of this work. According to the readings made on the subject, the choice of decolonial thinking to direct this research was the choice that most resembles the proposal. Thus, the purpose behind this text is to contribute to discussions about the daily life of quilombola communities, as well as the culture and identity formed in their place of shelter.

Keywords: Urban quilombo. Culture. Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Localização da Igreja Irmandade do Rosário.....	61
Figura 2 –	Igreja Nossa Senhora do Rosário.....	121

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
1. INTRODUÇÃO.....	10
1.2. Objetivo geral.....	17
1.2.1. Objetivos específicos.....	17
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	21
2.1. Formação dos quilombos brasileiros.....	27
2.2. Definindo o termo “remanescentes” de acordo com a legislação brasileira.....	38
2.3. A construção dos centros urbanos brasileiros.....	41
2.4. Geografias do cotidiano.....	46
3. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O QUILOMBO IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.....	56
3.1. Procedimentos metodológicos.....	59
3.2. A História do quilombo Irmandade Nossa Senhora do Rosário.....	61
3.3. A História do município de Ribeirão das Neves.....	67
3.4. Contextualização sobre o momento de escrita.....	69
3.5. Descrição das atividades acompanhadas.....	75
3.6. Um diálogo entre “O direito a cidade” e as ações da Irmandade do Rosário.....	91
4. A IDENTIDADE QUE SE FORMA ATRAVÉS DA CULTURA.....	103
4.1. Procedimentos metodológicos.....	105
4.2. Delineando um conceito de cultura.....	108
4.3. Algumas considerações sobre o processo de construção das identidades.....	113
4.4. Compreendendo sobre os aspectos culturais do grupo.....	119
4.5. O coral feminino Vozes de Campanhã.....	132
4.6. Identidade e Modernidade: realidades apresentadas por um quilombo contemporâneo.....	135
5. CONSIDERAÇÕES PARA REFLETIR.....	146
REFERÊNCIAS.....	151
ANEXOS.....	162
Roteiro de Entrevista.....	163

APRESENTAÇÃO

Ser uma “pessoa acadêmica” é algo engraçado, peculiar, no mínimo! Você pode escrever inúmeros textos científicos, fazer ótimas apresentações e prefácios sobre outros autores, mas quando é preciso falar sobre si mesmo, o que te levou a fazer determinadas escolhas, sobre o que é sua pesquisa e o que ela representa para você, parece que de repente tudo some, me parece que até esse momento, não consegui responder essas perguntas de maneira satisfatória.

Entretanto, durante o caminho de construção acadêmica, e não apenas neste momento, para os mais curiosos o processo de construção pessoal desperta na nossa consciência. Minha formação não me permitiria pensar somente no futuro e afirmar constatações imediatistas sem antes olhar para o passado. O meu passado, a minha história, minhas origens para então compreender algumas decisões vistas como quase ilógicas no momento em que foram tomadas. Para colocar em prática as noções investigativas que aprendi durante minha formação, não havia candidata melhor para uma experiência a longo prazo do que eu mesma.

Portanto, comecei a pesquisar sobre minhas origens conversando com meus familiares, ouvindo suas histórias, olhando fotografias muito antigas, percebendo a reação das pessoas a cada história contada, percebi a importância da história oral, principalmente para aqueles que esse recurso é mais acessível. Minha família vem de um quilombo, a Fazenda do Quilombo, ficava no município de Pedro Leopoldo no Estado Minas Gerais. Hoje, fisicamente já não existe mais, porém, se encontra presente na memória de minha avó.

O lugar em que ela nasceu e, antes disso, a sua família já se encontrava lá há um tempo. O motivo de terem ido parar lá nós não sabemos, apenas que estavam fugindo. A base de minha família é uma mistura de indígenas com pretos, eram pessoas muito ligadas a terra, plantavam o que comiam e carregam uma sabedoria das matas que, infelizmente por conta das necessidades que o mundo te obriga a suprir foram interrompidas.

Minha avó viveu na Fazenda do Quilombo até os nove anos de idade, foi quando a fazenda foi vendida e desapropriada e ela partiu para Belo Horizonte para trabalhar de empregada doméstica em uma casa de família tradicional, onde perdeu o contato com sua família. Quando conseguiu reencontrá-los, viveu com eles por um

tempo no quilombo da Irmandade do Rosário em Ribeirão das Neves (Minas Gerais), esse mesmo que escolhi como campo da minha pesquisa. Entretanto, é importante evidenciar que a escolha desta comunidade especificamente para ser parte integrante da pesquisa foi antes de saber sobre a passagem da minha avó e sua família por ela.

Se me perguntarem algo sobre essa feliz coincidência, certamente não saberei responder. Não vou partir para o lado mais místico das coisas da vida, mas gostaria de deixar registrado aqui que me sinto muito honrada por ter sido a pessoa que teve esse contato e recebeu tantas experiências agradáveis a partir desse conhecimento.

Por fazer parte do grupo de pessoas curiosas, a simbologia das ações, dos movimentos, os movimentos ritualísticos e tudo que isso representa sempre despertou meu lado investigativo. Quando comecei a ter contato com a cultura de matriz africana passei a me enxergar no mundo e, ao conhecer mais sobre os quilombos tanto em livros científicos quanto indo a campo, conhecendo os quilombolas, entendi a pluralidade das tradições e todas as possibilidades de conhecimento que uma comunidade pode oferecer.

Trabalhar com a cultura popular representa a intenção de capturar a essência que está na espontaneidade, um fato que parece desprezioso na teoria, mas na prática se mostra tão complexo por ser simples demais. Essa foi mais uma ocasião em que me vi completamente afetada na vida acadêmica pela minha história de vida pessoal, já que a arte e a cultura possuem um significado muito grande no meu processo de formação.

1. INTRODUÇÃO

A comunidade acadêmica presencia no século XXI alguns debates sociais que evidenciam a precarização da vida em alguns países como o Brasil, um território marcado pelo colonialismo. Um processo de construção pautado na exploração do ser humano. Um país marcado pelo atraso econômico, político e social, no qual percebe-se uma presença que manipula e oculta o acesso à informação para manter interesses políticos e pessoais.

Existem alguns temas que permanecem ocultos nos discursos da comunidade acadêmica contemporânea. Entre estes, nota-se ainda timidamente, pesquisas científicas, filmes, documentários e outros trabalhos sobre as comunidades remanescentes de quilombolas, introduzindo-as aos poucos neste mundo. Estes grupos, apesar de apresentarem além de números significativos, possuem uma pluralidade de questões e conceitos que podem contribuir para a construção de conhecimentos empíricos e subjetivos.

Este atraso pode e deve ser considerado um problema acadêmico, já que os quilombos brasileiros existem há pelo menos 300 anos. Idade razoável se considerado o tempo histórico de formação do território nacional que possui pouco mais de 500 anos, para ser deixado às margens da comunidade intelectual.

Ao pesquisar sobre quilombos, encontra-se uma pluralidade de conceitos que, além de escassos, transmitem a sensação de que o assunto ainda tem muito a ser pesquisado e compreendido. Apesar de todo esforço para que isso aconteça, muitas vezes os pesquisadores interessados são deslegitimados por colegas que alegam a falta de documentação comprovatória da existência dos quilombos, um costume bem europeu de realizar o registro dos eventos cotidianos, tudo deve ser escrito e carimbado em um papel, se não for assim simplesmente não é válido.

Nota-se a dificuldade de avançar, gerando a impressão de que houve um progresso quase insignificante sobre a compreensão e validação deste tema. Por isso, ressalta-se a importância de incentivar as pesquisas que estão sendo realizadas, com o intuito de produzir novos conhecimentos sobre os quilombos brasileiros e as contribuições destes grupos para a formação da sociedade.

A dimensão dos quilombos é mais abrangente do que se pode imaginar, até por não termos vivido o momento de formação das primeiras comunidades, é possível propor uma reconstrução de recortes da realidade e relacionar essas informações

com o que se encontra no presente. Realmente, pode ser complexo referirmos a esse assunto sem que surjam dúvidas acerca da existência dessas organizações, ligadas a romantização errônea muitas vezes depositada nas comunidades que ao menos são conhecidas pelos seus julgadores.

Sem contar com as pessoas que pertencem a uma comunidade de remanescentes de quilombolas e as que já estabeleceram algum tipo de contato com os mesmos, não são raros os momentos com situações em que as pessoas sequer saibam o que é um quilombo. Perceba aqui leitor, que os quilombos brasileiros parecem estar sendo invisibilizados da história mais uma vez. Primeiro das pesquisas científicas, e segundo, da sociedade civil na qual sua população também faz parte.

Sem falar dos julgamentos cercados de preconceitos sobre a identidade de um quilombola, assim como suas crenças, celebrações, modos de vida, enfim, as situações podem se repetir em diversas circunstâncias, todas elas ocorrem a partir de situações bem constrangedoras para o sujeito envolvido. Essas pessoas estão espalhadas por todos os ambientes, sejam as que trabalham com educação, ou não. Na verdade, isso não importa, o preconceito pode ser encontrado em qualquer lugar, onde até mesmo ninguém espera que ele exista.

No meio acadêmico não seria diferente. Portanto, para elaborar esta pesquisa é importante deixar evidente que as referências bibliográficas utilizadas foram cuidadosamente selecionadas. Os pré-requisito foram elencados pela intimidade e familiaridade dos autores com o tema a ser desenvolvido e principalmente, a seriedade com que eles levaram seus trabalhos. Bem como o respeito evidenciado nas escritas tanto com as comunidades estudadas, como com a ciência.

A reflexão que levou a essa seleção, e até mesmo a não inclusão de alguns textos sobre o tema nessa pesquisa, veio a partir da leitura de um fragmento escrito por Nascimento (In RATS, 1974, p. 95) ao relatar sobre suas experiências no meio acadêmico, quando foi questionada por um homem branco: “Disse-me ele que era mais preto que eu por ter escrito um trabalho sobre religião afro-brasileira, enquanto eu não usava cabelo afro nem frequentava candomblé”.

Se uma mulher, afro-brasileira, quilombola e historiadora não possui liberdade e credibilidade para tratar cientificamente sobre as suas experiências e de sua comunidade, que possui um grande valor e contribuição para a construção histórica e social do Brasil, quem mais teria? E este não seria mais um exemplo perfeito da

tentativa descarada de invisibilização das pessoas pretas no meio acadêmico e das comunidades tradicionais brasileiras que elas pertencem?

Compreender a realidade do outro provavelmente deve ser a tarefa mais difícil que o ser humano enfrenta. Principalmente se os seus valores foram estabelecidos de acordo com o pensamento que valoriza o indivíduo e não o coletivo, o homogêneo sem reconhecer o diverso. Os pensamentos são baseados na dualidade cristã onde só existe o que é bom ou ruim.

A ignorância disseminada pelos colonos europeus na construção do Brasil, primeiro enquanto colônia (séc. XVI a XIX) e se mantendo após a instauração da República (a partir de 1889), ainda pode ser sentida nas falas e atitudes violentas de parte da sociedade brasileira contemporânea. Não demorou muito tempo para que se formassem grupos de resistência como um tipo de resposta, dando origem a outros que lutavam como podiam contra aquele sistema econômico colonial e a colonialidade que dita as relações sociais.

Mesmo após a abolição da escravidão no ano de 1888, a manutenção do poder nas mãos dos descendentes dos colonizadores ainda é a nossa realidade econômica e social. Precisamos romper com essa concepção dualista que alimenta o imaginário social promovendo massacres diário aos não brancos.

O século XX nos trouxe avanços significativos para o modo como enxergamos a sociedade junto com novas possibilidades e dificuldades. Descolonizar o pensamento e começar a enxergar o outro sob uma nova perspectiva se faz necessário em meio as mudanças que passamos. É preciso normalizar as diferenças, até mesmo a palavra “diferente”, que nos remete apenas ao sentido pejorativo da palavra, em que o desigual também é desprovido de valor, é irracional porque não segue os preceitos dos modelos de sociedade civilizada ditado pelos europeus (QUIJANO, 2005).

Nascimento (2008) nos leva a olhar mais além, antes mesmo de cruzar o Atlântico, a autora ressalta que os *Kilombos* já eram formas de organização presentes no continente africano com diversas características, funções, ideais e crenças. Assim como as tribos indígenas que reconhecemos e admitimos serem os povos originários da América Latina, os *Kilombos* da África também existiam muito antes da chegada do europeu no continente. Esses grupos étnicos que muito subestimados, não

carregaram consigo bens materiais no movimento diaspórico, mas o que havia sido guardado na memória não foi possível de apagar.

Outros registros de bell hooks (2020) sobre o transporte de escravizados nos navios negreiros e as atrocidades em que eram submetidos naqueles longos meses, onde se viram obrigados a conviverem juntos pela primeira vez. A autora relata que os homens eram acorrentados em dupla pra dificultar as fugas, as mulheres eram tão aterrorizadas psicologicamente, estupradas como castigo pelo mínimo motivo de desobediência, e agredidas constantemente (sendo treinadas para obedecer) que não despertavam a preocupação dos colonizadores em prendê-las.

Ao analisar as condições em que se encontravam essas pessoas, os escravizados encontraram formas de começar a se comunicar ali nos navios, uma forma de linguagem que provavelmente não será possível ter o privilégio de conhecer. As circunstâncias levavam alguns grupos a acreditar que pular no mar e, literalmente se sujeitar a sorte do destino era melhor do que passar por aquelas torturas. Inúmeros morreram neste trajeto África-América.

Percebe-se que a passividade nunca esteve presente na história dos grupos colonizados. As ações de combate foram se diversificando conforme as circunstâncias exigiam, mas sempre existiu algum confronto frente as situações em que esses povos foram sendo submetidos. Essas decisões eram tomadas a partir das crenças em comum dos grupos que foram colocados juntos, a liberdade a partir daquele momento era um ideal maior e mais importante do que as diferenças que antes poderia ter sido o motivo de suas desavenças.

Para eles até a morte era melhor do que aceitar aquela submissão, uma mensagem que também pode ser identificada no livro de Ribeiro (1995) ao relatar sobre uma das reações dos indígenas, que era a capacidade de esperar a morte. Não o suicídio e nem o confronto, literalmente uma espera, a alma deixava o corpo como simbolizando a não aceitação de alguém tomando as decisões da sua vida por você.

Os quilombos do Brasil não surgiram em vão, não são comunidades criadas sem motivo, ao contrário disso são organizações que já existiam muito antes daquelas pessoas pensarem que um dia viveriam neste território. São grupos mais complexos do que aparentam, é necessário compreender muito além do que acontece após a

formação de um quilombo, mas também a sua origem que não se deu em solo brasileiro.

No entanto, compreender a dinâmica da sua pós-formação pelos povos que eram escravizados não pode ser deixada de lado, já que o sistema escravista não explorava apenas os povos africanos. Portanto, os núcleos de resistência que se formaram sob este contexto, abrigavam também os povos indígenas e os brancos pobres, nesses espaços conviver com as diferenças era fundamental para sobrevivência de todos.

Durante o período de formulação e levantamento de referencial teórico desta pesquisa, notou-se uma falta de textos científicos que tratam especificamente sobre esse assunto. Os quilombos brasileiros são uma parte importantíssima da História, trouxeram influências significativas no modo de vida, contribuições para o conhecimento popular e até mesmo alguns hábitos que foram inseridos na sociedade brasileira. Alguns deles datam mais de 300 anos de existência, e mesmo assim os estudos nessa área ainda são poucos e restritos.

Nesse sentido, a justificativa desta pesquisa consiste em contribuir com a discussão sobre os desafios e resistências que os quilombolas enfrentam cotidianamente. Como esses grupos lida com os desafios do meio urbano e periférico para a preservação do seu bem-estar enquanto pessoa, o reconhecimento da sua identidade, e contra a invisibilização de sua cultura na sociedade contemporânea?

Mais uma vez, ressalto neste texto sobre aquela sensação descrita anteriormente, de que são múltiplos os caminhos que um quilombo ou *Kilombo* pode apresentar, sua “forma” é bem maleável, se adapta as condições do presente.

Devido a particularidade do tema é importante ressaltar que a metodologia que foi construída para o desenvolvimento deste trabalho não é restrita, entretanto o resultado que encontrado no final do prazo estabelecido não será o mesmo se aplicado em outra comunidade, ou reaplicado na mesma num outro momento com outro contexto histórico.

Para contextualizar o momento de escrita, podemos começar com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019 se encontravam em território brasileiro 5.972 localidades quilombolas que estão distribuídas por 1.672 municípios. O que chama atenção aqui, é o fato de que o ano

de 2021 foi o primeiro em que o IBGE incluirá oficialmente os quilombolas como grupos pertencentes a população nos resultados apresentados pelo Censo.

Apenas essa demora de reconhecimento da instituição já caracteriza uma das principais negligências do poder público para com a população quilombola. Além disso, serve como introdução para compreender qual a dimensão deste problema, sem dúvidas é maior do que se é esperado.

A contagem estatística da população em geral deve ser utilizada para benefício da mesma, visando minimizar os impactos sociais a partir de políticas públicas que atendam as especificidades apresentadas pelas regiões e a sociedade entrevistada. Se os quilombolas não são registrados, apresentando quantidade de pessoas que se reconhece assim e as demandas enquanto parte da população oficial do Brasil, conseqüentemente, eles não são vistos, continuam à margem e não são incluídos no planejamento das políticas públicas.

Outro fator a ser destacado, é que os prestadores de serviço que fazem o Censo do IBGE ao aplicar os questionários para a população devem ser imparciais para não interferir nas respostas dos entrevistados. Portanto, não é feito nenhum tipo de trabalho com essa população para autorreconhecimento, seja de raça ou etnia.

Os números revelados ao final destas pesquisas provavelmente não serão capazes de representar a realidade dos quilombolas no Brasil, visto que neste território se identificar como preto ou qualquer outra forma que remeta ao afro-brasileiro e sua cultura é vista como motivo de vergonha e muitas pessoas preferem esconder sua verdadeira identidade para não se colocar em risco ou evitar algum tipo de constrangimento.

Ao visitar outras comunidades em encontros de descontração, assistir documentários que buscam retratar os diferentes modos de vida e ler outros trabalhos científicos e livros sobre o tema, percebe-se que o trabalho dos quilombolas para reverter essa prática de destruição se mantém firme e ainda mais diverso. As comunidades passam por problemas variados, mas de modo geral, encontraram como meio de avançar sobre esses problemas investindo no conhecimento das histórias dos grupos, fortalecendo sua identidade e trabalhando em coletivo.

Quando decidimos começar a tratar um problema, primeiro precisamos começar a falar sobre ele para compreender como o mesmo se formou e porque ainda

se mantém. Algumas questões foram abordadas pelas comunidades citadas nessas pesquisas apresentando problemas e soluções em comum.

Dos problemas relatados se destaca o constante movimento de invisibilização das pessoas pretas na sociedade; as consequências da política de tentativa de embranquecimento da população como a dificuldade do autorreconhecimento; assim como as péssimas condições de vida que foram submetidos.

Os grupos encontraram como solução passar dos mais velhos para os mais novos seus conhecimentos e tradições; estreitar as relações com a natureza promovendo também melhorias na alimentação das pessoas e tratamento de doenças. Existem inúmeras músicas, metáforas, estórias, poemas e outras manifestações que retratam a busca em se firmar e contar a versão real que nunca parou de ser construída, por mais que o Estado e a população civil continuem fazendo esse movimento contrário. É a partir deste conflito que surge a cultura e a religião como um meio de resgate e garantia da continuidade da identidade afrodescendente.

O nosso racismo estrutural definitivamente é um problema social que já extrapolou todos os limites aceitáveis de dignidade humana, desde o seu primeiro momento de execução. Já se passaram mais de 500 anos e ainda não foi possível reparar, uma pequena parte que seja, das consequências que as ações desumanas que o sistema escravista trouxe para nosso modo de enxergar os outros.

Por ser um atentado constante que promove a hostilização da vida da população preta e indígena no Brasil de maneira persistente, chega a ser exaustivo até mesmo falar, pensar, ler, acompanhar o noticiário e pensar sobre a situação atual. Pensando nessa perspectiva, a possibilidade de estar propondo soluções da maneira errada também pode ser atribuída a nós pesquisadores.

Como o intuito da pesquisa científica é contribuir para melhorias no âmbito social, algumas mudanças precisam ser promovidas na estrutura metodológica dos estudos, como um primeiro passo em busca de resultados diferentes e mais satisfatórios. Neste caso, essa pesquisa busca retratar as potencialidades que um grupo pode apresentar ao se deparar com as vulnerabilidades em que estão sujeitos no dia a dia.

Para que o tema fosse contextualizado de maneira satisfatória recorreu-se, principalmente, a História e a Antropologia. Por entender que ao tratar sobre assuntos que envolvam as relações sociais, é impossível isolar um conteúdo sendo que os

comportamentos grupais e individuais são justificados por uma sucessão de fatores históricos e culturais, de acordo com a particularidade de cada um e as experiências cotidianas.

Analisando apenas os problemas que foram expostos até o momento fica perceptível que é necessário ampliar as pesquisas e o conhecimento sobre essas culturas tradicionais que vem sendo forçadas a se perder. Temos consciência de que esse estudo não será capaz de abordar satisfatoriamente todas as possibilidades de aprendizado que um quilombo pode apresentar, mas que seja capaz de motivar novas pesquisas.

1.2. Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é compreender quais as estratégias desenvolvidas pelo quilombo Irmandade do Rosário, localizado em Ribeirão das Neves (MG), para lidar com as mudanças da região.

1.2.1. Objetivos específicos

- Discutir sobre a formação dos quilombos dentro da construção da sociedade brasileira do período colonial a contemporaneidade, enfatizando o processo de urbanização;

- Compreender as relações cotidianas do quilombo Irmandade do Rosário em meio as implicações que surgem dentro de uma região urbana e periférica;

- Evidenciar a cultura como ação norteadora e transformadora desempenhando a construção e o resgate da identidade no processo histórico da Irmandade do Rosário.

Após definir o objetivo da pesquisa, foi possível identificar que esta pesquisa se encaixa na abordagem qualitativa. Como considera Minayo (1993, p. 28):

[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. [...] O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seus significado são os focos principais de abordagem.

Esta metodologia surge inicialmente no campo da Antropologia e da Sociologia, contudo estudos apontam que nos últimos 30 anos este tipo de pesquisa ganhou espaço em áreas como a Psicologia e a Educação (NEVES, 1996, p. 2).

Godoy (1995, p. 62) enumera um conjunto de características, que ajudarão identificar pesquisas do tipo Qualitativa: (1) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; (2) o caráter descritivo; (3) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; (4) enfoque indutivo.

Seguindo as sugestões científicas, foram feitas visitas informais em algumas comunidades quilombolas urbanas, verificando com seus moradores sobre a possibilidade de proceder com os estudos sem causar transtornos a eles. Foi possível localizar uma comunidade tradicional que se encontra numa região urbana que, a princípio, foi idealizada para desenvolver atividades econômicas industriais. O recorte espacial escolhido para desenvolver esta metodologia está na região metropolitana de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, no município de Ribeirão das Neves, que possui uma história muito particular.

Apesar de existir há mais de 130 anos, o grupo só foi reconhecido como remanescente quilombola em 2015 pela Fundação Zumbi dos Palmares. Dentre as atividades culturais que são desenvolvidas no quilombo até hoje podemos encontrar: dois grupos de Congada, o Congo e Moçambique que se diferenciam pelas roupas e músicas; o grupo de coral Vozes de Campanhã, completamente feminino; festa junina e a Folia de Reis (SANTOS et. al., 2019).

É por estas e outras manifestações culturais que este quilombo urbano procura manter sua identidade e suas raízes. As comemorações são abertas para a sociedade e isso é uma forma de mostrar suas tradições, seus valores e formas de conhecimento e entendimento sobre o mundo.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, o primeiro passo foi promover uma revisão bibliográfica elencando os autores que pesquisaram sobre os quilombos brasileiros, revisando as teorias de acordo com as modificações temporais que foram se desenvolvendo neste espaço.

Há de se considerar que uma comunidade tradicional exige técnicas de pesquisa específicas para lidar com a realidade do grupo, portanto serão incluídas

algumas análises de fragmentos observados na história oral, presenciados em momentos de visita, durante uma caminhada, a espera de outra pessoa, etc., momentos de aproximação que revelam informações relevantes sobre a comunidade.

Neste sentido, para a elaboração desta pesquisa o texto foi estruturado abordando primeiro a introdução e apresentação do problema, justificativa, objetivos – geral e específicos - assim como a metodologia a ser utilizada. Após isso, apresenta-se três capítulos com o levantamento bibliográfico e análise das informações obtidas, organizados desta maneira:

A primeira seção foi planejada para apresentar uma análise resultante das pesquisas bibliográficas sobre a construção do Brasil como colônia baseada no regime de exploração escravista. A abordagem passa pela formação dos quilombos brasileiros enquanto núcleos de resistência desse sistema representando a possibilidade de uma organização social que não depende da exploração do outro para sua concretização.

Também foi feito um levantamento do processo de urbanização do Brasil e a organização deste espaço que foi planejado para promover a reprodução da segregação entre brancos e não brancos. Por fim, apresenta-se uma perspectiva de embasamento teórico orientado pelo pensamento decolonial, se alinhando ao lugar e ao cotidiano dentro da ciência geográfica.

A segunda seção consiste na apresentação sobre a comunidade, sua História de formação, o processo de construção do município e as transformações que o modo de vida urbano trouxe para a comunidade. Em seguida estão os relatos e reflexões, resultantes da observação participante no evento “Valorização e Empoderamento da Mulher Negra” organizado pela comunidade e aberto ao público. Para fechar o pensamento da seção, propõe-se uma discussão entre as observações levantadas por Lefebvre sobre o modo de vida nos espaços urbanos e fragmentos coletados nas entrevistas semiestruturadas com os quilombolas da Irmandade do Rosário.

Na terceira e última seção, foi retratado sobre o processo de construção das identidades com base nas constatações e direcionamentos da perspectiva decolonial sobre este tema. Após isso, foram descritos alguns aspectos das manifestações culturais tradicionais da comunidade, para demonstrar a impossibilidade de separação entre a formação da identidade desse quilombo com a cultura que preserva a memória.

A partir das reflexões levantadas ao longo do texto, foi apresentado um diálogo entre as constatações observadas sobre as experiências coletivas dos quilombolas e os fragmentos das entrevistas, questionando parte do ponto de vista defendido por Bauman, sobre a tendência de homogeneização da sociedade e do individualismo generalizado.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O referencial teórico apresentado nesta seção, tem como objetivo uma análise da construção social brasileira, que foi baseada na exploração entre brancos e não brancos. Neste sentido, recorreu-se aos estudos antropológicos e históricos que apresentam fatos e leituras importantes para compreender a organização da estrutura social desde o período colonial, quando foram estabelecidos os primeiros contatos entre os povos originários e colonizadores. Assim como as ações que demonstram a continuidade do regime de colonialismo que foi estabelecido no Brasil a partir da importação de pessoas escravizadas do continente africano.

Diante dessa disparidade social (bipolaridade entre comandantes e subordinados), surgem organizações planejadas para funcionar em um regime contrário a essa imposição. Os quilombos brasileiros foram estruturados para demonstrar que é possível ter um modo de vida que não se baseia na exploração do outro.

Além das possibilidades econômicas e políticas, os quilombos apresentam a valorização das culturas, intermediando os saberes das pessoas que integram a comunidade, resultando em um modo de vida que ao menos sabe conviver com o diferente. Neste sentido, apresenta-se nessa pesquisa alguns dos autores que buscaram relatar nos seus trabalhos as razões históricas que dão sentido a essa busca.

Césaire (1978, p. 12) analisa que: “Uma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que seu funcionamento suscita, é uma civilização decadente.” O autor dialoga com a necessidade de pesquisar outras perspectivas de vida, já que o colonialismo serviu para evidenciar que não é possível que exista apenas um valor/crença de humanidade, o que vem de encontro com os problemas relatados no desenrolar da sociedade do colonialismo.

Para estruturação deste trabalho a obra de Ribeiro (1995) trouxe influências na organização das ideias que começaram apenas como hipóteses distantes, ganhando mais veracidade na medida em que a leitura do livro “O Povo Brasileiro” foi se aprofundando, permitindo compreender, mesmo que pouco, as causas e as consequências decorrentes do modo no qual fomos colonizados.

No prefácio da obra “O Povo Brasileiro”, o autor ressalta que suas escritas tiveram início para satisfazer o seu incômodo em não encontrar uma teoria que abordasse nossa experiência histórica e explicasse assim o motivo no Brasil ainda não ter “dado certo”.

Ele parte em uma busca que durou mais de 30 anos, para sistematizar a história dos brasileiros de um jeito diferente, evidenciando os fatos que foram ocultados durante muito tempo, mas também que causavam estranhamento em outras pessoas, mesmo que inconscientemente.

Além dessa sensação de incomodo constante, quase irritante, existe o vazio, mas descrever com palavras ainda parece ser vago e sem fundamento. Considerando isto, consta a seguir alguns trechos do livro relevantes para compreender a origem dos problemas ressaltados e como precederam as relações sociais estabelecidas aqui durante e após o período colonial. Começando assim:

Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados a escravos. Nessa confluência que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo (apud Ribeiro 1970), num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. (RIBEIRO, 1995, p. 19).

De acordo com o autor, Portugal estava passando por um processo de avanço tecnológico e econômico ocasionados pela revolução mercantil. Eles estavam prontos para aumentar o curso das navegações e encontrar novas terras para serem exploradas e começar a implantação do sistema escravista que foi pensado como parte essencial do que viria a ser chamado de colonização.

A chegada dos navios europeus nas Américas ocorreu por volta do final do século XV, a igreja católica que acompanhava de perto esse processo nomeou o homem europeu em nome de Deus para ser o salvador daquelas almas que não conheciam sua palavra. Ao mesmo tempo que concedia a licença para que saqueassem as terras e escravizassem todos aqueles que eram contra a vontade divina.

Por ser pré-determinada como uma colônia, a sociedade brasileira foi planejada para exaltar e reproduzir a versão lusitana, baseada na tradição civilizatória da Europa Ocidental. Para os colonos aquela parecia ser uma oportunidade de enfatizar além do autoritarismo armado, um sistema político, econômico, social e ideológico, como ressalta Silva (2020) pensado exclusivamente para servir de engrenagem numa máquina que foi construída para manter o padrão vida europeu.

Nessa hierarquia social, quem exercia os trabalhos pesados na sociedade eram os chamados coloridos, substantivo depreciativo utilizado para tratar os indígenas americanos e os negros africanos. Esse termo já afirmava que o tratamento daquelas pessoas seria diferenciado pela cor da pele.

Após um longo período enganando e explorando os nativos do chamado Novo Mundo, ou América, a mão de obra começou a ser cada vez mais difícil de manter. Muitos indígenas conseguiram fugir, outros foram mortos por doenças trazidas da Europa, ou pelos conflitos que ficaram frequentes com o passar do tempo e a chegada de mais navios.

Os portugueses, insatisfeitos com a improdutividade que toda esta situação afetou em sua economia, buscaram novas alternativas para solucionar este “problema”. Partiram, desta vez em direção ao continente africano, em busca de novos corpos para escravizar e dar continuidade no desenvolvimento do projeto colonial (RIBEIRO, 1995, p. 43).

Essa busca deu início ao movimento conhecido como diáspora africana, descrito anteriormente nesse texto, com muitas consequências que foram desencadeadas a partir disto. Não somente a diáspora, este momento foi decisivo para a história da humanidade, deve ser utilizado sempre que necessário como base para análises sociais. Ao optar por continuar e aprimorar o sistema escravista para manter o projeto colonial, é compreensível que esta estrutura foi completamente baseada na subalternização, sendo uma escolha e não uma consequência dos fatos.

Ao focar as leituras nas atitudes desumanas que pregavam os europeus, o que pode ser percebido é que a tal barbaridade que tanto condenavam, na realidade era uma sombra deles próprios. Criaram a imagem de um monstro no imaginário popular, ele precisava ser controlado, caso alguém resistisse deveria ser castigado ou morto. Essa ideia era sustentada pela vontade de Deus, em fazer cumprir a ordem divina na terra.

As análises sobre a história dos continentes Asiático e Africano revelam as mesmas práticas de inferiorização das outras culturas, utilizando a religião cristã como respaldo e promovendo a devastação e o regime de escravismo, os europeus nessa altura se autodenominavam como os “salvadores do mundo”. No Brasil houve a prática de “demonização” da cultura indígena e africana, qualquer prática relacionada com essas matrizes desobedece aos conceitos de moral estabelecidos pelos cristãos.

Após se estabelecer no Novo Mundo e controlar completamente sua colônia, foram estabelecidas regras que a sociedade em geral deveria obedecer. Dentre elas, foi elegido por um minúsculo grupo de pessoas ricas e letradas que, o homem europeu, que além de ser pertencente ao povo enviado por Deus, ainda tinha o domínio das técnicas, por isso devia operar as atividades mais complexas, assim como continuar a disseminar as crenças e valores “corretos”. Ou seja, continuar com aquele projeto de dominação e subordinação social, só que agora religião e ciência se uniam para ajudar a manter os privilégios daquele grupo (RIBEIRO, 1995)

A igreja permaneceu ao lado do Estado e impôs um rigoroso controle da vida intelectual da sua colônia através da catequese, impedindo a expansão de qualquer ideia que fosse contrária a seus padrões estabelecidos (RIBEIRO, 1995). A ordenação social servia para o controle, que moldava as pessoas de acordo com as crenças culturais europeias, escapando alguns grupos étnicos com traços de origem indígena e africana que os colonos não conseguiram controlar.

Dentre os povos transportados para o Brasil na diáspora, vinham de diversas partes do continente africano. Ribeiro (1995, p. 113/114) os separou em três grandes grupos, compostos majoritariamente pelas nações dos Yorubás, Fanti-ashanti e Gegê. Quando chegaram ao Brasil ficaram sendo conhecidos como os Nagô ou Dahomey mircas, além de outros povos menores da Costa do Marfim, Serra Leoa, Gambia e Costa da Malagueta. Esses povos seguiam as culturas sudanesas.

O segundo grupo era composto pelos Peuhl, Mandinga, Haussa do norte da Nigéria, são grupos com influências culturais islâmicas, conhecidos no Brasil como Malês ou Alufá. O terceiro grupo, pelos Bantu do grupo Congo-angolês, corresponde ao atual território de Moçambique.

Uma das pesquisas realizadas sobre os grupos africanos que chegaram ao Brasil, Theodoro (2014, p. 65) afirma que aqueles que vieram do Sudeste da Nigéria conhecidos como nagô, eram uma nação muito rica em conhecimentos sobre as

tradições culturais, praticadas em diferentes reinos africanos. A cultura como era muito valorizada por esses povos, como foram os últimos a se estabelecerem no Brasil, conseguiram reproduzir alguns elementos básicos da sua organização de origem.

Os nagô são os principais responsáveis por contribuir para a preservação da cultura desta parte da África em território brasileiro através da instalação dos terreiros ou roças que representam além de elementos religiosos, aspectos e práticas de resistência à ideologia colonialista dominante. Representa também uma prática que visa formas alternativas, priorizando a heterogeneidade cultural (THEODORO, 2014, p. 66).

Esses três grupos descritos representam apenas uma parte das nações africanas, é necessário compreender que entre eles já existiam conflitos. Certamente, alguns desacordos também sobreviveram durante o transporte do Continente africano até chegar no seu destino.

Afinal, aquelas pessoas já existiam no mundo, tinham suas experiências e já haviam, pelo menos, começado a concretizar suas histórias na terra, assim como carregavam o pensamento de sua cultura, as memórias, os valores e as crenças, religiosas ou não. Com a colonização e esse rompimento das relações sociais existentes, houve no princípio uma intensificação dos conflitos que existiam entre aquelas nações.

Nesse momento, com o aumento da população escravizada, os colonizadores europeus se aproveitaram para impor novamente a sua cultura como berço da civilização mundial. Se colocaram como superiores aos povos da Ásia, África e América, para garantir a submissão utilizando como argumento a superioridade da raça (PORTUGUEZ, 2015, p. 108).

O padrão europeu, ou eurocentrismo, foi colocado em prática levando o mundo a acreditar que a cultura europeia era mais completa, civilizada e evoluída. Por isso, eles também se concediam o direito de explorar e escravizar outras etnias, assim como todas as suas riquezas, reinos, os bens materiais das pessoas e todos os direitos sobre as terras que tinham.

O processo de aculturação no Brasil é um fato importante para conhecer sobre as culturas que foram desenvolvidas neste território. A imposição pela aceitação da

cultura europeia como dominante foi apenas o início de uma sucessão de fatos que começaram como ações simbólicas e deram origem a ações concretas.

Além dos grupos de nações africanas diferentes que foram capturados e transportados para o Novo Mundo, existiam os povos originários e os europeus, todos convivendo nesse mesmo espaço e desempenhando funções diferentes. O contato entre essas pessoas fez com que as características culturais sofressem transformações graduais, como explica Ramos (1942).

Os estudos de Ramos sobre esse processo, levaram em conta as observações sobre a cultura afro-brasileira desenvolvidos por Nina Rodrigues no século XIX. A aculturação, ou sincretismo religioso, é o simples fato de um grupo religioso aceitar os traços culturais de outro grupo, seja em maior ou menor porcentagem (RAMOS, 1942, p. 9).

Esse processo, é explicado por Moura (1992, p. 35) como:

O conceito mais abrangente de *aculturação*, por seu turno, procurou explicar o comportamento atual do negro como sendo fruto do contato contínuo entre o dominador e o dominado, desejando o primeiro impor os seus padrões culturais e o segundo, imitá-los e absorvê-los.

Coexistiam o negro, o crioulo, o mulato, os aborígenes em suas subdivisões e os europeus. A aculturação, nesse caso, não ocorreu apenas em um sentido. As práticas culturais europeias também foram influenciadas pelas africanas e indígenas, mesmo que em menor grau. Ao invés de homogeneizar a sociedade, esse processo deu origem a novas religiões e a uma nova linguagem que foi se popularizando, para que a comunicação entre todos fosse possível neste território em construção.

Dentro das senzalas, Castro (2016) afirma que começou a ser construída uma nova linguagem, através da convivência entre indígenas e pretos que eram obrigados a aprender o português pronunciado pelos colonizadores, declarado idioma oficial deste território nacional. Os escravizados eram separados das outras pessoas de sua tribo e presos nas senzalas com desconhecidos, isso era feito para dificultar a comunicação e a organização de rebeliões.

Ao analisar a cultura como um conjunto de práticas e saberes de determinados grupos, que são passados de geração em geração, independente das crenças é o imaginário popular que alimenta e mantém os grupos. A partir disso, destacam-se dois pontos que chamaram atenção durante a leitura sobre a História do

Brasil, contada por perspectivas diferentes daquelas que podem ser facilmente encontradas em livros didáticos.

O primeiro aspecto foi a necessidade de desassociar o tempo a ideia de linearidade, esta é uma concepção que nos permite enxergar somente os acontecimentos passados por um ângulo rígido, rápido e que só considera uma direção. A partir dessas leituras, é possível entender que o tempo pode ser visto como um fenômeno subjetivo, desprendido, sutil e muito lento. Mais que isso, ele age como um intermediário entre passado, presente e futuro.

O outro aspecto que está relacionado mais indiretamente com o tempo, são as formas que o ser humano encontrou de materializar seus sentimentos, seus momentos e ideias mais importantes, para que sobrevivessem. No primeiro momento utilizam a linguagem oral, foi através dela que a troca de ideias entre aqueles escravizados fez surgir um interesse maior. A busca pela liberdade de corpo e pensamento se tornou o motivo de força maior e fez com que as diferenças entre as pessoas escravizadas fossem insignificantes no meio de um problema com dimensões gigantes e intensas.

Foi pela linguagem que aquelas pessoas começaram um dos maiores atos de descolonização do Brasil. Os escravizados começaram a organizar fugas coletivas e individuais, com o intuito de formar esses núcleos em meio as matas, em cavernas e lugares de difícil acesso, que foram se espalhando por todo território brasileiro. O ato de aquilombar, sintetiza o ideal de libertação que esteve e permanece presente no imaginário de todas as pessoas que foram e ainda são exploradas pelo sistema de colonialidade.

2.1 Formação dos quilombos brasileiros

Diante das condições impostas no Novo Mundo, os africanos e indígenas que sobreviveram ao escravismo encontraram um meio de resistir a esse sistema, construindo comunidades que abrigaram os fugitivos. Esses núcleos passaram a reproduzir formas de cultura, o modo de vida com crenças e valores que aquelas pessoas acreditavam ser essenciais para a contribuição da sobrevivência dos grupos.

Beatriz Nascimento, uma historiadora de prestígio, dedicou-se durante 20 anos (1971 a 1995 aproximadamente) a pesquisar sobre os quilombos brasileiros. A autora definia estes grupos como organizações sociais que tinham características

próprias, com sua hierarquia, tradições, cultura, valores sociais e sistema econômico. Para compreender como funcionava a dinâmica desses grupos, ela buscou a origem da palavra quilombo, que para nossa surpresa não tem origem no Brasil, já existia no continente africano.

Nascimento produziu um documentário chamado “*Orí*” (1989), que buscava transmitir uma nova compreensão entre os povos e culturas do Brasil. Ela também publicou diversos artigos e documentos sobre o tema, de acordo com a autora em África a palavra *Kilombo* tinha vários significados.

Em um de seus artigos, Nascimento (2008, p. 59) conta que no continente africano já se encontravam registros desde 2000 a.C. de comunidades que se organizavam de maneira diferenciada para garantir sua sobrevivência. Esse era o caso dos Bantos, povo que migrou pelos quatro cantos deste continente a procura de riquezas. Sua organização era tamanha que conseguiram se firmar como potência e até mesmo sobreviver juntos promovendo o equilíbrio de suas diferenças. Nascimento (2008, p. 59) explica:

A organização do mundo banto estava num nível tal de ordenação que, na época da chegada dos portugueses, todos os campos de interesse humano eram propícios à recepção de levas providas de regiões como a Europa: os campos político-administrativo, econômico (variadas formas de produção de bens comerciáveis), cultural, tecnológico e, principalmente, psicossocial (o da força vital). O *kilombo* sintetizava tudo isso, potencializado no indivíduo e no grupo de indivíduos territorializados em qualquer área, delimitada pelo espaço visível, invisível e, finalmente, cósmico.

No mesmo artigo, Nascimento (2008), também explica que o *Kilombo* poderia se referir a uma formação social desenvolvida pelo movimento nômade dos imbangala, uma sociedade de guerreiros que aceitava qualquer pessoa em sua sociedade desde que passasse por um ritual de iniciação.

Nesse caso seriam “*kilombo* os próprios indivíduos ao se incorporarem a sociedade imbangala” (NASCIMENTO, 2008, p. 60), ou até mesmo um lugar físico, como no caso da arena onde acontecia o ritual de iniciação ou um acampamento de escravos fugitivos. O *kilombo* até então era como uma instituição que centralizava um tipo de poder.

Nascimento (2008) explica que algumas tribos conseguiram se unir para combater as invasões dos portugueses durante o século XVI, o que deu início ao que

ficou conhecido como diáspora Africana pra sustentar o modelo econômico instalado nas colônias europeias, conhecidas como o “Novo Mundo”. Entender e conhecer os detalhes deste período histórico é de fundamental importância para compreensão de muitas questões que ainda estão carentes de explicação sobre a estrutura da sociedade brasileira.

A diáspora africana, que não se trata apenas do comércio de escravizados para as colônias americanas, começou antes da Era cristã, segundo os estudos publicados pela Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 2010, p. 875). Esse movimento de migração humana em massa sempre foi dividido entre pessoas que eram obrigadas a ir para algum lugar e outras que se deslocavam por vontade própria, o ponto em comum entre todas elas, era o trabalho, sendo este forçado ou não.

As pessoas africanas que migravam iam em direção as terras da Ásia Menor e ao Levante Mediterrâneo, Índia, Extremo Oriente, dentre outros lugares, mas foi na Europa que o comércio de escravizados se mostrou próspero e o número de pessoas de pele preta que se encontravam nos países trabalhando eram bem significativos (UNESCO, 2010).

Com a Expansão Marítima e o estabelecimento das colônias, os europeus viram uma oportunidade de aumentar os lucros com o transporte de africanos para servir de mão de obra nas terras novas.

Mais uma vez é importante ressaltar que existiam dois tipos de grupos migrantes: os que eram obrigados a sair de sua terra nativa para ir trabalhar em outro local, e os que saíam por vontade própria, portanto era comum ver africanos e indígenas trabalhando junto com os colonizadores, ajudando a conquistar as novas terras e render a população nativa (UNESCO, 2010).

Como mencionado nessa seção, Ribeiro (1995) ressalta que essa busca começou para manter o abastecimento das colônias nas Américas, mas o tráfico de escravizados africanos se mostrou ainda mais lucrativo que o projeto colonial. Expandindo e se consolidando como um novo tipo de comércio mundial, a quantidade de dinheiro envolvido naquelas transações serviu como combustível para impulsionar a busca por poder e o sadismo dos colonos.

Somente o Brasil “importou cerca de quatro milhões de escravos durante o período do tráfico, número que representa, como observamos, aproximadamente 38% do tráfico transatlântico” (UNESCO, 2010, p. 895). Foi o país que decretou por último e com resistência a Lei de Abolição da Escravidão, e mesmo após aderir continuou a importar escravizados. O comércio passou a ser ilegal e mais rentável.

Ao abordar brevemente sobre o conceito de espaço em seu livro *Atlântico Negro*, Paul Gilroy (2001) o utiliza para compreender sobre a diáspora africana. O autor explica que o espaço foi fundamental para aquela parte que sobreviveu as migrações. Foi o longo período vivendo dentro dos navios negreiros, chegando à colônia e convivendo nas senzalas, compartilhando aquelas situações de constrangimento que aquelas pessoas perceberam que precisavam conseguir se comunicar para sobreviver.

O fato de existir previamente a convivência dentro das senzalas proporcionou uma troca de conhecimentos e familiarização entre as pessoas, dando origem a características singulares das relações sociais e culturais que se desenvolveram nesses meios.

Gilroy (2001) antecipa que a visão do movimento de diáspora trouxe para a sociedade vai além do que consta nos livros de história, não nos informam que mesmo este fato histórico sendo tão triste, ainda trouxe um consolo para a sua população. Neste sentido, ao autor discorre:

Esta versão da diáspora é distinta, porque ela enxerga a relação como algo mais do que uma visão de mão única. Ela nunca ofereceu apenas uma resposta aos interesses, tanto acadêmicos como políticos, que tentaram negar as sobrevivências africanas, seus contágios e as influências da escravidão e para além dela. Esta abordagem das relações diaspóricas surge depois que a lógica cultural da combinação do tangenciamento e da complementaridade foi estabelecida por escritores entre os quais historiadores e antropólogos do “sincretismo” brasileiro foram extremamente preeminentes. (GILROY, 2001, p. 21).

As relações sociais construídas pelos escravizados nesses momentos destacados, passaram a ser baseadas no coletivo e não no individual e isto precisa ser reconhecido. Também devemos considerar que a enorme quantidade de pessoas importadas foi significativa para a construção das sociedades pertencentes ao Novo Mundo. Lembramos mais uma vez que estamos tratando de pessoas que tinham suas

histórias e crenças, naturalmente, suas influências culturais seriam introduzidas nos modos de vida que estavam surgindo ali.

Kabengele Munanga (2001, p. 27), foi outro pesquisador sobre o sentido da palavra *Kilombo* ainda em território africano e as características das comunidades que se denominavam assim. De acordo com o autor, na África esse conceito remete a uma associação de homens, uma sociedade guerreira capaz de derrotar seus inimigos, possuidores de grande disciplina militar, aberta a todos os interessados, porém os membros eram submetidos a passar por rituais de iniciação.

Já o quilombo do Brasil, denominado pelo autor como quilombo amadurecido, passa a ser uma instituição, cuja característica mais marcante é ser transcultural, ou seja, que recebeu contribuições de diversas nações como os Lunda, Imbangala, Mbundu, Kongo, Wovimbundu, dentre outros, em sua formação.

Munanga (2001, p. 32) afirma que os quilombos formados no Brasil foram reconfigurados sobretudo para se oporem ao modelo escravista. A proposta era estabelecer uma nova estrutura política, possível de unir os oprimidos pelos colonos, não se fechando as pessoas pretas, integrando os indígenas e até brancos pobres.

Para Nascimento (2014, p. 62), as semelhanças existentes comparadas entre os *kilombos* de Angola e a República dos Palmares, a primeira sociedade quilombola reconhecida no Brasil, são provas de que existe uma inter-relação entre as duas organizações. O que devemos ressaltar é que assim como mudaram as pessoas de lugar, suas prioridades também foram reestabelecidas, a adaptação do modo de organização social é o que chama atenção nesse caso.

Os quilombos ficam sendo conhecidos como a nova África, ou pelo menos uma oportunidade de recomeço, onde as pessoas poderiam manter o que era visto como interessante e proveitoso dos valores aprendidos na sua terra de origem. O que ocorre posteriormente com os outros quilombos é um distanciamento do primeiro modelo para que os novos grupos pudessem buscar meios de adaptação para suprir suas necessidades. Conforme foram se espalhando pelo território brasileiro, precisaram se adaptar aos novos aspectos geográficos, a caça e repressão, assim como a diversidade de pessoas que iam compondo os grupos.

Clóvis Moura (1981, p. 57) contribuiu para questões como a compreensão da História do negro brasileiro, suas pesquisas abordaram de maneira significativa a sociologia dos quilombos que aqui se formaram. Durante a formação das

comunidades, o autor registrou que os seus fundadores “convergiam elementos igualmente oprimidos na sociedade escravista: fugitivos do serviço militar, criminosos, indígenas, mulatos e negros marginalizados”.

No decorrer do tempo, o Brasil passou por diferentes ciclos econômicos baseados na exploração de matéria prima, passando pelos engenhos de cana de açúcar, até que no século XVIII começaram a explorar os metais preciosos na região das Minas Gerais.

O que todos esses ciclos econômicos de exploração tinham em comum era a mão de obra escravizada, levada aos montes e distribuída ao longo do extenso território pertencente ao Estado. Como consequência disto, surgiram inúmeros quilombos nas Minas, os corpos escravizados se revoltam com muita intensidade a ponto deste estado ter sido o segundo com maior número de quilombos do Brasil, o primeiro seria o estado do Maranhão (MOURA, 1981).

O quilombo é considerado por este autor como um elemento de desgaste do regime servil, não existia um padrão geográfico que determinasse as condições para sua existência, nem escalas, bastava existir escravidão. Como o modelo escravista era homogêneo no território brasileiro a formação dos quilombos passou a ser um fato natural que se estendia pelos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, dentre outros (MOURA, 1945, p. 87).

A proposta de desenvolvimento social do Brasil colônia foi atingida de maneira violenta pelos quilombos nas suas duas principais determinantes: a economia que visava o lucro pela mão de obra escravizada, e os valores sociais determinados pela igreja cristã que prezava pelo controle absoluto da população.

Como aponta Reis (1996, p. 18) os quilombos eram definidos pela Coroa “como ajuntamento de cinco ou mais negros fugidos arranchados em sítio despovoado.” Uma concepção estratégica para justificar qualquer denúncia recebida sobre grupos de pessoas pretas que conviviam em qualquer espaço livre. O crescente número de denúncias apavorou ainda mais os colonizadores, pensar no domínio social dos quilombos causou um desconcerto do regime escravista.

Lindoso (2011) nos mostra em seus estudos, que o homem é a única espécie capaz de produzir cultura, por ser um ser social a cultura passa a ser coletiva. Associando isto ao fato de que os quilombos são instituições que possuem a sua própria organização social e desenvolve assim suas características como afirmado

por Nascimento (2008), a construção da sua versão de cultura não seria deixada de lado neste processo.

A relação entre os senhores e os escravizados pode então ser considerada dialética pelo conflito de interesses existente ali. Onde o desejo de um seria escravizar corpos considerados inferiores a exercer um trabalho forçado, o outro luta para conquistar sua liberdade, ou seja, uma cultura antiescravista começa a se formar nesse momento.

Dessa maneira o quilombo passa a ser considerado pela coroa como uma afronta ao sistema, causando um abalo intenso nas estruturas de poder, uma vez que o sucesso dessas comunidades colocaria em risco a estabilidade imperial. Fica estabelecido que a punição para seus membros, os quilombolas, seria a degola. Posterior a isso, o que consta nos registros históricos relatados por Nascimento (2014, p. 64), foi a intensificação, ainda no século XVII, dos levantes regidos por diversos escravizados contra as estruturas dominantes.

Esse confronto constante entre Estado e Quilombos acabou gerando inúmeras revoltas que ficaram conhecidas e marcadas na História. Dentre elas podemos citar a Revolta da Chibata, Revolta dos Malês e a Balaiada. Todas acabaram promovendo um verdadeiro banho de sangue da população quilombola.

De acordo com Nascimento (2014, p. 61), o primeiro registro oficial sobre um quilombo no Brasil, consta nos documentos portugueses no ano de 1559. Não se pode confirmar se este teria sido o primeiro a se formar em terras brasileiras, mas é certo que a República de Palmares teria sido um deles. Essa comunidade havia conquistado muitos adeptos que conseguiram se juntar a ela, resistindo contra as pesadas investidas da coroa portuguesa em derrubar aquele império. Nascimento (2014, p. 62), observa que:

O estilo de guerra protagonizada por Palmares baseava-se numa máquina que se opunha em várias frentes aos prováveis inimigos da instituição. Assim, da mesma forma que o quilombo de Angola cortava transversalmente as estruturas de linhagem e estabelecia uma nova centralidade de poder em relação às outras instituições, Palmares também operava, no Brasil, esse corte transversal e a nova centralidade ante o regime colonial. Por fim, mais um fator que estabelece o nexos entre África e diáspora é o nome dual da instituição no Brasil: Angola Janga.

Maior que a semelhança entre os nomes, a ligação entre os *kilombos* do continente africano e os quilombos brasileiros está nessa relação direta entre as pessoas importadas nos navios negreiros que já faziam parte dessas organizações e vieram a se tornar os líderes e componentes dos primeiros núcleos formados neste território.

Os seus descendentes que foram concebidos já sob essas condições, adaptaram e repassaram os conhecimentos adquiridos, de geração em geração. A linguagem mostra, em mais um momento, sua importância para manutenção das organizações e valores sociais dos grupos.

De acordo com Abdias Nascimento (1978, p. 45) os primeiros movimentos de fuga organizados pelos africanos escravizados em direção as florestas, teve início nos Estados de Alagoas e Pernambuco. Dentre as primeiras comunidades formadas, estava o quilombo ou República dos Palmares, chegou a alcançar mais de 30 mil habitantes se dividindo em várias vilas organizadas em um tipo de corredor, se comunicavam e promoviam trocas de alimentos, objetos e experiências.

Abdias Nascimento (1978) ainda ressalta que em Palmares as terras pertenciam aos palmarinos assim como o que era produzido por eles através do trabalho coletivo. Desenvolviavam atividades relacionadas a agricultura de subsistência e aprendiam a arte da guerra para se defender de possíveis ataques futuros. Os quilombolas também promoviam ataques aos viajantes que passavam nas estradas próximas a comunidade, saqueavam as bagagens levando comida e outros objetos que achavam úteis.

Dentre os aspectos que compunham esta cultura quilombola, algumas especulações apontam para a prática da poliandria matrimonial. Uma espécie de acordo que permitia que as mulheres se casassem com até cinco homens, o cultivo das terras era agrícola e comunitário, o trabalho era supervisionado pelas mulheres, mas as pessoas que se negavam a exercer os trabalhos que eram distribuídos recebiam um castigo, as mulheres também participavam das lutas em defesa dos quilombos.

A poliandria permitiu que as mulheres gerassem muitos filhos de maridos diferentes, aumentando significativamente o número de nascimentos dentro das terras quilombolas e o trabalho exercido por elas com responsabilidade social pensando no coletivo, propiciaram os recursos que os quilombos necessitavam para se manter (LINDOSO, 2011, p. 105). Esses são apenas alguns dos valores sociais estabelecidos

pelos palmarinos e já é perceptível o quanto esse modo de vida poderia colocar em risco o sistema colonialista.

As informações sobre a República de Palmares são um tanto quanto incertas. Entretanto, é impossível deixar de reconhecer a importância que essa organização tem para o processo histórico social brasileiro. Algumas delas foram, segundo Reis (1996) a formação de milícias pelos capitães-do-mato, homens especializados na captura de escravizados fugitivos e destruição de quilombos. Além de denominar definitivamente como *quilombos*, essas comunidades.

Com o passar do tempo, a ideia de que um quilombo seria uma terra de liberdade não foi abandonada pelos africanos e seus descendentes, que ainda trabalhavam como escravizados no século XIX. O quilombo deixa de ser uma instituição e passa a ser um símbolo de resistência, isso redefine mais uma vez o seu significado. No século XX, passados mais de 300 anos do início desse movimento, ainda alimenta o sonho de liberdade na consciência da população que se sentia representada por este ideal. Neste sentido, Nascimento (2014, p. 71) complementa:

Por tudo isso, o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior auto-afirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema a que os negros estavam moralmente submetidos projeta a esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural.

Existiram tantas comunidades espalhadas pelo Brasil que realmente chega a ser difícil concretizar o registro de todas, principalmente das que não sobreviveram aos ataques da Coroa portuguesa. Entretanto, continuam presentes os que ganharam com o passar do tempo mais força, atingindo uma dimensão tão impressionante que, ainda nos tempos atuais, são reconhecidos e mantêm costumes, tradições e os valores construídos por eles.

Uma das comunidades contemporâneas que podemos citar como exemplo de resistências das investidas de destruição do exército português se encontra na região que ficou conhecida como o Norte de Goiás. Abrangendo três de seus municípios, as comunidades Kalunga são os maiores remanescentes do Brasil, o território ocupado por eles foi considerado como patrimônio cultural em 1991, embora alguns estudos

sobre a comunidade apontam que sua formação começou no século XVIII (LIMA E NAZARENO, 2012).

Em um artigo publicado por Lima e Nazareno (2012) sobre a comunidade, é no cotidiano, nas escolhas, ações e nas manifestações culturais que podemos ver a permanência da identidade quilombola. Aquele modo de vida surge na relação sociedade/natureza que permaneceu naquele território, os moradores optaram por preservar o Cerrado, (Domínio Morfoclimático da região), cultivam pés frutíferos em seus quintais e a agricultura de subsistência é a principal fonte de renda.

Os autores identificaram principalmente nas manifestações culturais e religiosas características bem específicas, que só a comunidade possui, “os Kalunga representam, ainda, por meio da festa, a experiência do presente com o passado, as tradições e a memória coletiva” (LIMA; NAZARENO, 2012, p. 117). Eles foram desenvolvendo essas particularidades de acordo com os acontecimentos históricos que marcavam a vida dos quilombolas, fazendo um tipo de mescla entre os ensinamentos cristãos e a vivência da comunidade.

De acordo com essa pesquisa de Lima e Nazareno (2012), apesar da maior parte dos Kalunga se considerar católico(a) e as festas da comunidade seguirem um calendário religioso feito pela população, são momentos de descontração, reunião entre amigos e parentes, uma espécie de troca onde são feitos planejamentos sobre o futuro do grupo. São momentos importantes para aquelas vidas, os autores descrevem no texto que as festas são aguardadas com ansiedade por todos. São os encontros entre passado, presente e futuro simultaneamente.

Fazer essas leituras de comunidades quilombolas que viveram no século XVI requer um cuidado especial dos pesquisadores e acompanhantes do tema. Não só por ser uma leitura densa em relação a quantidade e a qualidade dos conteúdos, que por sinal não são de fácil acesso. A interpretação do trabalho passa pelo distanciamento entre comunidade, pesquisador e leitor, assim a superficialidade pode surgir no pensamento de quem não aprofunda no conhecimento do tema.

Ao fazer uma leitura de comunidade quilombola, equívocos podem acontecer pela generalização, como se as comunidades devessem seguir uma forma universal, mas como isso seria possível se o tempo, as possibilidades e as adversidades são diferentes para cada um? O ideal de criação é o mesmo para todas, o que muda são essas formas materiais e subjetivas, a organização e a composição, o espaço mudou

com o tempo, as estruturas de poder foram se reorganizando, portanto, as comunidades que são maleáveis e vivem no presente, consequentemente reorganizaram suas prioridades.

2.2. Definindo o termo “remanescentes” de acordo com a legislação brasileira

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, os quilombolas nunca desistiram de concretizar aquele espaço de liberdade onde poderiam assumir a identidade e preservar a memória de seus ancestrais. Conforme o tempo foi passando, se fez necessário adaptar as comunidades de acordo com as mudanças ocasionadas na configuração do espaço, com isso, o conceito de quilombo também precisou ser reconfigurado.

Ilka Boaventura Leite (2010), escreveu um artigo sintetizando os acontecimentos que marcaram o conceito e a legislação brasileira. A autora registra que um silêncio sobre esse tema perdurou no Brasil entre as décadas de 1930/40, após isso voltou a ser falado publicamente, o motivo disto não é explicado satisfatoriamente.

Conduzindo os primeiros debates após o período de silêncio estava à Frente Negra Brasileira, que via nisso a possibilidade de resguardar a permanência das comunidades pela legislação. Ela não relata o motivo, mas novamente o silêncio voltou a se instalar forçando o assunto a ser esquecido pela população até que em meados de 1970, quase no final da ditadura militar o tema volta a ser comentado.

Pelo contexto de tensão proporcionado pelo autoritarismo e exagero da violência e da censura entre os anos de 1964 a 1985, quando se instaura o golpe militar no Brasil e na América Latina, o silenciamento foi motivado pelo contexto de repressão.

Não se atendo aos grupos quilombolas, o medo era um sentimento comum entre as ditas minorias sociais (lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, queers, intersexuais, assexuais e todas as demais existências de gêneros e sexualidades – LGBTQIA+ -, pobres, pessoas pretas que não eram necessariamente descendentes de quilombolas, acusados de comunistas, dentre outros), todas as pessoas que fossem contra os ideais do Estado.

Por todos esses anos umas das coisas que se manteve incessante foi o conflito existente desde a Era colonial até o Brasil contemporâneo, os motivos foram

reconfigurados. Leite (2010) organiza as informações tratadas em sua pesquisa a partir da década de 1980, até o momento de publicação do texto (2010). No fragmento a seguir o que estava sendo relatado era o contexto histórico entre esses anos de pesquisa e publicação. A autora informa que:

Nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, chamados negros, em todo o território nacional, organizados em associações quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade (LEITE, 2010, p. 334).

Diante das táticas do Estado de repressão com atos violentos de despejo, omissão da existência das comunidades e da segregação espacial promovida pela situação de vulnerabilidade social que as pessoas pretas se encontram no Brasil, os quilombolas buscaram se organizar reivindicando a sua importância na história e assim garantindo através de mudanças na legislação os seus direitos de propriedade das terras e melhores condições de vida.

O tema aparece oficialmente durante a Assembleia Constituinte de 1988 para legitimar a reivindicação dos quilombolas sobre o direito à terra, representando mais uma pauta da discussão antirracista entre o movimento negro e o poder público. Convém explicar que o termo remanescente, na língua portuguesa, significa “o que resta”. A interpretação leva a crer que aquilo que remanesce é pouco, tão pouco que pode facilmente chegar ao fim.

No meio desta situação, uma nova questão é colocada à vista, precisavam reconstruir a identidade do preto brasileiro, nesse momento o papel da ciência é de extrema importância para legitimar a ação do Movimento Negro (LEITE, 2010, p. 339). Para uma sociedade que sempre atribuiu as pessoas pretas, pardas e indígenas, estigmas depreciativos, reconstruir sua identidade não foi uma tarefa simples. Em meio as situações cotidianas, muitas vezes parece mais fácil para algumas pessoas, desassociar-se do passado para evitar constrangimentos em público ou outros tipos de perturbação.

Principalmente pelos fatores que foram descritos durante o período colonial onde os afrodescendentes eram considerados pessoas a-históricas, ou seja, aqueles que são negados a condição de ser humano, sem consciência, sem passado e sem futuro. Entretanto, as condições do momento contribuíram para ressaltar o

comportamento coletivo das comunidades, destacando dentro deles o sentido de solidariedade e reciprocidade como estratégia de sobrevivência.

Outra condição imposta pelo poder público para dificultar a posse das terras pelos quilombolas, usando o argumento de que para ser considerada uma comunidade tradicional, a mesma deveria se manter imutável as adversidades do tempo (LEITE, 2010).

Uma permanência que jamais seria possível para a continuação das comunidades. Conscientes deste ato de sabotagem, o movimento negro começa a buscar os elementos históricos que compõem sua identidade, é neste período que tem início efetivamente a compreensão sobre como as pessoas de cor ainda são vistas pelo restante da sociedade.

Finalmente, na promulgação da Constituição Federal de 1988, o artigo 68º define que para os remanescentes de quilombolas que estejam ocupando suas terras, devem ser reconhecidas como propriedades legalmente definitivas. Fica a dever de o Estado emitir o título de posse.

No ano de 2003, como um complemento da lei, foi validado o decreto de número 4.887, que garante a seguridade dos quilombolas a reprodução de atividades físicas, econômicas e culturais. Para que uma comunidade seja considerada quilombola, ou até mesmo indígena, os membros precisavam se auto identificar como quilombolas e provar através de documentos a relação com a terra e seus antepassados, provando a continuidade do grupo.

Os documentos são levados a Fundação Palmares que emite uma certidão de autorreconhecimento. Esta certidão deve ser apresentada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão que fica responsável pelo levantamento de informações que auxiliem na delimitação e emissão de um título coletivo de posse do território que pertence a comunidade.

Uma vez emitido, as terras ficam proibidas de serem vendidas ou penhoradas e os moradores não recebem nenhum tipo de ônus financeiro por isto. Caso exista alguma propriedade privada dentro das delimitações, o Incra deve ressarcir o proprietário para que ele desocupe as terras que vem a ser inteiramente dos quilombolas.

Existem também os chamados agrupamentos quilombolas, que além das exigências que precisam provar para receber a titularidade da terra, devem apresentar

como membros pelo menos 15 pessoas, estabelecer vínculos familiares ou comunitários entre as moradias, e as mesmas precisam apresentar uma distância máxima de 50 metros entre as casas.

Normas técnicas demais para analisar as comunidades tradicionais. É complexo estabelecer um padrão que possamos consultar para verificar num manual e decidir qual se encaixa ou não neste padrão. As mudanças ocasionadas pelo tempo foram bem sentidas e podem ser vistas nos espaços das comunidades, precisaram se adaptar e mudar suas estruturas para sobreviver.

Ao se deparar com este paradigma através dos trabalhos de campo realizados pelo poder público para cadastro da população, encontraram como alternativa a flexibilização da distância de 50 metros entre as casas dos moradores de agrupamentos quilombolas e indígenas. Esta atitude demonstra o quanto esses grupos são negligenciados e invisibilizados do contexto histórico social.

É preciso promover grandes estudos para estabelecer uma contextualização histórica segura dos quilombos brasileiros e entender a realidade que se encontram atualmente, para então promover políticas públicas menos superficiais.

As pesquisas de Brasileiro (2018), revelam uma parte da dicotomia que existe entre os quilombos contemporâneos. Existem no mínimo dois tipos de comunidades, as urbanas e as rurais e como indica na própria nomenclatura, as diferenças são definidas pelo tipo de área e o modo de vida do grupo retratado.

Os Quilombos Urbanos são reconhecidos pelas práticas culturais que o grupo desempenha, estão relacionadas ao espaço geográfico que habitam, onde podem manter as tradições dos seus antepassados. Os quilombolas também tem acesso a cursos d'água e terras férteis, o que garante o sustento e comercialização de bens alimentícios ou artesanais (BRASILEIRO, 2018, p. 65).

Por outro lado, o Quilombo Urbano já possui outras especificações e isso pode dificultar, para os leigos sobre o assunto, o reconhecimento das organizações. Essas comunidades são identificadas por grupos que, por diversas circunstâncias, precisou se deslocar procurando novas regiões de moradia, ou foram alcançados pela especulação imobiliária, sendo empurrados para os bairros periféricos dos centros urbanos (BRASILEIRO, 2018, p. 66).

As denominações espaciais não estão associadas apenas a nomenclatura das comunidades. Por trás disso está o processo histórico de formação de cada

quilombo brasileiro, que revela as suas particularidades e dão sentido a continuidade dos grupos que chegaram a remanescente.

O grupo retratado neste trabalho faz parte daqueles que foram alcançados pela modernização do espaço. O lugar de quando o grupo se formou era considerado rural, atualmente, no século XXI é reconhecido por ser urbano. Tais mudanças contribuíram para a construção do modo de vida desta população remanescente, que precisou se adaptar a esse espaço. Entretanto, para compreender as particularidades que o grupo apresenta, é necessário consultar antes sobre a urbanização brasileira e as implicações que esse processo trouxe para a sociedade, nesse caso especificamente os quilombolas e seus descendentes.

2.3. A construção dos centros urbanos brasileiros

Para compreender as dinâmicas que se formaram durante e após a reconfiguração do espaço e do sistema econômico brasileiro, é preciso recorrer mais uma vez a História nacional. Entretanto, a versão contada por uma perspectiva diferente.

O Brasil possui particularidades interessantes que precisam ser analisadas, uma delas é o seu processo de construção como território nação. O país foi planejado desde o estabelecimento dos colonos europeus para ter pequenos centros urbanos que facilitariam o comércio. O interesse era conseguir obter lucro de todas as formas possíveis, anulando a vida social.

De acordo com Ribeiro (1995, p. 193) as cidades do Brasil começaram a ser construídas precisamente no século XVI. Com características peculiares como elementos rurais e citadinos, indicando uma separação predeterminada das funções que cada porção do espaço desenvolveria a partir daquele momento. Mais do que em qualquer outro momento, foram espaços destinados majoritariamente as trocas de mercadorias.

No entanto, a abolição do sistema escravista em 1888 fez com que os centros urbanos, inicialmente da Bahia e Rio de Janeiro, se enchessem de escravizados libertos que não tinham moradia, estudos ou emprego, pois uma parte significativa foi dispensada pelos seus senhores. Foram formados os então conhecidos núcleos africanos, posteriormente denominados como favelas (RIBEIRO, 1995, p. 194).

As favelas urbanas foram motivadas por outros acontecimentos além dos citados anteriormente. Alguns grupos, majoritariamente formados por pessoas pretas, precisaram migrar de seu lugar (provavelmente obrigados), outros foram alcançados pela modernização e especulação imobiliária. Em meio a essas situações de vulnerabilidade, aquelas pessoas viram como defesa se agrupar, dando início aos bairros periféricos atuais (BRASILEIRO, 2018).

A partir do momento descrito, uma nova configuração do espaço começou a tomar forma. Não de maneira tão rápida, mas trouxe transformações importantes sobre a organização espacial e social do Brasil. Dessa vez relacionado ao cenário global Ribeiro (1995, p. 194) informa que a Europa passou, durante a transição entre os séculos XIX e XX, por uma crise de desemprego. Parte de sua população pobre partiu, deixando o país de origem em busca de melhores condições de vida.

Um dos países escolhidos por estes europeus desempregados foi o Brasil por causa das políticas públicas ofertadas pelo Estado (preço mais barato de terras, incentivos fiscais, facilidade em conseguir empréstimos, dentre outros), muitos permanecendo definitivamente, sobretudo nos estados de São Paulo e na região Sul do Brasil. Assim como aqueles transportados na Diáspora Africana, essas pessoas também carregavam com elas suas tradições, isso incluía conhecimentos nos modos de produção, que foram ouvidos e bem aceitos pelo poder público.

A recepção calorosa foi justificada pelo argumento de que na Europa já haviam começado o movimento que conhecemos hoje como Primeira Revolução Industrial, alcançando conhecimentos que seriam de grande valor para o crescimento econômico. A vinda de imigrantes europeus e o processo de industrialização acrescentou a lista de consequências para a sociedade brasileira.

Foram intensificados os monopólios de terras, os cultivos de monocultura, assim como a desigualdade social entre classes. E o início da modernização das máquinas, do território e da sociedade só começou a ser visto no Brasil em 1970 segundo Miguel e Ortigaz (2012, p. 2).

Outro fator decisivo para definir a dinâmica espacial do meio urbano foi o êxodo rural, migração de um grande número de pessoas da área rural para a urbana. Essa foi uma das consequências da modernização da agricultura, promovida em sua maioria pelos imigrantes europeus, como citado anteriormente. Esse movimento de

peças ocorreu mais precisamente entre as décadas de 1940 a 1980 como informa Miguel e Ortigaz (2012, p. 2).

Os centros urbanos não estavam preparados para receber essa quantidade de pessoas tão rapidamente, essa migração em massa gera um aumento no percentual de desempregados, mercado informal e violência urbana. Dentro disso apresentaram problemas de infraestrutura como o fornecimento de serviços da saúde, saneamento básico, transporte público e habitação, que fosse capaz de atender a todos (MIGUEL; ORTIGAZ, 2012, p. 2).

Os trabalhadores e desempregados passaram a ser moradores dos centros urbanos, por ser perto de seus empregos nas indústrias e casas de patrões. Começaram a construir suas habitações em amontoados, no estilo cortiço, vivendo em condições precárias. Boulos (2012, p. 26) relata que até então as periferias, entende-se aqui as regiões geográficas mais afastadas dos centros urbanos, não existiam.

O autor complementa afirmando que, a burguesia (classe social dominante no mundo contemporâneo), se sentiu incomodada com a situação em que se encontravam as cidades, sem uma divisão física, como uma barreira invisível, que delimitasse onde os pobres deveriam ocupar após cumprir sua jornada de trabalho.

Decidiram importar uma política de saneamento social, também conhecido por alguns autores como “higienização” dos centros urbanos. Os moradores pobres foram expulsos dos centros urbanos, sendo obrigados a se alojar nas periferias geográficas, que por coincidência, estava com lotes clandestinos mais baratos, disponíveis para compra (BOULOS, 2012, p. 26).

A partir disso, aquelas pessoas que já se encontravam na região urbana como os ex-escravizados, pobres, desempregados e migrantes que já conviviam nos cortiços dos bairros centrais, passaram a habitar os bairros periféricos e as favelas.

Esse processo passou a ser reconhecido como “higienização da população” segundo Gizêlda Nascimento (2014, p. 50). O projeto de planejamento urbano desse período apresentava além de interferências nos espaços físicos o controle da natalidade, a segregação daquelas considerados inaptos para a reprodução, ou seja, os não brancos estavam proibidos de se relacionarem e gerar descendentes pretos e mestiços.

Gizêlda Nascimento (2014, p. 50) aponta essas ações como meios de perpetuar a implementação da eugenia da raça branca, na qual a higienização deve ser interpretada como “limpeza do sangue e embranquecimento da população, pois quando se trata de melhorar uma raça (como se no Brasil houvesse raça pura) não se cogita avermelhá-la, amarelecê-la, ou enegrece-la; o branco é o parâmetro, a verdade única e indiscutível.”

Os estudos de Lélia González (2008, p. 30) apontam que esse processo se deu inicialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, e além de reafirmar os problemas de infraestrutura que já se apresentava nos centros, ainda trouxe um aumento da mortalidade infantil e altos índices de evasão escolar. A autora ainda ressalta o fato de que a maior parte da população trabalhadora era constituída por pessoas pretas.

Ambos os grupos se sujeitam a trabalhar nos empregos mais subalternizados, dando continuidade, de maneira adaptada, ao sistema escravista servindo as elites da sociedade moderna. Podemos perceber que esta estrutura bem hierarquizada se manteve desde o período colonial (RIBEIRO, 1995, p. 198).

Os problemas dessas pessoas não se limitavam aos aspectos precários de infraestrutura, reconhecidos por estarem em situação de vulnerabilidade econômica, passam a ser estigmatizados como marginalizados sociais.

Para contextualizar o processo contemporâneo, Santos (1970, p. 75) define que para uma determinada área do espaço urbano seja considerada como uma favela, é necessário observar outros critérios. Estes não se reduzem apenas ao fator socioeconômico dos moradores que nela habitam.

O critério fundamental para essa análise é a pouca integração e inserção das pessoas que se encontram nas camadas mais pobres de uma cidade no processo de modernização tecnológica. Sendo assim, o seu acesso a certos bens do consumo e a informação são bem restritos.

Campos (2010, p. 63) explica que as pessoas que habitam as periferias são consideradas como perigosas por serem diferentes, é aquele que mora do outro lado da cidade, em um lugar diferente, que representa uma classe diferente, o desconhecido que a burguesia prefere manter assim. O autor chama atenção para o fato de que a favela é composta por diversos atores sociais dentre eles se misturam

os “brancos, paraíba e baianos”, o que existe em comum entre eles era ser pobre, mas o preconceito racial predomina a situação quando o ser é negro e favelado.

Essa maneira pejorativa de associar, mesmo que inconscientemente, pessoas pretas como ameaças vem do processo histórico de formação da sociedade brasileira. O negro antes visto como escravo, aquele que nasceu pra servir, hoje representa aquele que nasceu para ser pobre, ou seja, mudam-se os nomes, mas as formas e as funções continuam as mesmas. Por ser associado a pobreza, certas pessoas estranham quando uma pessoa preta é vista em determinados lugares.

Essas medidas se transformaram em mais uma guerra contra os pobres marginalizados em proporções tão intensas, que os problemas sociais que antes não eram poucos se multiplicaram ainda mais, dando origem a novos problemas, renovando esse ciclo. Por outro lado, não vemos esforços por parte do Estado em ao menos propor alguma solução real que não acabe num banho de sangue e extermínio da população pobre brasileira.

O extermínio da população preta, mestiça e indígena continua atingindo as pessoas tanto em âmbito físico, quanto psicossocial. Ribeiro (1995, p. 205) chama atenção para o início do movimento de deculturação, presente na vida dos trabalhadores pobres que faziam parte das populações urbanas naquele período.

Esse autor explica que essa ação surgiu em meio a necessidade de construir uma imagem da identidade do brasileiro e consistia numa identidade nacional que representasse uma população adepta do estilo de vida baseado na Europa, com todas as características que julgavam adequadas para uma sociedade digna de ser chamada de civilizada. E isso, certamente não incluía pessoas pretas, mestiços e indígenas.

Como a formação do Brasil se deu, a grosso modo, pela junção de punhados de grupos que já pertenciam a outras culturas, tinham outros hábitos, viviam de outra maneira, era preciso apagar toda essa memória que já havia sido construída para dar lugar as manifestações e celebrações que atendiam aos interesses daqueles que agora comandavam a toda essa população.

A igreja católica mais uma vez se encontrava presente tomando a frente das decisões que envolviam a moral da vida pública, assim construíram um calendário com datas comemorativas para celebrar aquilo que consideram importante para religião, que a população deveria seguir cegamente.

Nesse período de construção da vida urbana e da identidade nacional, a burguesia em meio aquelas políticas de saneamento ambiental, tentou implantar um outro tipo de

“limpeza” social. Existe nesse momento o início das discussões sobre a democracia racial, segundo os estudos de Nascimento (2008, p. 51), a ideia de sanear significava limpeza do sangue. Começaram a ser divulgadas ideias que defendiam o embranquecimento da população, as relações sociais passaram então a serem determinadas pelo fato de que tudo o que dizia respeito a “ser branco” era melhor.

Esse ato foi sentido nas dinâmicas espaciais, políticas, educacionais, psicossociais, na distribuição espacial, na saúde, cultura e lazer e os infinitos âmbitos em que as relações sociais podem alcançar. A democracia racial não é apenas um mito, é uma forma degradante de fazer qualquer pessoa que não seja branca se enxergar como suja e indigna. Uma justificativa bem planejada, introduzida na sociedade por todos os lados. O sujeito a-histórico da época da escravidão permanece no subconsciente dos seus descendentes.

Com o passar do tempo a situação foi se intensificando cada vez mais, resultando assim “numa população de cultura arcaica, mas muito integrada, em que um saber operativo se transmitia de pais a filhos e em que todos viviam um calendário civil regido pela Igreja, dentro de padrões morais bem prescritos.” (RIBEIRO, 1995, p. 205).

Por mais que esse movimento de deculturação tenha dado certo de alguma maneira, os grupos urbanos buscam através das culturas populares, fugir da realidade imposta a eles pelo Estado. Essas atividades podem ser consideradas também uma das medidas que as pessoas encontraram de sobreviver em meio ao caos urbano, algumas acabaram evoluindo para manifestações políticas que retratam o cotidiano dessas pessoas as dificuldades por eles enfrentadas e as felicidades de pequenas conquistas que não passam despercebidas.

2.4. Geografias do cotidiano

Pensar em uma concepção geográfica que fosse capaz de auxiliar e não moldar, uma pesquisa de âmbito social, talvez tenha sido a parte mais difícil deste trabalho. As categorias de análise espacial tendem a evidenciar o conflito, ou a

romantizar a ponto de ficarem desinteressantes e superficiais as pesquisas desse tema. Sem desmerecer os trabalhos que foram feitos considerando essas áreas do pensamento, o problema está na formulação das metodologias que na ciência geográfica são ainda contaminadas pelos pensamentos e valores europeus.

É necessário repensar o modo como utilizamos essas referências eurocêntricas para estudar realidades tão distantes deste continente. As condições em que se encontram de subalternidade vão além do físico, colonizaram também nossos pensamentos e nos mantemos inertes a isso por um longo tempo.

É tempo do pesquisador latino-americano se interessar mais por sua história, compreende-la, aceita-la e buscar nisso pontos necessários para prosseguir e construir nossa história de independência. É tempo de nos voltarmos a nossa realidade onde, devido as condições de construção, não somente do Brasil, mas da América, por mais que tenha sido de forma subalterna, ainda conseguiu transformar adversidades em potencialidades de vida. Seguimos buscando nossa emancipação total.

No período contemporâneo, onde a troca de informações se tornou uma constante, começamos a conhecer novos pontos de vista. Um grande movimento começou a se formar a partir de questionamentos em comum de pesquisadores dos países colonizados. Assim como pontua Silva (2020, p. 56) em sua pesquisa:

É diante dessa maneira de construir a narrativa da história da humanidade que começam a surgir questionamentos, uma vez que é preciso considerar a existência de outras civilizações e culturas que também vêm sendo importantes ao longo da história e estão fora do eixo eurocêntrico e etnocêntrico.

A autora destaca que os estudos de outras áreas do pensamento como a Antropologia cultural, já se encontram em debates bem avançados sobre o tema. Surgiram então informações novas sobre pesquisas concretas à cerca de outras culturas e isso nos possibilitou enxergar a existência de comunidades milenares que antecedem a civilização europeia, são novos pontos de vista que precisam ser considerados com urgência.

O primeiro a publicar uma teoria de descolonização do pensamento oficialmente, e sugerindo a utilização dessas palavras foi Aníbal Quijano, na década de 1990, com o texto “Colonialidade do Poder”, onde o autor levanta críticas sobre a ordem hegemônica europeia ou ocidental.

O autor ressalta sobretudo a dominação cultural, intelectual e econômica capaz de moldar e distorcer a realidade a favor do sistema colonial. Mesmo após o seu fim em termos legais, se manteve o domínio do conhecimento e da produção do mesmo presente até a atualidade). Ou seja, essa organização foi capaz de domesticar até as subjetividades, produzindo identidades mundiais baseadas em uma só: no homem, branco e europeu (QUIJANO, 2005, p. 121

No início deste capítulo levantamos alguns fatos importantes sobre o modo de operação, durante a chegada dos europeus ao Brasil; depois no deslocamento para o continente africano em busca de novos povos para escravizar e início da Diáspora Africana; assim como as ações e o tratamento resultantes das (re)configurações do sistema escravista.

Em todos os momentos a raça foi utilizada para justificar todas essas ações. Essa justificativa não foi utilizada somente no Brasil, mas em todas as colônias que foram formadas pela Europa, com o total apoio da Igreja Católica para fundamentar suas ideias de superioridade.

As diferenças fenotípicas foram aplicadas para promover a hierarquia dentro da sociedade, onde quanto mais escura for a sua pele menos humano você é e isso deveria tornar qualquer pessoa que não fosse branca passível de ser explorada. Sobre a organização social, Quijano (2005, p. 117) explica que:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol* e *português*, e mais tarde *europeu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

Refletindo sobre esses fatos, constatou-se que todos os nossos valores, todas as nossas crenças, a nossa percepção da realidade, os nossos julgamentos sobre o outro e sobre nós mesmos, são formulados considerando um ponto de vista que se manifesta efetivamente contra tudo o que não segue seus princípios. Espalharam pelo mundo uma cultura que colocava os não brancos como inferiores, seres aculturados e desprovidos de qualquer tipo de humanidade e sabedoria, todas as suas ações

foram ridicularizadas para que essas pessoas e seus descendentes se mantivessem em posições socialmente desvantajosas.

Esta discussão dentro da concepção construída pelas Ciências Humanas, a partir destes apontamentos, deu início a duas linhas de pensamento conhecidas como movimento decolonial/descolonial do saber. As diferenças da escrita das palavras também carregam distinções nos significados, não cabe a esse trabalho ressaltar quais são e nem o motivo do surgimento, mas é nosso dever nos posicionar.

De acordo com as leituras feitas sobre o tema a escolha da palavra decolonial se assemelha mais com essa proposta, assim como ressalta Mignolo (2008) em sua pesquisa, o pensamento decolonial propõe ampliar os objetivos e o marco do projeto colonial. O autor chama de “marcha” no sentido de dar início a um movimento, a ação de enxergar a modernidade como projeto colonial europeu, assim como começar a reconhecer as consequências desse pensamento até então soberano, que prega pelo progresso acima de tudo e todos.

Mignolo (2008, p. 27) afirma que o pensamento decolonial pode não ter surgido oficialmente na América, outros continentes como a Ásia e a África já haviam começado a pensar em contrapartida com o império britânico.

A constante busca pela manutenção do poder começou a ser criticada e vista com outros olhos, podemos citar como exemplo Franz Fanon que em suas pesquisas já promovia uma nova visão da realidade ao conseguir desmistificar os corpos das pessoas pretas e reverter o papel de subalternização das mentes para que não exista mais essa hegemonia do poder definindo o que é ou não conhecimento de fato.

Nessa perspectiva, Mignolo (2008, p. 30) considera:

El giro decolonial es la apertura y la libertad del pensamiento y de formas de vida-otras (economías-otras, teorías políticas-otras); la limpieza de la colonialidad del ser y del saber; el desprendimiento de la retórica de la modernidad y de su imaginario imperial articulado en la retórica de la democracia. El pensamiento decolonial tiene como razón de ser y objetivo la decolonialidad del poder (es decir, de la matriz colonial de poder).

Dessa forma, descolonizar nos remete a uma valorização da liberdade do pensamento, a sua origem já não tem mais tanta importância. A intenção não é necessariamente entrar em conflito com o pensamento colonial a todo momento, essa seria só mais uma maneira de mantê-lo em evidência.

O interessante é proporcionar epistemologias de independência em primeiro lugar, que correspondam as realidades de acordo com as particularidades das até

então chamadas colônias, sem desconsiderar ou simplesmente apagar seu contexto histórico. Ao contrário disto, partimos das considerações destes fatos.

Apesar da forte tendência da ciência geográfica em seguir esse padrão universalista do saber, alguns pesquisadores contribuíram imensamente para essa área apresentando teorias próprias, metodologias de estudo inéditas com novos objetos de pesquisa e conseqüentemente, novos resultados foram publicados possibilitando um debate que conduziu os primeiros passos para consolidar a Teoria Crítica da Geografia.

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Silva (2020), a perspectiva decolonial pretende ir de encontro a renovação do pensamento crítico, se atentando para não cometer os mesmos equívocos do império europeu e também norte americano que veio se formar mais tarde.

Dentre os geógrafos que contribuíram para a Teoria Crítica, Milton Santos certamente é um dos primeiros que deve ser citado. Foi a partir das discussões estabelecidas pelo autor sobre os dois circuitos da economia nos países subdesenvolvidos, os estudos sobre as revoluções técnicas, globalização (mais tarde veio a ser reconhecida como mundialização), relação sociedade/natureza, dentre outros temas, nos permitiu compreender melhor as particularidades contemporâneas do Brasil colônia e outros países sujeitos ao subdesenvolvimento.

Milton Santos aproveitava as oportunidades para discorrer críticas ferrenhas sobretudo a homogeneização, voltada para qualquer ação. Além disso e das teorias citadas acima, trouxe para sua área de trabalho outra visão sobre as categorias de análise espacial, justificando essa nova abordagem como necessária para o avanço e consolidação da Geografia no campo científico.

O lugar foi uma das categorias que passou por essa reformulação, então segundo Santos (2005) a primeira informação que precisa ser compreendida é que tudo que existe num lugar está relacionado com os outros elementos que existem nele. Para o autor, o que define o lugar é o conjunto de objetos e ações com causa e efeito, formando uma espécie de contexto de ligação que atinge todas as dimensões já existentes e as que vão se formar ali.

Santos (2005) sugere que, o que diferencia o lugar do espaço é a resistência do interno aos fatores externos. O lugar constitui a dimensão prática mais sutil, real e concreta, “aparece como uma condição de realização da vida cotidiana”, o que

futuramente veio a ser definido como, “algo que não é abstrato nem abarca o todo, mas se revela no plano da microescala” (CARLOS, 2001, p. 35).

Uma porção de significados bem distintos do que os geógrafos estavam acostumados a lidar. Aplicar este conceito é mais complexo na prática do que se imagina ao ler as teorias. De modo bem grosseiro, sua concepção nos remete aos espaços de reprodução da vida, entretanto o que o torna singular está ligado as relações humanas constituídas pelas práticas cotidianas ali.

O segundo ponto a ser destacado pelo autor é a compreensão da memória do indivíduo como uma ligação com aquele espaço, que cria condições de comunhão que só foram ou serão possíveis de existir (e serem reconhecidas) a partir do conflito entre a imposição da organização política do território sobre a espontaneidade e a criatividade manifestadas nas interrelações humanas. Sendo assim, cabe ressaltar, que para Santos (1986, p. 149):

O lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contacto com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado. Por isso fala-se na imprevisibilidade do evento, a que Ricouer chama de autonomia, a possibilidade, no lugar de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos. É esse o grande papel do lugar na produção da história, e apontá-lo é a grande tarefa dos geógrafos neste fim de século.

No lugar, a pesquisa se dedica a compreender os espaços que são característicos por sua resposta espontânea as situações de conflito, no qual estão sujeitos diariamente, são acontecimentos sem previsão. É possível associa-lo com as manifestações e ações que acontecem no cotidiano das relações sociais, os eventos sem hora marcada, aquilo que pode possibilitar compreender como funcionam as interações daqueles sujeitos que estão vivendo aquelas experiências.

O pesquisador pode se tornar privilegiado por presenciar algumas delas, quando é possível captar de alguma maneira as singularidades que aparecem tão informais e compreender porque a construção desses espaços é de extrema importância para a sociedade.

Em um de seus artigos, Santos (2014, p. 495) relata que foi pesquisando sobre a globalização que a questão de redescobrir a corporeidade surge para ele, como um dos meios de compreender esse infinito de relações que se mostra bem

complexo. Foi nesse instante que o lugar possibilitou entender que é naquele espaço, que Santos observa o intermédio das situações entre mundo e sujeito(s).

Nas experiências estabelecidas ali é que as ações podem opor a lógica imposta pelo pensamento individual e homogeneizante. Por isso olhar para o corpo como possibilidade de resposta as imposições individualistas, precisa ser socialmente mais incentivado e compreendido no ensino e nas relações sociais, o êxito do pensamento decolonial pode estar ligado a este ato.

A partir disto as especificidades desta categoria de análise mostram uma ligação inevitável entre a história construída naquele local e o estabelecimento das relações entre as pessoas. O lugar está completamente vinculado a memória e as sensações que elas causam a uma pessoa ou grupo, proporcionando a materialização das afetividades e só então promover ações capazes de transformar aquele espaço em que se encontram.

Interpretar o lugar para os pesquisadores, trouxe uma outra dimensão ainda pouco tratada, e que pode ser fundamental para dialogar com os grupos sociais aprofundando as relações e o aprendizado. O cotidiano, assim como classifica Santos (2014, p. 501) “é o espaço dos geógrafos”, onde a materialidade pode ser vista através das ações que se concretizam no espaço, ou seja, captar os fragmentos em que teoria e prática se unem e criam um diálogo, daí podemos compreender a vida real com um olhar crítico.

Para complementar esta ideia Carlos (2007, p. 42) ressalta que o plano do cotidiano consegue em alguns casos transcender a ideia de lugar. É nesta dimensão que se conectam à rede local com a global como uma consequência do sistema capitalista, que nesta pesquisa busca retratar as investidas de homogeneização do espaço e do comportamento, através do controle e da vigilância.

Esta pesquisa busca retratar através do plano cotidiano as contradições que se estabelecem no modo de apropriação dos espaços urbanos por uma comunidade quilombola, analisando outros processos que não se referem somente ao econômico de produção do espaço. Essa organização social propõe um novo tipo de relação com o lugar que se opõe a homogeneização tanto social quanto dos espaços por compreender que a reprodução social deve se basear na diferença que existe entre as pessoas.

Essa perspectiva acontece no meio urbano, no qual:

[...] é no desenrolar do cotidiano que se estabelece a apropriação de diferentes espaços para a realização das atividades que baseiam a reprodução da vida social, como moradia, trabalho, consumo, lazer; são instituídas as relações de sociabilidade entre os cidadãos; desenvolvidas as representações acerca dos distintos espaços e de seus moradores. Enfim, é no cotidiano que se tornam possíveis as experiências urbanas como, por exemplo, a elaboração de trajetos, a identificação com determinados espaços e/ou segmentos sociais, a estigmatização de outros, a realização de encontros e o evitamento de certos contatos etc., que pautam a construção diária dos modos de vida nas cidades e das memórias e impressões tidas sobre elas (MAGRINI, 2013, p.365).

As comunidades quilombolas foram planejadas para resistir ao modo de vida colonialista que ainda impera nos territórios que passaram por esse processo na sua construção. A análise para essa constatação se deve as identidades que foram reproduzidas na integração entre indígenas, pretos e brancos pobres na sociedade.

Apresentou-se neste texto as comunidades quilombolas, mas a leitura pode ser feita em outros núcleos de resistência que se formaram ao longo do tempo no espaço que atualmente conhecemos como Brasil. O choque promovido pela confluência entre povos se transformou em novas possibilidades culturais que nos direciona para um olhar diferente de reprodução da vida. Por isso, essa pesquisa pretende abordar as potencialidades que são reproduzidas por essa organização social frente aos problemas que foram criados exclusivamente para eles nesta sociedade.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O QUILOMBO IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

A releitura da História do Brasil evidencia em todo o seu território os momentos de fusão entre as nações, tribos e civilizações que habitavam ou vieram para esse espaço. Esse encontro de nações diferentes como os indígenas, os africanos e os europeus em diferentes proporções quantitativas e de tempo, proporcionou sobretudo a troca. Não apenas o escambo de mercado, mas a de conhecimentos.

Compreender sobre esse processo é essencial para desenvolver uma consciência sobre o cenário em que se encontram os espaços e corpos na contemporaneidade. Assim como a estrutura física e empírica é capaz de mudar, os elementos subjetivos também são. Os aspectos sociais que foram desenvolvidos nos centros urbanos brasileiros direcionam a organização estabelecida neste espaço.

Do século XVI até o século XXI, incontáveis são os acontecimentos que influenciam a produção espacial, no entanto, existe uma linha tênue que liga o passado, com o presente e o futuro. É uma ligação que passa despercebida por muitas pessoas, mas para não cometer os mesmos erros no presente, consultar o passado se torna uma obrigação.

Entender a realidade dos processos urbanos, implica em consultar as organizações sociais formadas nesses espaços. Portanto, esse trabalho tem como objeto de estudo um quilombo que no início se encontrava numa região rural, porém as dinâmicas espaciais e temporais, levaram a urbanização e a periferia para o seu entorno.

Diante do que foi exposto até o momento, o objetivo desta seção é compreender as relações cotidianas de um grupo em particular, o quilombo Irmandade do Rosário de Ribeirão das Neves, região conhecida antigamente como Campanhã, assim como as implicações que surgem dentro de uma periferia social contemporânea.

A invisibilização dos grupos quilombolas, promove uma lacuna de informações sobre aspectos particulares das comunidades tradicionais. O modo como se relacionam com o espaço, as relações pessoais, os valores sociais, a capacidade

que aquele conjunto possui de construir uma cultura diferente da proposta hegemônica, são exemplos de temas que necessitam de mais pesquisas.

De acordo com as especificidades que uma comunidade exige, foram levantadas informações sobre autores, métodos e procedimentos metodológicos, condizentes com o objetivo almejado.

A contextualização sobre a formação do grupo analisado foi produzida com depoimentos dos participantes, informações disponibilizadas no documentário produzido por Alves e Assis (2019), e autores como Guillen (2001); a construção do município de Ribeirão das Neves em Minas Gerais, no qual está inserido também o terreno doado aos quilombolas para a construção da Igreja, com Souza (2008), Souza (2014), e para definir a periferia social apresenta-se Carlos (2007), dentre outras pessoas.

Durante o refinamento das informações coletadas pela observação participante e entrevista semiestruturada, as discussões foram complementadas por Segato (2013), González (2019), hooks (2015), Pereira, (2011), Prestes (2016), Castro (2016), dentre outros. Foram utilizados em conjunto, dados estatísticos levantados pelo Instituto Locomotiva (2020) e contidas no Mapa da Violência (2005 a 2015) para ilustrar as informações. Por último, apresenta-se uma discussão entre as contradições encontradas na obra “O Direito a Cidade” de Lefebvre (1968) comparadas a realidade da população de cor que existe no Brasil e seus feitos, que além de culturais evidenciam outras formas de organização social e espacial.

3.1. Procedimentos metodológicos

Para realizar essa pesquisa, utilizou-se a observação direta, contando com as duas técnicas indicadas como parte deste recurso: a observação e a entrevista. Neste sentido, o primeiro deles condiz na utilização de dados para obter aspectos da realidade de um grupo, possibilitando analisar determinados fatos.

Maria Corrêa (2009), considera que a observação participante é uma técnica pensada para que o investigador possa compreender o grupo de pessoas que está sendo retratado. A utilização desta, permite a observação dos sujeitos em momentos de interação, deste modo é possível compreender o contexto em que o pesquisador está inserido.

A observação participante é uma técnica dinâmica, o tempo de duração pode ser de meses ou anos e deve ser definido pelo autor previamente. Esse processo deve ser pensado de acordo com o tempo disponível para realização da pesquisa. O planejamento se torna importante, já que os dados recolhidos também devem ser interpretados pelo pesquisador. (MARIA CORRÊA, 2009).

Para uma pesquisa que utiliza deste método, devem ser organizados trabalhos de campo, planejados a partir de um roteiro no qual o observador delimita quais aspectos serão analisados de acordo com o objetivo proposto no projeto de pesquisa.

Maria Corrêa (2009, p. 32) orienta que no primeiro contato feito consiste na interação com o grupo e análise geral dos aspectos sociais, para depois “focalizar”. Estabelecido isto, os próximos passos são a coleta de dados e o refinamento das informações que provavelmente irá implicar no retorno ao campo, para conferir os dados coletados.

Visto isto, Maria Corrêa (2009, p. 34) conclui que:

[...] na observação participante o observador permanece no seio do grupo que estuda, observa de modo espontâneo, como espectador, embora mobilizando a informação na condução do seu olhar. Esta é uma observação descritiva, simples, distinta da sistematizada e da focalizada, que é utilizada também em estudos exploratórios, no levantamento de elementos para a melhor definição do problema a estudar e/ou na construção da questão de investigação

O caráter participante pode permitir a obtenção de informações significativas para pesquisas em comunidades tradicionais. Por isso, o grau de participação deve ser ponderado, pensando com cuidado na interferência que este contato pode causar nos participantes. O pesquisador precisa estar preparado para escutar e observar os comportamentos que surgem, no entanto, não é de sua competência julgar ou avaliar as

situações como “certas” ou “erradas”, nem mesmo interferir sem a solicitação de alguém.

O ato de observar permite ao pesquisador o contato com a realidade e pode contribuir para a descoberta de atitudes que estão no inconsciente do grupo analisado. Essa técnica oferece alguns benefícios e limitações para o pesquisador, segundo Marconi (2018, p. 84):

a) Possibilita meios diretos e satisfatórios para estudar ampla variedade de fenômenos; b) Exige menos do observador do que as outras técnicas; c) Permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas; d) Depende menos da introspecção ou da reflexão; e) Permite a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevistas ou de questionários.

Sobre as limitações, a autora ressalta que:

a) O observado tende a criar impressões favoráveis ou desfavoráveis no observador; b) A ocorrência espontânea não pode ser prevista, o que impede muitas vezes o observador de presenciar o fato; c) Fatores imprevistos podem interferir na tarefa do pesquisador; d) A duração dos acontecimentos é variável: pode ser rápida ou demorada e os fatos podem ocorrer simultaneamente; nos dois casos torna-se difícil a coleta dos dados; e) Vários aspectos da vida cotidiana particular podem não ser acessíveis ao pesquisador (MARCONI, 2018, p. 84).

No caso desta pesquisa, a observação foi comunicada apenas com a equipe que organizou o evento observado, com as demais participantes permaneceu em anonimato. Essa escolha possibilitou a vantagem da aproximação entre pesquisadora e grupo por meio da participação em atividades, sem as interferências que podem ser ocasionadas pelo choque entre observador e observados.

Já a escolha das entrevistas semiestruturadas para compor os procedimentos metodológicos deste trabalho, foi escolhida sobretudo pela disponibilidade de recursos. A escolha se deu pela liberdade de poder utilizar as ferramentas com todos os participantes da pesquisa.

Neste caso, para que esta pesquisa não acabe apresentando resultados engessados, o modelo de entrevista semiestruturado se mostra mais adequado, além de ser indicado por Maria Corrêa (2009) como um método que complementa a observação participante. Além disso, serão tratadas informações históricas que não são dispostas com riqueza de informações pelos órgãos públicos. Desse modo, como Thompson (1992, p. 255) considera “quando precisamos de informações sobre fatos históricos se faz necessário consultar quem o presenciou”.

Thompson (1992, p. 255) destaca que o pesquisador no momento da entrevista deve se manter atento as informações dadas pelo entrevistado, para saber diferenciar quais são as observações diretas, quais são as recordações secundárias e as falhas de memória, que ocorrem em momentos mais calorosos.

A característica principal da entrevista semiestruturada é deixar o entrevistado mais livre para poder contar os seus relatos e experiências, formando um diálogo, sem

respostas monossilábicas. As perguntas do entrevistador servem para direcionar o assunto sem perder o foco da pesquisa, com isso, o autor complementa dessa forma:

O argumento de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidência que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes (THOMPSON, 1992, p. 258).

O fato de seu formato ser semiestruturado, é devido as características das perguntas variarem entre abertas e fechadas. O contexto que se forma deve ser parecido com uma conversa informal, no qual o entrevistado sente que possui liberdade em responder as indagações levantadas (BONI E QUARESMA, 2005).

As autoras Boni e Quaresma (2005, p. 75), relatam que esse tipo de entrevista apresenta como vantagens para o pesquisador incluir perguntas que podem surgir ao longo da conversa e podem ser relevantes, mas não estão presentes no seu roteiro. Além disso, é amplamente utilizado para delimitar a quantidade de informações tratadas, facilitando o alcance dos objetivos.

Existe também a possibilidade de aproximação entre o entrevistador e entrevistado que pode tornar a entrevista mais rica, devido a espontaneidade das repostas. As respostas inesperadas podem revelar informações relevantes, assim como, uma cobertura mais detalhada sobre o tema. Quanto as desvantagens que podem acontecer estão: a falta de recursos e tempo do autor; e insegurança do entrevistado quanto as informações reveladas (BONI E QUARESMA, 2005, p. 75/ 76).

Nesses casos, pouco tem a relevância em quantidade de entrevistados, mas sim o grau de visibilidade dos agentes nas situações sociais que serão abordadas nas perguntas. Com isso, os autores sugerem que nos atentemos às posições em que se encontram as pessoas entrevistadas, quando tratamos sobre uma visão geral das situações que abrangem as relações sociais.

O critério estabelecido para realização das entrevistas, foi de pertencer a comunidade quilombola pesquisada. De acordo com o regimento de Ética da Pesquisa com Seres Humanos os participantes devem ser maiores de 18 anos, quanto ao gênero nenhuma especificação foi determinada.

Pelo fato de o período de desenvolvimento deste estudo ter sido em meio a pandemia do Covid-19, foram seguidas as orientações da Organização Mundial da

Saúde em conjunto com as normas de pesquisa estabelecidas pela Universidade Federal de Viçosa. As entrevistas foram reduzidas para o número de cinco narrativas.

As perguntas foram elaboradas com o intuito de obter mais informações sobre a História de formação do quilombo, as relações sociais e espaciais construídas, os aspectos culturais do grupo e quais são as possibilidades de mudança que essas pessoas acreditam ser possíveis e necessárias.

3.2. A História do quilombo Irmandade Nossa Senhora do Rosário

De acordo com Guimarães (1966) o período de escravidão no Brasil durou cerca de 300 anos, entre os anos de 1500 aproximadamente, até 1888 legalmente, quando foi decretada a Lei Aurea de abolição da escravatura pela Coroa Portuguesa. Durante esses longos anos, as pessoas que foram escravizadas procuraram meios de fugir daquela situação, um deles foi a fuga das fazendas, da casa grande e das minas de ouro para as comunidades quilombolas escondidas nas matas e pedreiras.

Quando escapavam com vida das fugas, os escravizados ou procuravam os centros urbanos na pretensão de se camuflar entre as demais pessoas que ali circulavam, ou iam em direção a mata a procura de um abrigo distante e de difícil acesso, denominados posteriormente de quilombos ou mocambos (GUILLEN, 2001).

Os escravizados buscavam incessantemente por esses novos locais para habitar, já que a fuga era considerada uma das piores infrações naquela época. A pessoa que fosse pega respondia com a própria vida, ou com torturas físicas para que os caminhos que levavam aos quilombos fossem revelados por eles.

Na mesma proporção em que o sistema econômico escravista dominou o território brasileiro, os movimentos contrários como a formação de quilombos, se espalharam e foram se fortalecendo. Na medida que, como ressalta Guillen (2001, pág. 9), essas movimentações passaram a ser organizadas com o objetivo de abrigar pessoas, a procura por esses espaços passou desde os escravizados que conseguiam a liberdade, por brancos pobres, mestiços, indígenas, fugitivos da lei, dentre outros.

Dentro do território brasileiro, o Estado de Minas Gerais, ficou conhecido pela abundância de recursos minerais, durante o século XVII a exploração do ouro na região foi a principal atividade econômica praticada no país. A mão de obra eleita para desempenhar grande parte do serviço braçal foi a escravizada, com uma enorme

demanda de corpos destinados, obrigatoriamente, pela classe dominante a trabalhar em minas de extração dos metais preciosos.

Como resposta a isto o Estado de Minas Gerais registrou o segundo maior número de quilombos do país, sendo primeiro o Estado de São Luís do Maranhão. Seus remanescentes podem ser encontrados até os dias atuais, espalhados por todos os estados, tanto em regiões rurais e urbanas, confirmando essas raízes históricas (GUIMARÃES, 1996).

Em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte (MG), no ano de 1889, constituído por um pequeno grupo familiar que se juntava para celebrar o Candombe (uma dança com atabaques originária da África praticada na América do Sul), um núcleo se formou. As pessoas que se encontravam ali, formaram uma organização social quilombola que buscou se unir em prol dos mesmos objetivos de vida.

O grupo migrou do lugar conhecido atualmente por bairro de Areias, pertencente a Ribeirão das Neves, para outro local dentro do mesmo município, conhecido atualmente como Justinópolis. Motivados pelo recebimento de um pedaço de terra doado pela família Labanca de fazendeiros da região, que admiravam a festa organizada pelo quilombo em comemoração à Nossa Senhora do Rosário. Por honra a Santa, em 1919 o grupo decide que seu nome seria Irmandade Nossa Senhora do Rosário (ASSIZ, 2020).

Figura 1 – Localização da Igreja Irmandade do Rosário



Organização: ASSIS, Neuman Otávio Freitas (2021).

O mapa anexo, retrata o terreno que foi doado pela família Labanca dividido em duas partes: circulado de vermelho, a parte maior; e azul a menor. Nessa representação, de acordo com informações fornecidas pelos quilombolas, no local circulado de azul morava um homem e sua esposa que foram contratados para cuidar da igreja em troca de moradia.

Com o passar do tempo, o casal teve filhos e se instalou definitivamente no terreno. Aquele homem e sua esposa faleceram, e seus filhos ao invés de devolver aquela parte para a Igreja, resolveram vender o terreno e se mudar. Quem comprou essa parte foi o proprietário de um posto de gasolina, comércio este que se encontra no local vendido.

O que foi circulado de vermelho é a área em que se encontra a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Ao seu redor, se dispõe uma paisagem de construções heterogêneas, casas e comércios de diferentes padrões. É possível encontrar somente no quadrado retratado uma rodovia que liga e delimita a região dos municípios de Ribeirão das Neves e Venda Nova, região metropolitana de Belo Horizonte; ao lado esquerdo da Igreja, uma concessionária de carros, seguindo na mesma direção se instalou um hipermercado; no canto superior esquerdo é possível

ver o início de uma extensa fábrica de cerâmicas; assim como outros estabelecimentos menores e moradias de pessoas que não fazem parte do quilombo.

No canto superior direito, se encontra algumas habitações, entre elas ruas sem asfalto e parte de um curso d'água, provavelmente o que restou de um córrego que foi canalizado para construção de bairros ou rodovias. Uma das ruas que cruza a Igreja recebeu em homenagem a Santa, o nome de Nossa Senhora do Rosário. Duas outras ruas receberam o nome de "Adirson Labanca" e "Francisco Labanca" em homenagem a esses dois fazendeiros, homens considerados importantes para o desenvolvimento desta região.

A Irmandade do Rosário completa em 2021, cento e trinta e dois anos de existência, foi certificada pela fundação Zumbi dos Palmares em 2014, atualmente conta com cerca de noventa famílias cadastradas, são mais de 300 quilombolas. Certamente foram muitas as situações vividas pelo grupo, o que se pode afirmar, é que a tradição cultural, a música e a dança de matriz africana se encontram presentes na História do grupo desde o primeiro momento.

Durante o primeiro trabalho de campo foi possível obter informações de fatos marcantes para os moradores da comunidade através dos relatos orais das pessoas mais idosas. Eles relataram alguns aspectos relevantes para esta pesquisa: a falta de comunicação entre o poder público e a comunidade, o contato dos políticos só existe durante os períodos eleitorais.

O segundo aspecto serve também para ressaltar o caráter coletivo da comunidade. O grupo estabeleceu que durante todo primeiro sábado de cada mês deve ser feita uma reunião para resolver as questões do quilombo e dos grupos culturais. Com isso, começaram a se organizar para promover atividades de ofício voltadas para formação de profissões, mas a atenção é voltada para atividades que promovem um resgate da identidade a partir da conscientização da história do quilombo, sua formação e as primeiras pessoas e razões dessa união.

São oferecidas oficinas livres para todos os públicos e gratuitas sobre capoeira, sendo esta a mais antiga, tambores, patangone, culinária de quilombo, turbantes, pinturas de estandartes, dentre outras.

Por último, os moradores relataram os ataques de violência que em certos momentos chegou a ser intenso. Não souberam colocar em números de tantos que já foram e segundo os mesmos, o poder público não efetiva nenhuma promessa de

reforço da segurança pública no bairro. Durante os ataques, os criminosos cometiam pequenos furtos levando lâmpadas, cadeiras, fios de cobre, botijão de gás, até chegar à destruição de partes do patrimônio.

Os quilombolas contam que diversas vezes chegaram na igreja e a encontraram quebrada, com as paredes pichadas, portas, janelas, telhado, instrumentos e imagens de santos destruídos. Isso demonstra a existência plena da intolerância religiosa e do preconceito racial existente no Brasil, sem interferência efetiva do poder público para solucionar os crimes.

Dentre as atividades culturais que são desenvolvidas pelos quilombolas da Irmandade do Rosário, encontram-se: dois grupos de Congada – o Congo, com maioria masculina e o Moçambique que é formado por mulheres e crianças; o grupo de coral “Vozes do Campanhã”, completamente feminino; o candombe passou a ser de fundamento, um tipo celebrado apenas em rituais religiosos fechados; a Folia de Reis; o Arraiá do Pé-de-Cana e a Capoeira de Angola.

A atividade mais conhecida da comunidade é o cortejo do Reinado e envolve um número maior de participantes, sendo estes tanto quilombolas quanto pessoas externas a comunidade. Entre as festividades dos quilombolas que ocorrem ao longo do ano, a principal é a celebração do dia de nossa Senhora do Rosário que ocorre no mês de outubro.

Um dos trabalhos resultantes disto foi o documentário dos professores Genesco Alves e Sônia Assis da Universidade Estadual de Minas Gerais, publicado em 2019 e denominado “Ziriganga”, a escolha do nome se deu pelo seu significado. De acordo com os diretores, é nomeado assim “aquele que domina todos os pontos cantados e os mistérios do Reinado” (ZIRIGANGA, 2019).

O documentário traz para os expectadores uma perspectiva interessante do cotidiano da Irmandade do Rosário, retratando a pré-produção da festa para a Santa até o dia que acontece a celebração. Em meio as cenas, surgem as falas dos quilombolas que procuram explicar como acontecem os procedimentos e o motivo de cada um. Neste trabalho, trazem o local que está situada a Igreja do Rosário como um território do quilombo, a materialização da memória e um símbolo de resistência cultural.

Uma das cenas do documentário foi feita no dia da festa, na Igreja da Irmandade onde o líder atual do grupo de Congo faz uma fala, ilustrando para os

espectadores a ligação dessas pessoas com aquele local físico: “Aqui nesse quilombo foi que nós namorou, que nós casou, que nós criou nossos filhos. Aqui nós criou os nossos netos. Aqui nós sorriu, aqui nós chorou, aqui nós cantou, aqui nós sofreu. E por isso que nós resistimos e inteirou 100 anos. Viva o quilombo Nossa Senhora do Rosário!”

A partir dessa fala tão simbólica, compreende-se a valorização da memória e das experiências vividas no local descrito. Para os quilombolas da Irmandade, o apego ao local não está na materialidade em si, na posse do terreno ou impregnado na construção de tijolo e concreto. É no cotidiano, quase despercebido por quem não vive nesse meio que os sentimentos se tornam reais, a identidade coletiva do grupo toma forma diante das situações adversas enfrentadas por eles.

Os quilombolas da Irmandade organizaram dois livros documentais, contendo todas as informações da História da comunidade e da formação do município de Ribeirão das Neves. Provavelmente, esse é o maior registro documental disponível desta região, todas as comarcas que por ali já passaram, os nomes e assinaturas de todos os Padres que foram testemunhas importantes desse processo estão registrados neste livro.

Essa iniciativa é uma das tantas que existem neste quilombo e em outros espalhados pelo Brasil, que demonstram certa independência dos grupos em relação ao Estado. Não são todos os problemas que eles conseguem enfrentar sozinhos, no entanto as atitudes são evidências da organização para lidar com essas situações, e da força de vontade investida pelas pessoas em manter viva sua memória e identidade.

A Irmandade do Rosário se encontra em um local onde hoje é uma região urbana industrial, mas nem sempre foi assim. Como mencionado, a Igreja do Rosário que se situa bem próxima as moradias dos quilombolas, foi sediada num terreno de fazenda. A expansão urbana alcançou a comunidade trazendo novos enfrentamentos e impondo uma condição social para as famílias que decidem permanecer ali.

No que diz respeito as casas dos quilombolas, estas estão espalhadas pela região de Justinópolis e até outros bairros, a norma de casas enfileiradas e organizadas em conjunto não se aplica neste caso. Portanto, neste caso quilombo se tornaram as próprias pessoas, a Igreja é o núcleo material onde se projetam as experiências cotidianas.

3.3. A História do município de Ribeirão das Neves

Para compreender a relação que existe entre a comunidade pesquisada e o entorno, pesquisou-se sobre a construção do município de Ribeirão das Neves. O quilombo ocupa esse espaço antes daquele local vir a ser reconhecido como um município. A História da comunidade passa a ser direcionada pelo modo de vida urbano, mas antes de considerar este pensamento é preciso ressaltar que o quilombo já se encontrava naquele local construindo sua História.

De acordo com Souza (2008), os primeiros registros históricos do município de Ribeirão das Neves, estavam contidos na Carta de Sesmarias e revelam que a sua sede foi formada em 1747 nos arredores da Capela de Nossa Senhora das Neves, onde residiam ali o povoado conhecido por Campanhã. Entretanto, foram incorporados a região do município de Contagem em 1911.

A administração da sede foi transferida depois para Betim e Pedro Leopoldo, outros municípios de Minas Gerais que se encontram próximos a região, até que em 1953 conseguem sua independência atingindo a categoria espacial de Cidade. O povoado de Campanhã recebeu o nome de Justinópolis, que permaneceu o mesmo (SOUZA, 2008, p. 143).

Souza (2014, p. 144) apresenta uma questão específica que define de certo modo os rumos que levaram a considerar a concretização deste estudo. A sede continha elementos que poderiam defini-la como zona rural por possuir muitas fazendas, o comércio e os serviços eram inicialmente orientados pelas demandas geradas pela penitenciária agrícola que foi inaugurada em 1937.

A partir do momento que o poder público percebe a distância entre aquele local e a sede do município de Belo Horizonte, estabelecem a condição de o tornarem oficialmente uma região metropolitana responsável por abrigar penitenciárias, recebendo a denominação de cidade presídio, uma escolha do governo estadual da época. Quando isto foi definido, o único elemento levado em conta pelos administradores deste projeto foi o de não comprometer a imagem de cidade moderna que sempre foi a característica principal atribuída para a nova capital de Minas Gerais.

O poder público não levou em consideração que aquela região já era habitada por famílias, que estavam morando ali por um motivo e já tinham até um nome definido por eles. Também não pensaram na possibilidade daquele município abrigar pessoas

fora do encarceramento e oferecer condições dignas de vida para a população, certamente acreditavam que ali seria uma “ilha”, onde os acusados criminosos fossem depositados, resolvendo os problemas de segurança de Belo Horizonte.

No ano de 1926 teve início às obras de construção da penitenciária agrícola. O primeiro momento, é marcado pela vinda dos trabalhadores civis e o estabelecimento de moradia para aqueles que buscavam a praticidade de morar perto do local de trabalho. Essa é uma das prioridades do proletariado urbano, a dinâmica dos grandes centros impõe sobre os moradores que suas escolhas sejam fundamentadas no preço e no deslocamento para o trabalho. Em muitos casos as opções não oferecem os dois benefícios para os trabalhadores (SOUZA, 2014).

Talvez, devido ao caráter do presídio agrícola a sensação de insegurança não foi sentida intensamente por aqueles que viviam no seu entorno. A sua construção não trouxe imediatamente consequências para o setor imobiliário daquela região. Entretanto, na década de 1960 instalou-se no município de Neves mais um presídio, dessa vez de segurança máxima. Foi a partir daí que a desvalorização dos imóveis vizinhos se instaura reduzindo o preço da terra e afetando negativamente o mercado imobiliário (SOUZA, 2014, p. 145).

Outras problemáticas merecem ser destacadas para compreender a dinâmica econômica que molda as demais relações configuradas no município. A estruturação fundiária de Ribeirão das Neves era marcada pela concentração de terras nas mãos dos latifundiários. Para resolver o problema da falta de renda, os proprietários das terras fizeram o loteamento do solo, que se intensificou com o passar do tempo como uma medida de minimização dos impactos econômicos causados pelo novo presídio.

Por um período curto de tempo essa estratégia foi considerada eficiente. Os lotes eram vendidos para a classe média que desejava sair das imediações da cidade grande para exercer o lazer ou outras atividades alternativas. Esse público era o principal consumidor daquele mercado, contudo, o processo de expansão urbana de Belo Horizonte também exerceu influências sobre o mercado imobiliário.

Para a classe média, que tinha o costume de construir casas nos municípios vizinhos com o intuito de passar fins de semana, férias e feriados prolongados, permanecer na capital passou a ser uma opção mais interessante visto o risco da segurança que foi atribuído a Ribeirão das Neves. Esse público de consumidores

abandona as possibilidades de investir nesse município, por outro lado, a demanda de interessados aumentou entre as classes baixas.

A partir disso, os lotes de Ribeirão das Neves foram sendo cada vez mais subdivididos, passando a ser procurados pelas classes de renda mais baixa, motivando a queda de preço. Com essa mudança de público, os serviços básicos de infraestrutura como o transporte público, pavimentação e iluminação das ruas, rede elétrica nas residências, coleta de resíduos sólidos, abastecimento e tratamento de água potável e rede de esgoto, atendimento adequado de saúde e educação, que devem ser ofertadas pelo poder público, não foram disponibilizados em todo o território do município.

O poder público justificava a negligência destes serviços, alegando que os gastos para instalação de toda essa infraestrutura eram altos demais, não compensavam diante do número insignificante (para eles) de moradores que se encontravam ali em Neves naquela época. Além disso, não haviam espaços destinados a construção de instituições de uso coletivo, as demandas populares de escolas, hospitais, praças e parques não podiam ser atendidas (SOUZA, 2014, p. 152).

As atividades econômicas desenvolvidas após a década de 1960 envolvia apenas serviços desse setor como a produção e comercialização de hortifrutis e produtos de granja para abastecimento do mercado municipal de Belo Horizonte. Havia também a exploração de areia e argila destinada a indústria de construção civil e olaria.

A renda produzida pela cidade a partir dessas atividades era tão baixa, que não despertou o interesse atrativo das grandes indústrias em estabelecer sedes. Consideravam que havia falta de mão de obra qualificada para oferecer a sua força de trabalho, já que aquele local ficou realmente conhecido pela sua “vocaçãõ” penitenciária (SOUZA, 2014, p. 147).

O problema dessa situação é a divisão de classes que ocorre no Brasil. Uma diferença que não se reduz aos motivos econômicos, o fator principal é manter os brancos afastados das pessoas de cor. A diferença financeira que existe na modernidade entre essas duas classes proporciona a sensação de segurança (no sentido de estar seguro contra crimes de violência ou perda do status social) e estabilidade para os ricos e até a classe média. Percebe-se a empirização desta

teoria, quando os espaços frequentados e habitados por ambas as classes apresentam separações nítidas.

Para Carlos (2007, pág. 49), essa prática na cidade de separação socioespacial propõe a redução do ser humano e da vida, colocando as pessoas em condição de mercadoria que podem ser negociadas com facilidade. Para a autora essa diferenciação ocorre pelo processo histórico de produção espacial que envolve espaço e tempo, se torna concreta em várias escalas mutuamente e o plano cotidiano é a chave para compreensão dessa materialidade.

A teoria articulada por Carlos (2007), destaca a atual maneira projetada pelo sistema capitalista como resultante de um tipo específico de apropriação do espaço. Com isso, a (re)produção alcança a dimensão socioespacial moldando as relações que se estabelecem na vida real e cotidiana. Para os trabalhos geográficos, ela propõe três níveis de categorias de análise, cada uma com sua escala. Associando isto a dinamicidade do espaço, o resultado é a “tríade condição-meio e produto da produção/reprodução da sociedade” (FANI, 2007, pág. 51, grifo da autora).

Segundo Carlos (2007), cada nível implica em especificações de análise para os pesquisadores, isso foi pensado seguindo as diretrizes da tríade. Por exemplo, temos o econômico de reprodução do capital, que visa abordar o espaço e sua infraestrutura, concentração, mercado de trabalho e matéria prima nas esferas individuais; o político que possui como condição o Território, analisando as ações do Estado que intervém diretamente no processo de formação da sociedade, assegurando e manipulando a reprodução das relações neste espaço; por último, e o mais importante para a autora e para este trabalho, temos o social, o plano da vida cotidiana onde podemos ver as realizações dos três níveis.

É no cotidiano descontraído que pode ser encontrado o que “significa também a produção da humanidade do homem” (CARLOS, 2007, pág. 53). Nesse sentido, as atenções foram voltadas as brechas entre a vida pessoal e a vida econômica dos quilombolas. Busca-se retratar um momento que não é visto como obrigação, mas sim como oportunidade.

Para uma comunidade formada numa região rural, essa mudança de estrutura com a efetivação do município trouxe novas implicações para o modo de vida dos quilombolas. O formato em que foi consolidado condicionou a população de Neves, em geral, a conviver no ambiente descrito caracterizado por Santos (1970) como

periferia social. O termo se refere as áreas urbanas que não se encontram somente nas bordas da cidade, mas a população que habita determinados bairros ou conjuntos, que não dispõe de acesso a infraestrutura, tecnologia e informação.

São locais de habitações precárias, oferecem um modo de vida hostil, sem atendimento adequado de saúde, educação e serviços de infraestrutura, como descrito sobre Ribeirão das Neves, os municípios são incontáveis, a vida das pessoas pobres no Brasil certamente não têm valor. São senzalas ao ar livre, o Estado colonialista adapta as condições de vida da mão de obra responsável por manter o Novo Mundo, mantendo a ideia da mão-de-obra que serve apenas para exercer sua função de trabalhar.

Por isso, a ideia de formação dos quilombos não deve ser vista com estranhamento e não aceitação. O sistema capitalista é uma atualização do sistema colonial, portanto, as organizações sociais contrárias a essa imposição econômica, continuam exercendo seu papel dialético, já que como visto por Moura (1992), basta existir escravismo (lido no capitalismo como exploração) para surgir os quilombos.

3.4. Contextualização sobre o momento de escrita

Por essa pesquisa ter sido desenvolvida entre os anos de 2019-2021, é essencial contextualizar o cenário global para compreender as limitações das pesquisas com seres humanos durante esse período. O mundo presenciou um momento que afetou a vida cotidiana de todas as pessoas.

De acordo com os registros disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em janeiro de 2020 foi registrado na China os primeiros casos do que foi denominado posteriormente como Covid-19. Um vírus que ao entrar em contato com o ser humano, faz desenvolver uma doença em seu organismo com sintomas semelhantes aos da gripe, mas causa a insuficiência do sistema respiratório e o agravamento do quadro pode levar a óbito.

A transmissão do vírus é feita através do contato próximo de pessoas infectadas por tosse ou espirro, e ao encostar em superfície contaminada seguido pelo toque na boca, nariz e olhos. Ainda existem as pessoas que carregam o vírus, mas os sintomas não se manifestam, proporcionando um aumento do número de contágios sem que a pessoa responsável pela contaminação ao menos saiba que o carrega.

Outra característica dessa doença, são os sintomas que começam a se manifestar no organismo humano em até doze dias, esse fator aumenta significativamente a disseminação do vírus entre as pessoas. As informações divulgadas pela OMS revelam que, a atuação do Covid-19 no corpo humano provavelmente afeta com mais gravidade as pessoas acima de 60 anos, ou pessoas com doenças preexistentes como a diabetes, hipertensão e os cardiopatas, quando infectadas são mais vulneráveis aos riscos que ele oferece ao organismo humano. Os casos tendem a ser fatais ou deixam sequelas nas pessoas que conseguem escapar com vida.

O método mais eficiente defendido pelos profissionais da saúde é o isolamento social, assim como a suspensão de atividades que provocam aglomerações, a abertura do comércio somente para atividades essenciais, uso de máscara em locais comunitários e a higienização do corpo são fundamentais para que a disseminação do vírus seja contida ganhando tempo para desenvolver medidas que solucionem o problema definitivamente.

No dia 30 de janeiro de 2020 foi declarado pela OMS que existe um surto do novo coronavírus, decretando o estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o mais alto nível de alerta da Organização. Como consta nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI, 2020), este é: “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido a disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata”.

Posteriormente, no dia 11 de março de 2020 devido ao avanço de casos da doença em nível geográfico, atingindo diversos países em regiões do mundo inteiro e não pela sua gravidade, a situação da COVID-19 é considerada como pandemia. De acordo com Bombardi e Nepomuceno (2020), a falta de saneamento básico no Brasil é uma das principais causas da doença ter se espalhado rapidamente, causando uma devastação assustadora na população, principalmente nas regiões mais pobres que sofrem com a falta de infraestrutura.

A periferia urbana por não possuir acesso a infraestrutura de qualidade foi muito afetada por essa doença. Essa pandemia veio para realçar as desigualdades sociais dos brasileiros, o cotidiano das pessoas foi extremamente afetado, a rotina de trabalho e as atividades de lazer precisaram ser modificadas e restritas. Neste sentido,

a relação entre pesquisadores e comunidade também foi afetada, foi necessário reduzir ao máximo o contato entre as pessoas para evitar a propagação do vírus.

Diante do número de mortes em escala global, cientistas de diversos laboratórios junto com empresas de medicamentos, começam a realizar estudos sobre uma vacina para imunização da população. Determinado pela OMS, por causa da emergência da situação, os governantes de cada país deveriam negociar com laboratórios autorizados pela Organização, sobre a compra e aplicação da vacina na população.

Ainda no ano de 2020, em dezembro, de acordo com as informações divulgadas pela Fundação Oswaldo Cruz, a agência reguladora do Reino Unido anuncia a aprovação da primeira vacina, AstraZenica, desenvolvida pela Universidade de Oxford. Após isso, incontáveis laboratórios de outros países conseguem o acesso a fórmula de base, para desenvolver outras vacinas e acelerar o processo de imunização da população.

Mesmo assim o avanço do número de casos e mortes, somado a irresponsabilidade de governantes, agrava o estado do Brasil levando ao caos generalizado do sistema público de saúde, da economia, educação e todos os outros setores sociais. O então presidente da República Jair Bolsonaro (Sem Partido), faz constantes pronunciamentos incentivando a população a fazer aglomerações, não utilizar máscaras, abertura do comércio, assim como questionamentos sobre a veracidade do efeito das vacinas nas pessoas.

No dia dezenove de janeiro de 2021 tem início a vacinação dos profissionais da saúde, que trabalham diretamente com pacientes infectados pela Covid-19 (médicos, enfermeiros, socorristas, recepcionistas e demais funcionários de hospitais). Houve atrasos na entrega das doses, por causa da dificuldade dos laboratórios em estabelecer diálogo com o Presidente da República e seus ministros, o impacto foi sentido pela população em geral.

Diante do comportamento de Jair Bolsonaro e seus ministros, autorizados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), alguns governadores e prefeitos iniciam as negociações por conta própria para compra das doses, e apoio a Universidades nacionais para desenvolver vacinas. No entanto, o esforço de alguns não foi suficiente para conter o número de mortes, chegando a alcançar em junho, mais de meio milhão de pessoas levadas pela Covid-19.

No meio dessa situação de vulnerabilidade social se encontram os quilombolas, indígenas e povos ribeirinhos. Em alguns estados foi estabelecido prioridade de atendimento para as comunidades cadastradas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Fundação Zumbi dos Palmares. Em Minas Gerais, o governador Romeu Zema (Partido Novo) recusou o primeiro pedido, sendo necessário a Coordenação Nacional e Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) em conjunto com outras organizações quilombolas, entrar com um recurso no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para solicitar a autorização do governador e liberar as doses.

A decisão do TJMG foi favorável a incluir os quilombolas à lista do grupo prioritário, entretanto, o atraso na entrega das doses persistiu ao longo do ano de 2021. No caso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, a aplicação da primeira dose foi adiada por três semanas porque o governo não havia enviado vacinas suficientes para todos da comunidade.

Com esse cenário sendo construído, a perspectiva dos pesquisadores precisou se adaptar as condições da realidade desse momento. Para buscar as informações necessárias para construir essa pesquisa foram consultados cinco quilombolas da comunidade por meio de conversas formuladas a partir de um roteiro semiestruturado. Foi possível acompanhar um dos eventos que a comunidade promove voltado para os quilombolas e demais pessoas da sociedade, assim como algumas apresentações culturais, todos os eventos foram realizados em plataformas virtuais.

Tanto as entrevistas como os eventos acompanhados permitiram compreender sobre a atuação do grupo, demonstrando que com o amadurecimento da experiência em ser quilombola a comunidade passou a ampliar sua rede de comunicação. Já faz algum tempo que pesquisadores entram em contato com o quilombo para desenvolver trabalhos e procurar saber informações, sobretudo das manifestações culturais que são reconhecidas pelas regiões de Ribeirão das Neves, Venda Nova, Contagem, Pedro Leopoldo, Belo Horizonte e outros municípios.

Antes de começar o isolamento social e restrição das atividades por causa da pandemia do novo Corona-Vírus, os quilombolas da Irmandade já estavam se organizando para realizar eventos de capacitação voltados para a comunidade, com a intenção de trocar conhecimento e experiências sobre temas variados.

Felizmente, com algumas adaptações um dos eventos pôde ser realizado, proporcionando uma experiência intensa, na qual buscou-se retratar falas e acontecimentos significativos para compreender sobre as relações construídas entre os quilombolas com o lugar da Igreja no espaço urbano de Ribeirão das Neves e a sociedade que habita o seu entorno.

3.5. Descrição das atividades acompanhadas

Durante dois meses de 2021, foi realizado um projeto intitulado “Valorização e Empoderamento da Mulher Negra”. Idealizado e executado por mulheres do quilombo Irmandade do Rosário e financiado pela Lei Aldir Blanc, do município de Ribeirão das Neves (MG).

Como o próprio título sugere o curso foi planejando para promover a formação política das relações sociais que são desenvolvidas entre amigas, filhas, mães, avós, ou qualquer outro tipo de relação do cotidiano entre mulheres. As idealizadoras buscaram elaborar conteúdos que levassem conhecimento e valorização das mulheres pretas com práticas que despertam o afeto e o (auto)cuidado.

O público foi exclusivamente feminino, com isso, a proposta foi pensada para realização de debates sobre temas como formação cidadã, direitos humanos, leis de proteção a mulher, dinâmicas etnorraciais e de gênero, assim como oficinas práticas de turbante, tranças, maquiagem, cuidados para a pele negra e penteados afro.

Para cada tema debatido buscaram pessoas que possuem algum tipo de formação, seja esta formal como graduação e especializações, ou da vida, considerando a atuação e as influências pessoais para conduzir o debate. As oficinas foram pensadas para contemplar as mulheres que buscavam novos conhecimento sobre (auto)cuidado, mas também para aquelas que estão buscando investir nessas atividades para gerar renda.

As atividades foram realizadas respeitando os protocolos de orientação disponibilizados pela OMS, e pelos decretos estabelecidos pelo poder público do município, frente a pandemia do COVID-19 que se estendeu por 2020/2021. Os encontros foram disponibilizados presencialmente e em plataformas digitais no início, no entanto, conforme a situação foi se agravando e o número de infectados e mortos por causa do vírus se intensificou, passaram a ser exclusivamente por meio digital.

Apesar dos encontros serem restritos as plataformas digitais, isso não prejudicou a interação entre as participantes tornando a experiência enriquecedora nessa realidade virtual, para todas. Essa vivência trouxe além de conhecimento, momentos de afeto em que nos sentimos refugiadas e confortáveis para trocar experiências, memórias e aprendizados. Considerando essas informações serão descritas algumas das situações e falas presenciadas pelas(os) palestrantes e participantes que são pertinentes com os objetivos que buscamos retratar nesta pesquisa.

A primeira atividade foi um diálogo sobre as leis de proteção as mulheres conduzida por uma palestrante formada em direito, com especialização em direito criminal e penal. Após uma breve apresentação, ela pediu licença para fazer uma contextualização de sua vida pessoal relatando que nossas experiências de vida haviam nos conduzido para aquele momento.

A palestrante não é do quilombo, mas possui uma relação próxima com as pessoas da comunidade. Nasceu em Belo Horizonte, se mudou com a mãe e irmãs para Ribeirão das Neves quando ainda era criança, parte da sua família já se encontrava nesse município há mais de 50 anos.

Ela contou que quando tinha apenas cinco anos de idade presenciou uma cena de violência, era seu pai que agredia sua mãe, mais tarde ele abandonou sua família. Foi esse fato que marcou sua vida e conduz até hoje suas escolhas. A sua mãe a criou e mais duas irmãs sozinha, abandonou os estudos para trabalhar de doméstica e sustentar sua família. Ela sentia que a vida estava a preparando para ser doméstica, ao perceber isso escolheu por rebeldia estudar e mudar o rumo da sua história.

A relação entre esta fala e a escrita de Anzaldúa (2000), pode ser percebida por dois aspectos distintos. No primeiro, quando a autora traz em seu texto o fato de ter trabalhado em plantações de tomate no sul do Texas antes de se tornar pesquisadora. Esse é apenas um dos trabalhos escravizados que continuam no mundo contemporâneo.

No Brasil, existem os casos das empregadas domésticas. A maioria descende daquelas que trabalhavam na casa grande durante o período colonial escravista, sendo estas mulheres pretas (PEREIRA, 2011, p. 6). A jornada entre vontade de ser

e se tonar é mais complexa para uma mulher preta que não se subestima ao destino que lhe é imposto.

O segundo aspecto é que Anzaldúa (2000), neste texto, escreve uma carta dedicada as mulheres de cor que se atrevem a não aceitar esse destino. Ela viu na sua escrita, um meio de incentiva-las por acreditar que devemos expressar nossas ideias, podemos ser criadores de teorias ao invés de objetos de estudo e trabalho. A palestrante do evento conta que após a sua decisão de retomar os estudos, influenciou outras mulheres de sua família a seguir esse caminho, segundo ela “são pequenas atitudes que alteram a atmosfera”.

A palestrante atualmente é coordenadora da Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher em Ribeirão das Neves. Ressaltou a importância da Lei Maria da Penha nº 11340/2006, que apesar de ter sido sancionada a mais de 11 anos e ter salvado a vida de muitas mulheres, ainda não conseguiu atingir grande parte que perde a vida por atos de feminicídio.

De acordo com suas pesquisas, no município de Ribeirão das Neves, a maior parte de população é feminina, são as mulheres que sustentam a cidade em termos de trabalho. No entanto, existe apenas uma delegacia especializada em resolver crimes contra as mulheres, os idosos e adolescentes, que inclusive, ficou sem uma delegada mulher por mais de quatro meses. Quando alguma mulher precisa ir lá para prestar alguma queixa, se depara com policiais homens, e esse fato gera um desconforto nas vítimas maior do que a própria natureza do lugar oferece.

Muitas das vítimas relatam para a palestrante que preferem não registrar queixa, para evitar o constrangimento de responder perguntas feitas por homens que não sabem lidar com a situação de abuso sexual, por exemplo. Uma atitude compreensível, pois além de terem passado por situações de violência, ainda são incompreendidas e importunadas por aqueles que deveriam garantir sua segurança.

O atendimento inadequado dos policiais homens pode ser explicado por Segato (2013, p. 23), no sentido de que antes de enxergar a falta de postura profissional, é preciso entender que a produção da masculinidade e da feminilidade, se dá de modos diferentes na sociedade.

Essa é uma das heranças do colonialismo que molda nossas relações sociais, portanto, a interpretação dos fatos pode ser diferente, quando existe uma situação em que mulheres relatam as violências que sofrem para homens. A maior parte deles não

possui, mesmo que inconscientemente, uma noção das consequências psicológicas, físicas e sociais que as vítimas dos crimes de abuso e violência enfrentam após o trauma (SEGATO, 2013).

Por isso, entende-se que a imagem feminina de uma autoridade, como a delegada nesse caso, que presta o serviço de segurança às vítimas, pode ser mais eficiente nos casos de violência contra a mulher. Se esse aspecto se tornar um padrão, é provável que o número de mulheres que desiste de prestar queixa por ser atendida por homens diminua, possibilitando uma contagem de casos mais próxima da realidade e um atendimento que não exponha as mulheres ao ridículo, causando transtornos mais intensos do que devem ser.

Outra questão levantada pela palestrante foi a escolha do local para alocar a sede da delegacia. Esta fica em uma rua deserta que não possui muitos estabelecimentos, como comércios e moradias. Ironicamente, oferece riscos e uma sensação de perigo ao invés de acolhimento para quem precisa ir até o local resolver algo.

Por fim, a palestrante explicou sobre os vários tipos de violência que existem, assim como, a identificar quando se está vivendo algum tipo de relacionamento abusivo. Ela também levou exemplos de músicas que incentivam a população a enxergar os abusos como forma de romantismo, e os espaços religiosos que muitas vezes contribuem para manter as vítimas presas a essas relações.

Para encerrar o primeiro encontro, as organizadoras passaram uma dinâmica para todas as participantes. O exercício era pegar um copo descartável vazio, e enquanto uma delas fazia algumas perguntas, cada vez que a resposta fosse negativa nós deveríamos rasgar um pedaço do copo. As perguntas foram: estou feliz com meu trabalho? Meu relacionamento me satisfaz? Tenho dado atenção aos sinais do meu corpo? Passo mais tempo trabalhando ou com quem amo?

O copo plástico representa o nosso corpo, cada pergunta estava relacionada as nossas práticas de (auto)cuidado cotidianas. Quanto mais rasgado o copo ficou no final das perguntas, maior seria o trabalho daquela mulher em reparar como as suas atitudes influenciam na sua vida e na vida da mulher que se encontra próxima a ela. “Se o copo estiver rasgado, não tem como encher para transbordar”, disse uma delas no final da atividade.

O segundo encontro, teve como temática de discussão a formação dos direitos humanos e da cidadania. Para conduzir a palestra foi convidado um homem, que por ser formado em sociologia e manter uma relação próxima dos quilombolas, foi chamado para a dinâmica.

O palestrante começou sua fala contextualizando que os direitos humanos são universais, podemos nos deslocar para qualquer lugar do mundo e exigir que sejamos assegurados legalmente. Quando uma pessoa nasce ela já tem como garantia a dignidade em vida, e possui como direito à liberdade e propriedade que são assegurados pelo Estado.

Portanto, é preciso desmistificar a frase defendida pelos religiosos cristãos de que “o trabalho dignifica o homem”.

De acordo com o que consta na Constituição do Brasil (1988), teoricamente, todo ser humano nascido neste território possui direitos e garantias sociais, civis e políticas. O exercício do trabalho, o acesso à educação, saúde e previdência, por exemplo, não devem ser diferenciados por origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra distinção.

Apresentado este conteúdo, o palestrante se declarou apontando críticas sobre o posicionamento do Estado frente as situações de violência cotidiana que foram relatadas durante nossa primeira atividade. Outro exemplo mencionado, foi o tipo de tratamento destinado para cada homem branco, mulher branca, homem preto e mulher preta. A hierarquia social segue essa ordem, em que a desvalorização da mulher preta foi um meio de controle social.

Sobre esse fato, considera-se que a organização das sociedades coloniais foi planejada, segundo hooks (2015) para exercer essa hierarquia e manter um certo tipo de padrão social. De acordo com essa autora, o fato de a mulher preta ocupar a última posição dessa pirâmide não é apenas por ódio racial e de gênero. Essas mulheres eram as que cuidariam de suas casas, pois grande parte delas eram destinadas aos serviços domésticos, a servir as esposas e cuidar dos seus filhos, fazer a comida e outros contatos diretos com os brancos ricos.

Hooks (2015, p. 41) afirma que a violência física e psicológica contra a mulher preta, começou nos navios negreiros quando os colonos as estupravam diariamente e promoviam outros atos de violência como punição por qualquer ação considerada como uma desobediência. Esse método, para eles, garantia o domínio

de poder e a obediência daquelas mulheres para que não se rebelassem e assassinassem a eles e suas famílias no futuro.

Esse método, no Brasil, possibilitou conservar essa estrutura social. Como demonstra González (2019, p. 407), durante a construção da sociedade pós escravista a desvalorização das pessoas pretas se intensificou no acesso à educação, no qual as altas taxas de analfabetismo e evasão escolar direcionam o rumo das profissões. O reflexo pode ser visto nos cargos ocupados no mercado de trabalho, que segue os direcionamentos da hierarquia social descrita.

Entretanto, são as mulheres de cor que compõem a maior parte dos analfabetos do país. Quanto as atividades econômicas ocupadas por elas, estão distribuídas entre trabalhos na agricultura/indústria ou prestação de serviços pessoais, como o caso das empregadas domésticas brasileiras. As possibilidades de ascensão social são raras.

Durante esse encontro, surgiram relatos das participantes sobre acontecimentos experienciados por elas ou outras pessoas próximas que demonstram a atuação do sistema de colonialidade, ainda atuante, dominando os sistemas político, econômico, social e ideológico. Nas falas, identificam-se também a violência praticada pela polícia militar, principalmente contra os homens negros, revelando ser uma situação rotineira com abordagens violentas e desnecessárias.

Não somente em espaços públicos, as pessoas pretas em geral carregam o estigma da criminalidade e apresentam esse “risco” nos estabelecimentos comerciais que frequentam. Por esse motivo, sofrem constrangimentos com perseguições e abordagens violentas dos seguranças que prestam serviço para essas lojas, supermercados, bancos, etc.

Para ilustrar este contexto, em julho de 2020, foi realizado um estudo do Instituto Locomotiva em parceria com a Central Única de Favelas, transmitido pela Unesco e publicado numa matéria do jornal Carta Capital, sobre “Periferia, Racismo e Violência”. Foram entrevistados 1.826 brasileiros, com pelo menos 16 anos de idade, de todas as classes sociais e espalhados pelas regiões do Brasil. Nesta pesquisa, 54% dos entrevistados que se declaram como pretos (as) e 29% dos (as) pardos (as), acreditam que a polícia apresenta algum tipo de perigo para si mesmo e para outras pessoas pretas ou pardas.

O estudo revela que 50% dos (as) entrevistados (as) negros(as), já passou por algum tipo de violência policial. Entre essas pessoas, 52% acredita que a polícia no Brasil é extremamente racista. Por outro lado, 69% dessas pessoas pertence as classes sociais C, D e E, e afirmam que a polícia oferece algum tipo de risco para si e para os outros, por causa do poder aquisitivo.

Na pesquisa, 50% dos negros já foram constrangidos por policiais passando por situações de desrespeito, agressão física e/ou verbal, extorsão e/ou suborno. Os dados informam que 64% dos homens negros de baixa renda, foram abordados pela polícia, enquanto 34% de homens brancos com as mesmas condições sociais, já teve uma experiência parecida. A abordagem completamente desrespeitosa e despreparada da polícia militar, alimenta um sentimento único que existe nas pessoas. Dos entrevistados, 62% alegam ter medo do que pode acontecer quando são parados por policiais.

O sentimento de medo no Brasil é compreensível e se afirma quando analisam-se outros dados estatísticos gerados por uma outra pesquisa, promovida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública dos anos de 2005 a 2015.

Neste estudo² (Atlas da Violência), mapearam os homicídios por região e caracterização das vítimas, constatando que a cada 23 minutos morre um jovem negro no Brasil. São 63 assassinatos por dia, mais de 318 mil jovens mortos entre esses 10 anos. Nesta pesquisa, consta que a cada 100 pessoas assassinadas 71 delas são negras, na faixa etária entre 15 a 29 anos e a maior parte dos crimes são cometidos por policiais.

Esse problema social se tornou um dilema triste e cotidiano para os jovens e famílias dos brasileiros. Quem parte não vai sozinho, leva um pedaço da família junto. São muitas vidas interrompidas no Brasil por dia, mais de 63. Mas, esse não é um enfrentamento exclusivo do povo brasileiro, se estende pelos outros territórios que foram colonizados e compartilham as mazelas da supremacia racial branca.

A suspeição baseada na aparência física das pessoas é inconstitucional e desumana. Contudo, esse não é um fenômeno isolado, atribuído a alguns integrantes da corporação. Antes de tudo, é uma falha da estrutura maior que não prepara os soldados da PM para o exercício da sua função, sobretudo nos bairros populares,

onde a identificação dos suspeitos é feita por policiais militares que, em geral, são eles mesmos, homens negros e pertencentes às classes urbanas pobres.

No desenrolar da discussão, surgiram outros subtemas que também estão relacionados com a História das pessoas pretas no Brasil e outros países que possuem esse mesmo histórico de dominação colonial. Um deles foi a quase inexistência de profissionais pretos(as) ocupando cargos de dentistas, médicos, professores universitários, juízes, dentre outras. São áreas com remuneração maior que um salário mínimo, mas exigem nível superior de escolaridade.

Como citado em parágrafos anteriores, González (2019) já explica a origem deste problema com as altas taxas de analfabetismo. Os índices são mais altos entre as mulheres e pode ser explicado por outro motivo. De acordo com a autora existe uma internalização da diferença (GONZÁLEZ, 2019, p. 408) que é constantemente reforçado no trabalho que exercem, alimentando aquele sentimento de inferioridade e medo que hooks (2020) descreve.

O outro ponto explicado pela autora sobre o atraso da escolarização das mulheres pretas e pardas remete a vida dupla, e até tripla, que elas são obrigadas a ter. González (2019, p. 408), explica que essas mulheres antes de saírem de casa para trabalhar precisam cuidar das suas famílias. O estereótipo da mulher negra que cuida da casa é presente no imaginário social brasileiro desde o início do período colonial, quando essas mulheres foram destinadas a cuidar das famílias e filhos delas e, principalmente, dos outros.

Por isso, muitas precisam abrir mão dos estudos porque sua jornada já é sobrecarregada e exaustiva. Parar de trabalhar não é uma opção, pois elas também são as maiores responsáveis pelo sustento familiar, além de garantir os cuidados dos mais velhos. Também são atribuídas a elas as funções de cozinhar, lavar e passar roupas, limpar a casa, prestar amparo aos doentes e feridos, e o que mais for necessário (GONZÁLEZ, 2019, p. 408).

Essa é uma cultura que passa por tantas gerações, que chegou a ser tão comum no cotidiano quanto a violência policial direcionada aos homens negros. Os jovens e adultos pretos e pardos, homens e mulheres, precisam escolher entre estudar e trabalhar e no mundo capitalista ninguém sobrevive sem dinheiro. A evasão escolar e universitária não é uma escolha para as pessoas pretas, é uma condição

defendida pela elite brasileira, que possui intenções bem delineadas em manter o atraso da maior parte da sociedade.

O palestrante, por ser homem, nos relatou que são muitas as ocasiões que surgem comentários direcionados a ele sobre o corpo masculino dos pretos ser mais forte e condicionado para trabalhos pesados e mais resistente a doenças, ao sofrimento e até a fome. Um pensamento que foi amplamente defendido por médicos e outros pesquisadores para manter a exploração dos corpos pretos e pardos, e ainda se encontra presente no imaginário da população.

Um outro problema apresentado foi que em Ribeirão das Neves, pela precariedade de muitos serviços oferecidos, existe uma evasão de profissionais qualificados. De acordo com as participantes, essa parece ser uma tática do poder público de esvaziar a cidade e deixá-la mais vulnerável para a população.

Por fim, à conclusão dos temas sugere que o povo preto não tem o direito de cuidar da própria vida e da vida de sua família. Os pensamentos e a vida giram em torno do trabalho, seja para sobreviver ou para tentar deixar a vida menos conturbada financeiramente. Uma das possibilidades existentes para fugir dessa realidade é o processo de aquilombamento. Esse não é um conceito, é um sentimento que significa juntar-se aos seus semelhantes de pensamento e ajudar os que precisam de amparo.

O quarto encontro, apesar de ter sido uma oficina, começou com informações pertinentes de serem registradas, uma das idealizadoras do curso, uma mulher do quilombo começou a atividade com alguns questionamentos e observações. Segundo ela, esse foi o primeiro evento organizado inteiramente pelas quilombolas e feito para elas. As participantes são mulheres da Irmandade, ou mantêm relações próximas ao grupo.

A atividade desse dia foi uma oficina sobre turbantes, a mulher que ministrou faz parte da Irmandade do Rosário. Ela começou a atividade perguntando se o turbante tem algum valor sentimental pra nós, que não fazemos parte da comunidade. Explicou a sua pergunta, nos contando que os mais antigos do grupo contam que as energias negativas podem entrar pela cabeça das pessoas, e esse acessório serve para protegê-las. Porém, as mulheres só o utilizavam quando estavam dentro da comunidade para evitar constrangimentos e provocações das pessoas que não entendem e respeitam esse acessório.

Outra pergunta foi feita pelaicineira e direcionada para as participantes: “Existe algum componente racista no uso dos turbantes?” Logo em seguida, ela mesma respondeu: “Não acredito que seja errado uma mulher branca usar o turbante. Errado é usar e não saber sua História, de onde veio e o que significa para as mulheres pretas.”

Aicineira relatou que fez algumas pesquisas sobre a origem dos turbantes, porém, as informações disponíveis não são precisas. Tudo indica que a origem desse acessório pode ter sido na Índia, Oriente Médio e/ou África. Um costume que foi passado de geração em geração, resistindo as mudanças espaciais e temporais. Partimos para a parte prática e em seguida o encontro foi encerrado.

O quarto encontro foi dividido em dois momentos, porque a oficineira do dia não pode comparecer, foi preciso improvisar um pouco para não dispensar a turma. Na primeira parte, aprendemos mais alguns estilos de turbantes. Em seguida foi proposto um diálogo no qual as participantes pudessem contar sobre as experiências que já passaram envolvendo seus cabelos, uso de turbantes, cor da pele, gênero, etc. Para esse dia específico, as participantes serão numeradas para que os leitores acompanhem alguns dos diálogos, uma vez que a interação foi intensa nessa atividade.

A primeira fala foi de uma das idealizadoras do evento, ela afirmou se espantar quando escuta uma pessoa dizer que “o uso de tranças e turbantes está na moda hoje em dia”. Isso porque na comunidade quilombola esse costume faz parte da História e da identidade das mulheres do grupo. Em sua adolescência, deixou de usar turbantes por ter passado por situações de desconforto e preconceito fora do seu meio social. Depois de adulta, voltou a usar por reconhecer o valor desse acessório de proteção para a Irmandade.

Ela continuou sua fala, contando que uma vez sua irmã passou por uma situação complexa. Essa mulher sempre usava turbantes fora da comunidade, um dia foi para o trabalho usando um. Ao chegar lá, um de seus supervisores a chamou para conversar e pediu para que ela não usasse mais “aquilo” no ambiente de trabalho, pois não era um traje “adequado” para exercer sua função. A sua irmã foi até a polícia prestar queixa de racismo contra o seu supervisor, no entanto, o policial que fez o seu Boletim de Ocorrência, disse que “não conseguia enxergar o que havia acontecido de errado naquela situação.”

A segunda fala foi de outra participante que contou ter vivido uma experiência parecida com aquela. Um dia, foi para o trabalho usando um turbante e seu supervisor pediu para que ela não utilizasse mais aquele acessório, pois aquilo “daria motivos para que os outros funcionários comparecessem no trabalho de boné”.

A segunda participante continuou sua fala relatando que quando anda na rua com turbante, as pessoas costumam olhar com desprezo e estranhamento. Dentro do ônibus, a maioria nem senta ao seu lado, associam esse acessório ao candomblé, religião de matriz africana, que também sofre hostilizações e preconceitos no Brasil. Ela questionou: “Parece até que você está indo fazer uma amarração para aquela pessoa que está te olhando ali naquela hora”.

Sobre a questão dos turbantes, essa discussão no meio acadêmico precisa ser amadurecida tanto quanto no restante da sociedade. As fontes sobre a origem desse acessório, como mencionado pela palestrante, não são precisas, as informações disponíveis são incertas, fragilizando qualquer discurso que vem se formando sobre o tema.

Buscar de onde surgiu, talvez não tenha a importância que deveria ter, se comparado a diversidade de relatos que aquele objeto apresenta. A questão da apropriação cultural deve ser questionada sim, porém existem realidades que precisam ser (re)pensadas.

Nesse dia, e em outros episódios, somos surpreendidos por relatos de mulheres que não são consideradas pretas (nesse momento essa questão não importa). O fato, é que elas estavam sob tratamento de quimioterapia, e um dos efeitos colaterais é a perda de cabelo em algumas pessoas. Por isso, existem mulheres que optam por usar turbantes neste período, até porque esse acessório ajuda a elevar a autoestima.

Algumas dessas mulheres, por não serem consideradas pretas, são questionadas por outras mulheres ao utilizar os turbantes. São acusadas de estarem se apropriando da cultura negra. O que quero que o leitor entenda, é que existem situações inimagináveis na vida de uma mulher, que possam leva-la a utilizar um turbante, não é necessário repetir os erros de nossos colonizadores, julgando as pessoas por razões que não nos pertencem. O nosso papel é conduzir as pessoas ao conhecimento e não utilizar isso como uma arma para defender alguns valores.

A terceira fala, foi de uma participante que namora um homem branco, toda a família dele é branca. A avó do namorado não conversa com ela, nem a cumprimenta, sua entrada é até proibida na casa. Ela nos contou que já ouviu essa avó questionar ao seu namorado se um dia o casal pensava em ter filhos, pois eles seriam os únicos “morenos” da família. Também já ouviu dessa mesma avó, que as pessoas pretas não possuem hábitos de higiene adequados. Assim como, ouviu um tio do namorado afirmar, que ele só se casaria com ela porque as “mulheres de cor” tem fama de serem “boas de cama”.

Na quarta fala a participante alegou que sua avó era branca, de família branca. Quando começou a namorar um homem preto, seu pai a deserdou da família. Ela completou dizendo: “Fico pensando por quantos anos essas histórias se repetem? Com quantas pessoas isso já aconteceu? Nós precisamos falar mais sobre isso sim!”.

As relações interraciais acontecem no Brasil desde o século XVI, quando indígenas e europeus entram em contato pela primeira vez. Durante o tráfico de pessoas africanas e o aumento do número de escravizados, as relações passaram a ser ainda mais complexas. No entanto, este tem sido um dos temas que carecem de discussões lúcidas, assim como o uso dos turbantes, por envolver uma série de outras questões que surgem numa relação afetiva e estão longe de serem resolvidos. Os casos de violência contra a mulher citados no primeiro encontro, podem ser usados como exemplo.

Mesmo que as conclusões de Freyre (1933) no livro “Casa Grande e Senzala”, vem sendo questionadas por incentivar a miscigenação e aproximação social aos brancos, é válido comparar os relatos utilizados pelo autor nas falas presenciadas nessa atividade. São exatos 87 anos de publicação do livro, contendo entre as informações tratadas, publicações de jornais, expondo o modo depreciativo que as pessoas de cor eram tratadas pela sociedade branca.

No século XXI, precisamente no ano de 2021, percebe-se que os mitos disseminados para afirmar a animalidade e continuar depreciando as pessoas de cor, continua presente nas falas e ações das pessoas. São essas atitudes que afirmam o quanto a sociedade brasileira precisa evoluir nesses temas, só o conhecimento sobre a realidade do processo de construção do Brasil pode despertar a consciência da população, modificando a estrutura das relações que foram estabelecidas neste território.

Na quinta fala, a participante nos contou que não foi contratada em um emprego por ser preta e gorda. A pessoa que era responsável por dar essa resposta negativa da empresa não teve coragem de falar isso com ela pessoalmente, pediu a uma outra funcionária que comunicasse a recusa da empresa. A sua frase final foi: “Não adianta ter cota na faculdade, se no mercado de trabalho não temos oportunidade de ter emprego”.

Sobre essa problemática, González (2019, p. 407) nos explica que a discriminação teve início quando os setores de prestação de serviços, como no caso de escritórios e bancos, pessoas que lidam diretamente com o público, passaram a ser ocupados por mulheres. Nesse momento atribuíram algumas exigências às vagas como “boa aparência e educação”.

Esse tipo de discriminação se tornou comum entre outros setores da economia as multinacionais, por exemplo, desenvolveram um código, a sigla “*cr*”, que significa *colored*, para diferenciar as candidatas negras nos testes de admissão. Ao perceber isso, as mulheres que estão procurando por emprego quando leem nas vagas de jornais que se exige “boa aparência” sabem que não serão admitidas (GOZÁLEZ, 2019, p. 407).

Para encerrar a noite, houve uma dinâmica na qual cada participante recebeu um caderno e orientações para desenhar uma pessoa. Começando pela cabeça, depois os olhos, nariz, boca e por fim os cabelos. Depois de pronto, cada uma deveria troca-lo com outra pessoa.

Isso era pra mostrar que apesar das nossas coordenadas serem iguais, produzimos imagens diferentes. Sendo assim finalizaram com a seguinte frase: “Precisamos nos unir enquanto comunidade preta, mas sabendo que temos nossas diferenças. Ninguém é igual a ninguém”.

No quinto encontro, a partir de uma parceria com o cineclube social, um grupo que busca levar para a periferia a exibição de filmes e debates sobre temas sociais, foi exibido um curta metragem de nome “Parece Comigo?”. Sua sinopse é a seguinte:

“Meninas negras não brincam com bonecas pretas”, diz a letra de um rap. O documentário explora o problema da falta de bonecas negras no mercado brasileiro e mostra o trabalho das bonequeiras que tentam mudar esse cenário, enfrentando a gigante indústria de brinquedos com seu artesanato consciente (Parece Comigo?, 2016).

Entrar no assunto sobre bonecas, mexe com o subconsciente de muitas mulheres pretas, desperta memórias e sentimentos até então esquecidos. Na fase adulta, algumas são capazes de compreender que a infância é a fase mais complexa, as experiências desse período marcam significativamente a vida de uma pessoa. Chega a ser comum, infelizmente, encontrar mulheres que carregam mágoas vividas nessa fase, tanto por familiares, quanto por pessoas que foram sendo introduzidas em seu círculo social.

Neste curta, utiliza-se um estudo de dois psicólogos, Kenneth e Mamie Clarke, desenvolvido em 1990 nos Estados Unidos, época em que a segregação racial dominava os espaços públicos do país. Os pesquisadores haviam elaborado uma pesquisa sobre a relação das crianças pretas com bonecas brancas e pretas, para constatar se o racismo estava interiorizado na sociedade.

Este estudo foi repetido com crianças de diversos países. Elas eram colocadas em uma sala onde haviam duas bonecas: uma branca e a outra preta. Os psicólogos faziam algumas perguntas do tipo “qual é a boneca boa?”, “qual é a boneca ruim?”, “qual é a boneca bonita?”, “qual é a boneca feia?”. Nisso, pediam que as crianças apontassem para as bonecas que correspondiam as respostas que elas achavam corretas.

A maioria das crianças que participaram da pesquisa associavam as bonecas pretas as características negativas de personalidade ou física. Após as respostas, os psicólogos pedem as crianças uma justificativa, e elas respondem que as bonecas eram “bonitas” ou “boas”, porque tinham “olhos azuis”, a “pele clara” e “os cabelos louros”. Para concluir, perguntam quais são as bonecas que mais se parecem com eles(as), e nota-se um constrangimento quando a criança aponta para as bonecas pretas.

A boneca simboliza para as crianças o seu filho, uma pessoa que se parece com você. Ninguém quer ser associado a adjetivos pejorativos, ou que indiquem algum tipo de perversidade. Uma das bonequeiras entrevistadas em “Parece Comigo?” (2016), fala sobre a representação do povo negro na mídia, as referências associadas a atitudes maldosas são frequentes, isso quando ao menos existe algum personagem negro em propagandas, filmes, novelas, etc.

Prestes (2016, p.684) faz uma associação entre o comportamento das crianças com a interiorização do racismo na sociedade, uma ferramenta de imposição

da colonialidade. Essa ideia alcança o subconsciente das crianças levando-as a pensar que só serão belas se forem brancas, assim como a cor da pele escura ser associada com sujeira ou com algo perverso.

Em meio a esses problemas apresentados, existem as bonequeiras. Elas são mulheres pretas que ao observar a falta de bonecas parecidas com elas no mercado, decidiram começar a produzir e comercializar esse produto. Pode parecer ingênuo, mas para as crianças isso representa a sua inclusão no mundo. A partir desse gesto elas começam a se enxergar e observar as pessoas ao redor que são seus semelhantes, isso reforça a sua identidade enquanto pessoa preta.

Ao contar sobre o cotidiano de trabalho, as bonequeiras dizem que é comum se deparar com frases do tipo: “Nossa, quanta boneca negra. Eu nunca compraria uma boneca negra por que de negra na minha casa já basta eu”. Os bonecos em forma de anjos, também são criticados com frequência pelo público negro. Para alguns clientes, é inconcebível associar a figura angelical com a cor de pele escura. Essas atitudes são reflexos dos sistema colonialista que consegue convencer os próprios pretos de que ser dessa cor é um fardo, é impuro, uma vergonha.

Posterior a exibição do filme, houve um debate no qual as participantes compartilham algumas de suas experiências pessoais, que estão relacionadas ao tema do filme. Foi constatado por unanimidade que quando crianças, nem nos questionávamos sobre a cor das bonecas, algumas das mulheres contam que nem chegaram a ter esse brinquedo. Nota-se também, a falta de pessoas pretas sendo representadas em personagens de livros nas histórias infantis.

Uma das participantes chamou atenção para o modo que sua mãe tratava o seu cabelo. O momento era marcado por muita violência, sua mãe o associava a algo muito difícil de lidar, incentivava sua filha a alisar o cabelo porque assim seria mais “fácil” lidar com ele. Uma lembrança familiar que remete a traumas particulares das experiências dessa fase.

É perceptível quando se está no meio de mulheres pretas que a atenção se volta para assuntos relacionados aos cabelos. Somos questionadas com frequência sobre ter ou não cabelos lisos. Será que isso torna uma pessoa menos preta? E menos empoderada? É como se essa identidade, de ser preta, dependesse apenas do cabelo das pessoas. Quando as mulheres optam por alisar seus cabelos, as

situações de racismo ainda continuam a fazer parte de sua vida. Na verdade, tudo se torna motivo para diminuir o que é ser mulher e o que é ser preta.

Malcon X foi um ativista reconhecido internacionalmente por lutar pelos direitos dos afroamericanos, nos Estados Unidos da América (EUA), até ser assassinado em fevereiro de 1965. Em um de seus discursos, na cidade de Los Angeles em 1962, ele expõe alguns questionamentos para o público que estava o assistindo:

“Quem te ensinou a odiar a textura do seu cabelo? Quem te ensinou a odiar tanto a cor de sua pele a tal ponto de você se encher de maquiagem para se parecer mais com os brancos? Quem te ensinou a odiar o formato do seu nariz? E o formato dos seus lábios? Quem te ensinou a odiar a si mesmo, a odiar-se da cabeça aos pés? Quem te ensinou a odiar a sua própria raça? Quem te ensinou a odiar tanto a sua própria raça a ponto de você não querer ficar perto de outros da sua cor?”

Responder a esses questionamentos é o começo da mudança. Rever as atitudes consigo, conseqüentemente, conduz a prestar mais atenção com o modo que lidamos com os outros (as). Algumas participantes chamaram a atenção para a importância das relações que desenvolvemos, sejam as amorosas ou de amizade.

Priorizar o seu semelhante é um ato que simboliza o (auto)cuidado, um modo de (sobre)viver dignamente. Uma das idealizadoras do projeto relatou que decidiu parar de alisar seus cabelos para que sua filha crescesse sabendo que ela pode até mudar, mas precisa amar o seu cabelo natural.

Os seis encontros posteriores, foram dedicados a oficinas práticas divididas em: duas sobre cuidados com cabelos crespos e cacheados; duas sobre cuidados com a pele e maquiagem para pessoas pretas; e duas sobre tranças nagô e derivadas. Como oficinas práticas, a interação entre as participantes foi voltada para tirar dúvidas sobre os procedimentos que ensinados.

No décimo segundo encontro, a palestra foi sobre “Dinâmicas Étnico Raciais e de Gênero”. A palestrante foi uma mulher da Irmandade do Rosário, ela contou que não possui nenhuma formação superior sobre o tema, porém, compartilha com as pessoas as suas experiências enquanto mulher, preta, quilombola, que trabalha com a cultura e está inserida na sociedade.

Ela começou contando sobre sua árvore genealógica, seus avós moraram em Campanhã. O seu avô falava rebole, uma língua de uma das nações africanas,

chegou ao Brasil enquanto escravizado para trabalhar neste continente. A palestrante enfatiza que conhecer a história dos nossos antepassados, deveria ser um ato comum dentro das famílias.

Mesmo não cursado uma graduação, ela busca fazer cursos para aprender mais sobre as questões étnico raciais e de gênero. Em um deles, foi explicado que o termo “raça”, por sua implicância depreciativa, não vem sendo utilizado por muitos pesquisadores. Ela relata que o conceito de etnia, que engloba a bagagem cultural e a vivência do indivíduo ganhou espaço nos debates.

Nas discussões contemporâneas, não se considera apenas os traços físicos para definir uma raça. A cor da pele, que era a principal definição, perde espaço para as questões mais subjetivas, como a ancestralidade, para que todas as formas de vida sejam contempladas.

Neste curso, a palestrante comenta que aprendeu sobre as formas de vida e cultura na África. A partir do que ela aprendeu, pôde fazer conexões de costumes e práticas que estão presentes no modo de vida da sua família, que antes não faziam sentido para ela. Esse fato pode ser fundamentado com o estudo de Castro (2016), no qual a autora identificou através da estrutura morfológica, a semelhança entre palavras de origens africanas que são faladas no Brasil.

Algumas palavras como “quilombo, candomblé, senzala, missanga”, são resultantes da interação entre a língua portuguesa, as indígenas e as africanas (CASTRO, 2016). Esse processo começou dentro das senzalas, e foi neste espaço que ocorreram outras trocas como o conhecimento sobre raízes comestíveis, ervas medicinais, bebidas, costumes e tradições, que foram aos poucos sendo introduzidos no processo de construção da sociedade do Novo Mundo (RIBEIRO, 1995).

A palestrante chama a atenção para o fato das formas precárias de educação no Brasil, tanto a familiar quanto a formal, não ensinam sobre as características físicas, a História e cultura das pessoas pretas do Brasil. Por isso, é comum se deparar com situações cotidianas de reprodução do racismo, que não são vistas com um olhar crítico daqueles que sofrem com esses atos, mas ainda se encontram desinformadas sobre o assunto.

Segundo ela, “A identidade de uma pessoa não pode ser definida pela cor da pele. O povo preto tem etnias, culturas, religiões e vivências diferentes. O conjunto disso forma a sua identidade”. Para ilustrar algumas das falhas da educação, contou

que em Ribeirão das Neves no dia 20 de novembro as escolas costumavam chamar as crianças do quilombo para serem exibidas como um fruto do que foi o sistema escravista do Brasil, sem explicar a realidade histórica deste fato e conscientizar as outras crianças sobre esse processo social. Essa não é uma situação restrita ao sistema de educação desse município.

De acordo com ela e as outras participantes que são do quilombo e compartilham dessas experiências quando crianças, o sentimento era de vergonha porque quando aquela data comemorativa acabasse sofriam zombarias das outras crianças. As pessoas que não tem contato com a cultura quilombola a reconhecem como diferente e inferior, um outro exemplo é a associação dos povos indígenas à povos primitivos.

As características dos povos são resumidas a superficialidade. As escolas ocultam a verdadeira versão da História do Brasil, não tratam o sistema escravista colonial com a devida importância e escondem as pessoas pretas que conseguiram comprar sua liberdade e contribuir para mudanças sociais que são importantes para a população preta.

A palestrante inclui que essas questões devem ser conciliadas com a educação familiar, uma vez que o ato de educar não está limitado as salas de aula. Esse conhecimento precisa ser construído em conjunto com as pessoas da família, mas desassociado dos valores religioso, sobretudo entre aqueles que buscam provar seguir o “Deus certo”, alimentando um tipo de competição entre as religiões.

A cultura das pessoas pretas deve ser ensinada para reverter o racismo estrutural pois ninguém nasce com preconceitos, esse é um pensamento construído a partir de crenças e valores sociais. A palestrante compartilhou uma experiência, relatando que um dia em seu trabalho, ouviu uma criança contando para a mulher que estava como sua responsável (provavelmente sua mãe), que gostaria de ficar com a pele da “cor de bombom, igual a dela”, nisso apontou em sua direção.

A mulher que estava a acompanhando, ao invés de aproveitar a oportunidade para educar sem constranger, repreendeu a criança e ignorou o assunto. No entanto, ela estava insatisfeita com a resposta e continuou com a seguinte pergunta: “será que se eu ficar sem tomar banho, consigo ficar dessa cor?”. Mais uma vez, sua acompanhante repreendeu com ameaças aquela criança.

Esse comportamento, provavelmente, irá resultar num adulto que não entende sobre a existência das diferenças entre as pessoas, não apenas as características físicas, as étnicas e culturais também se incluem nisso. Um adulto sem informação, reproduz falas e atitudes racistas, pois provavelmente, acredita no senso comum de que a raça branca é superior as demais, como demonstrado no documentário descrito em uma das atividades.

Algumas participantes e a palestrante, que são mulheres do quilombo, defendem que trabalhar a História do Brasil e do quilombo com as crianças da comunidade, ajudou a desenvolver neles a identidade do ser preto. Atualmente, as crianças não sentem vergonha em pertencer ao grupo pois conhecem e valorizam a cultura e suas tradições. É a partir do conhecimento, que as pessoas conseguem reagir as opressões que podem surgir dos demais.

Encerraram o evento com a seguinte fala: “A sabedoria ninguém te tira. Quando aprendemos sobre um assunto temos confiança para tratar dele e isso deixa as pessoas mais fortes. A sabedoria te fortalece! Por isso esse assunto preciso ser inserido nas escolas com as crianças e os adolescentes.”

As informações tratadas ao longo do texto representam uma parcela da realidade vivida pelo povo preto, no espaço urbano contemporâneo. Apesar de ser uma leitura contemporânea, os eventos revelam uma ligação com o passado histórico de formação da sociedade brasileira.

Visto o posicionamento dos quilombolas e demais pessoas que se reconhecem enquanto preta (o), a passividade não se encontra presente neste processo de construção. Ao contrário do que se presencia nos discursos intelectuais brancos, essa característica, assim como a falta de organização são argumentos que já se tornaram exaustivos e desonestos.

3.6. Um diálogo entre “O direito a cidade” e as ações da Irmandade do Rosário

Para discutir os fatos da vida urbana alguns geógrafos(as) utilizam em seus trabalhos o filósofo Lefebvre, que aborda ao longo de sua obra “O direito a Cidade” (1968) sobre as relações sociais que se desenvolveram nesses meios.

Para este trabalho, a perspectiva deste autor se torna relevante para dialogar com as informações coletadas durante as entrevistas semiestruturadas com os

quilombolas da Irmandade do Rosário. Algumas práticas do grupo demonstram embates entre a realidade social vista pelos atores investigados e as teorias de Lefebvre, que se mostram interessantes para avançar sobre o conhecimento disponível sobre as relações formadas nos meios urbanos.

Este autor, formula sua pesquisa se baseando na crítica Marxista após concluir que o “tecido urbano” não se limita a sua estrutura. O meio retratado, na verdade, seria o suporte da sociedade urbana, nesse modo de vida coexistem as relações econômicas, sociais e culturais (LEFEBVRE, 1968, p. 19).

Lefebvre (1968) faz uma releitura da formação das cidades sob a perspectiva filosófica, desde a era feudal na Europa, passando pela transição e consolidação do capitalismo, período em que a globalidade influencia os rumos e tomadas de decisões em nível local. Quando a Europa passa pela industrialização, esse processo traz novas implicações para o meio urbano que envolvem a materialização do espaço, da própria filosofia, da arte e das outras ciências.

Neste sentido, para Lefebvre (1968), a cidade contemporânea não pode ser vista como passiva, observar sua organização aponta para a exploração das classes sociais, operárias e dominantes. A Cidade representa, portanto, um complexo de sistemas que produz uma ideia de valores sociais, projetada no consumo não apenas de mercadoria.

Isso se torna uma ideologia desse espaço e nesse processo todos os elementos se tornam consumíveis. É importante destacar, que para o autor cada Cidade possui suas particularidades, elas estão relacionadas ao seu processo histórico.

No entanto, em sua teoria Lefebvre (1968, p. 23) reduz a formação das cidades na América Latina ao êxodo rural, no qual a industrialização, finalmente, chega ao Brasil em 1970 e só a partir daí esse modo de vida urbano pode ser considerado neste território. Comparando as datas, o livro de Lefebvre ainda não havia sido publicado quando a industrialização tardia começa a ser inserida no modo de vida da sociedade brasileira de acordo com Miguel e Ortigaza (2009).

Esse equívoco pode comprometer a interpretação projetada para os territórios colonizados. Essa perspectiva vem sendo reproduzida nas pesquisas desenvolvidas sobre as relações que foram construídas por mais tempo e com um contexto mais complexo do que o apresentado por Lefebvre em 1968.

Em primeiro lugar, Ribeiro (1995) adverte que este país foi projetado para abrigar pequenos centros comerciais no início de sua formação no século XVI. Os locais foram planejados inicialmente apenas para exercer atividades econômicas, entretanto as relações sociais acompanham o ser humano em todas as dimensões que são desempenhadas.

Nesse caso não seria diferente. Nesse período inicial os (as) trabalhadores (as) daquele espaço, para otimizar seu tempo, montavam as residências perto dos comércios, assim os centros urbanos se expandem e com isso as relações sociais foram intensificadas nesses locais.

No entanto, por se tratar de uma sociedade escravista, que baseava a divisão da sociedade e do espaço a partir da cor da pele das pessoas, os movimentos causados pelas revoltas dos escravizados acarretou em mudanças entre a relação com o espaço e com a sociedade que estava se formando no Novo Mundo.

Em meio ao cenário de exploração desenvolvido nos territórios colonizados, os corpos explorados não se limitaram a aceitar as imposições de seus senhores. Os escravizados fugiam das senzalas rumo ao desconhecido, alguns tentavam a vida na cidade, outros iam em busca dos quilombos, a intenção de todos era viver sua vida com liberdade.

Em sua hipótese, Lefebvre (1968) considera que o auge da urbanização em qualquer cidade capitalista, apresenta uma problemática que envolve sobretudo o modo de vida desse sistema. Esse momento começa a ser percebido quando as características da vida urbana são introduzidas no cotidiano rural, modificando e comprometendo a sociedade e a natureza.

Neste estágio das coisas, Lefebvre (1968, p. 80) afirma que a sociedade moderna se encontra ocupada, sendo forçada a manter o funcionamento e organização das empresas e indústrias, por isso é pouco capaz de compreender e apresentar soluções para os problemas em que se encontram imersos.

Ao afirmar esses pontos, mesmo sua teoria concedendo as cidades flexibilidade para adaptar-se as condições históricas, o autor desconsidera as particularidades que aconteceram nos territórios colonizados, coordenados sob o regime escravista por séculos. Após a abolição do sistemas escravista, as relações sociais continuam seguindo o pensamento colonialista, moldando a organização

espacial e reproduzindo as condições de subalternidade das pessoas não brancas no território brasileiro.

Segundo Lefebvre (1968, p. 82), nos espaços urbanos, a sociedade está subordinada a obedecer ordens racionalistas e burocráticas criadas pelo Estado e pelas organizações industriais, com o apoio das grandes empresas que cobram o aumento da produtividade da sociedade. É a partir daí que o organicismo, conceituado pelos filósofos como a ordenação das zonas urbanas, passa a atender os interesses dos grupos citados.

A organização do espaço material da cidade é lida por Lefebvre (1968) de acordo com o ponto de vista filosófico, é definida por “áreas” ou “zonas” organicistas, onde as funções que abrigam se sobrepõem para dar lugar a praticidade. A tendência é a homogeneização das diferenças naturais e do meio camponês. A monotonia encobre as diversidades e esse processo ocorre pelo cotidiano.

O estágio de crise urbana alcança a sociedade quando se começa a perceber a atuação da homogeneização geométrica das habitações, da apropriação do tempo, dos símbolos. O poder exercido pelo Estado e pelos maiores interessados no domínio econômico promovem a desvalorização da sociedade urbana. Lefebvre (1968, p. 84) contextualiza que:

[...] a sociedade urbana e “o urbano” persistem e mesmo se intensificam. As relações sociais continuam a se tornar mais complexas, a se multiplicar, a se intensificar, através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, sua razão suprema, a saber a simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer.

A realidade do cotidiano na América Latina possui elementos, que num primeiro momento, permitem associar os problemas urbanos ao modo de vida que se baseia no valor de uso para sobreviver na sociedade contemporânea. No entanto, no Brasil por exemplo, nem sequer existe uma monotonia da vizinhança, ou o padrão de moradias comum entre os bairros pobres de Londres que o autor traz como exemplo recorrente em seu texto.

Quando se caminha pelas favelas urbanas do Brasil nota-se a inexistência de um padrão de moradias. Ao contrário disso, a paisagem é extremamente heterogênea, composta de símbolos que carregam significados, o econômico de mistura com o cultural, ambos são herdados do modelo de colonialidade. Um sistema tão abrangente que é capaz de definir até as diretrizes materiais. Lefebvre não

considera o contexto que se desenvolveu nas colônias em geral, onde a exploração da vida humana é a base de sua formação como território, assim como os grupos de resistência que surgem nesses países.

No caso do Brasil, a segregação sociológica analisada por Lefebvre (1968, p. 98) não é uma tendência, é uma imposição. O distanciamento social é a realidade da população, quanto mais se é pesquisado sobre as estratégias de deculturação e embranquecimento da população, as ações se mostram mais cruéis e premeditadas. Enquanto para Lefebvre a questão é ideológica e racional, nas colônias o pensamento disseminado é a submissão que se inicia no subconsciente.

Entretanto, a passividade dos povos escravizados não se encontra presente na formação deste território. Concordar e reproduzir sem considerar esses aspectos, contribui para a negação de que existem organizações sociais que buscam colocar em prática outros valores e crenças em meio ao sistema operante. O sentido desses grupos consiste em evidenciar que novas possibilidades de sociedade existem e estas não são pautadas na exploração justificada pela inferioridade das diferenças.

Para apresentar essa realidade, Nascimento (2008) evidencia que não foi necessário entrar em contato com o colonialismo antes para só então existir uma dialética dessa perspectiva. As organizações sociais denominadas *kilombos*, já se encontravam presentes em algumas nações no ano de 2.000 a. c. no continente africano, a invasão europeia só ocorreu no século XVI.

O quilombo, por ser maleável e adaptar-se facilmente as condições que lhe forem impostas, apresenta novas formas quando chegam ao Brasil. Com o passar do tempo, os quilombos não deixam de existir, apesar das investidas constantes para destruição dos núcleos. Os grupos são capazes de se transformar com facilidade para adequar as condições históricas do meio em que vivem.

No caso da Irmandade do Rosário, os quilombolas contam, que apesar das mudanças físicas que transformaram um quilombo rural em urbano, as relações entre as famílias se mantiveram firmes ao longo dos anos, despertando o interesse de outras pessoas a fazer parte das atividades culturais que compõem a tradição do grupo.

Mesmo com as peculiaridades de cada grupo, é válido ressaltar que as relações desenvolvidas dentro de qualquer quilombo, apresentam uma característica

comum entre inúmeros. Elas podem ser descritas por uma das entrevistadas desse modo:

A nossa relação aqui, uns com os outros, é uma relação de família mesmo. De cuidado um com o outro né, a gente se ajuda, né. Todo mundo aqui tem pouco, mas todo mundo que tem pouco divide com o outro que tem menos, sabe?! Então, nossa relação aqui é de Irmandade mesmo, o nome já diz! É sempre um ajudando o outro, uma relação muito próxima. Os nossos filhos crescem juntos, como primos, como amigos, então, assim, a gente tem uma relação muito próxima aqui dentro do quilombo. Se é uma festa, todo mundo junto, se tá no hospital todo mundo vai apoiando, se tem um velório todo mundo vai também, então é uma relação muito próxima.

De pai pra filho, família mesmo. Porque aqui, igual eu tô falando pra você, a gente veio pra cá pequeno, mesmo que os pais não viesse, mas meu padrinho passava lá em casa e me trazia como se eu fosse filho dele. O avô da Carol era muito amigo do meu pai, eles trabalhavam na fazenda, então quando meu padrinho não podia vim ele passava lá e me trazia. Ele vinha de cavalo lá da fazenda e passava lá em casa, eu montava na garupa do cavalo e vinha. Então, eu sempre vinha trazido ou por ele ou pelo meu padrinho, já era uma relação de confiança porque eles deixavam eu vim com ele. O meu padrinho até hoje eu falo, ele já faleceu já faz muitos anos, mas uma pessoa que não me sai da memória, eu já considerava como se fosse um pai pra mim. Porque tem muito tipo de educação que eu tive na vida, que na verdade não foi meu pai que me deu, foi ele que deu. Essa educação mesmo dentro do Reinado foi ele que me deu, ele era primeiro capitão e depois eu fui até herdando a posição dele aqui dentro do Reinado. Ele foi me educando dentro daquilo, então, a relação é de pai pra filho. E até hoje no Reinado a relação é só assim, é um saber que nós vamo passando de pai pra filho, vai passando de um pra outro, então a relação é de família, de pai pra filho.

Uma das questões que o autor enfatiza é a percepção de tempo. Qual é a relação disso com o cotidiano das classes sociais que habitam, no sentido de *habitat*, o espaço urbano. As pessoas pertencentes as classes menos favorecidas economicamente e que sofrem com a “desagregação espacial” (CARLOS, 2008), identificam-se desfavorecidas sobre esse fator também.

A sensação de não conseguir controlar o próprio tempo se torna um problema grave na vida do trabalhador. A todo momento seu destino se apresenta em formas de obrigação, é seu dever estudar e trabalhar, assim como se preocupar constantemente em ganhar dinheiro para sobreviver. Preocupar-se com questões como a formação da sua identidade e com formas de lazer voltadas para enaltecer isso, soa como algo distante e até mesmo romântico.

No entanto, o que se encontra nas Histórias que descrevem os quilombos brasileiros, são movimentos que demonstram uma nova relação com o tempo. Dos quilombolas entrevistados, todos participam das ações do grupo desde quando nasceram, seja tocando e dançando nas festas, enquanto crianças. Quando adultos, atuam efetivamente na organização do quilombo. As crianças da geração contemporânea e os jovens, mantêm as tradições, como contam duas entrevistadas:

Tenho três filhos, os meus filhos também dançam comigo, o meu mais velho dança na guarda de Moçambique e os outros dois, na guarda de Congo.

Eu casei aqui nessa igreja no quilombo em 2014, em 2015 nasceu o meu filho Bernardo, que dança na guarda de Moçambique também, já está com cinco anos, segunda – feira ele faz seis e acompanha meu pai na guarda de Moçambique.

As pessoas entrevistadas se encontram profissionalmente ativas, as idades variam entre 28 a 66 anos. Os níveis de escolaridade são variáveis, entretanto, todos afirmam que buscam fazer cursos, interagem com novas formas de conhecimento constantemente para não serem desfavorecidos pela falta de informação. O interessante das falas é perceber que cada um tem sua vida fora do quilombo, mas o tempo de dedicação para a comunidade é sagrado.

Em uma passagem de “O direito a cidade”, Lefebvre (1968, p. 126) indica como estratégia, criar organismos voltados para a vida das crianças e adolescentes, como por exemplo, “creches, campos de jogos e de esportes”, lugares que fogem da formalização escolar. Enfatizando uma maneira pedagógica mais simples de abordar a vida social, ensinamentos sobre a vida sexual, questões sobre a vida em geral, marcando a passagem das estratégias para a prática.

Como demonstrado nesta seção, os quilombolas da Irmandade do Rosário, já tomaram a iniciativa de promover esse tipo de educação interativa e não formal. As ações, por serem voltadas para os membros da comunidade e para pessoas de fora, indicam que essa utopia já pode ter sido alcançada, só precisa de mais incentivo para ser ampliada.

Na verdade, isso já acontece há muito tempo. Meu pai mesmo, acredito que isso começou com meu pai, se teve alguém antes dele eu não sei, mas foi meu pai que começou a ensinar as coisas do quilombo pro pessoal de fora. A dar oficinas, palestras, a viajar pra contar a nossa História, meu pai que começou. Por meio de parcerias com pessoas que vinham pra conhecer o quilombo e faziam essas

trocas, essa parceria. E aí, vendo ele fazer dessa forma, a gente seguiu o mesmo caminho. Lembro que na época dele tinha muito menos essa comunicação, a internet era uma coisa, assim, ainda nem tinha, a gente nem utilizava. Então, hoje em dia essa é uma coisa muito mais ampla, a gente tem muito mais acesso a esse tipo de informação pra promover live, por exemplo, pra ensinar a culinária do quilombo, pra ensinar a fazer um tambor, um rosário, tá bem mais aberto hoje em dia.”

Observando o estilo de vida dos quilombolas, contando as experiências das primeiras formações até as que se encontram presentes na sociedade contemporânea, os dias foram e são construídos, pensando no futuro. Para não esquecer dos objetivos estabelecidos, os grupos buscam lembrar fatos do passado a partir de músicas, teatros, festas, roupas, acessórios, dentre outros elementos.

Aproveitando a deixa de Lefebvre (1968) quando observa sobre a impossibilidade de fragmentar as relações sociais que são construídas no espaço, apresenta-se, além disto, a relação com o lugar que está localizada a Igreja do Rosário, com um valor não econômico. Talvez, para algumas pessoas isso não seja possível de existir, no entanto, basta conversar com um quilombola para começar a compreender essa relação.

Foi questionado aos entrevistados sobre a relação deles com o lugar físico que se encontra a Igreja Nossa Senhora do Rosário, as respostas foram as seguintes:

A nossa relação a gente pensa o seguinte: de segunda a sexta a gente tá na nossa casa né, porque a gente tem que trabalhar ou ir pra escola, só que no sábado e especialmente no domingo, é aqui que a gente mora. Então é aqui o nosso quintal, é aqui que as nossas crianças brincam, é aqui que quando a gente era criança, a gente brincava, que a gente corria nessa grama, rolava na grama, é aqui que a gente teve esses vínculos de amizade, que a gente continuou aqui, que não veio só dos nossos avôs, dos nossos pais, a gente como filhos continuou essa corrente de amizade, de união, de Irmandade. Foi aqui!

Ai, eu podia usar um monte de palavras, mas deixa eu ver... é a casa da mãe aqui. É essa sensação de acolhimento.

Para demonstrar o valor único que o lugar do quilombo representa, os entrevistados consideram que para eles caso precisem mudar o local da Igreja algum dia, isso enfraqueceria os laços entre os quilombolas, e a Irmandade poderia até acabar. É pertinente lembrar que a maior parte das famílias comprou suas casas perto da Igreja, mantendo essa relação como prioritária.

Para finalizar, Lefebvre (1968, p. 128) discorre sobre as possibilidades de resolver os problemas levantados com o lazer. Entretanto, o autor reflete que é necessário acabar com a separação que se encontra presente nas festividades, a divisão entre vida cotidiana e lazer. Existe um movimento, no qual a mídia e a publicidade direcionam como o tempo dos sujeitos deve ser aproveitado. O problema desta situação, é que as festas e demais momentos de descontração devem proporcionar transformações na vida cotidiana.

Utilizar esse fragmento em estudos culturais é outro equívoco que invisibiliza, não apenas as festividades que encontramos nas comunidades tradicionais, como as indígenas e de outros quilombos brasileiros que apresentam elementos históricos de representação da identidade daquelas pessoas.

As questões apresentadas por estes grupos não se limitam ao aspecto econômico, as pautas apresentadas de maneira lúdica representam mais do que Lefebvre (1968, p. 130) previu, com a tendência das relações se reduzirem ao valor de uso e valor de troca dos espaços urbanos. A cultura não se reduz ao consumo, é na arte que o ser humano consegue superar as expectativas criadas pelo capitalismo para preencher e dar algum sentido à vida.

Romper com esse paradigma, só é possível quando se escuta o que as pessoas tem a dizer. Pelos apontamentos de um grupo apenas, as sugestões de melhorias são pertinentes e amplas, imaginem se além de cadastrar todas as comunidades brasileiras, as famílias fossem ouvidas sobre suas Histórias, suas particularidades, os conhecimentos e os atendimentos que cada grupo necessita. Pensando nesta perspectiva, foi perguntando aos quilombolas quais são as melhorias indicadas para o grupo:

Eu vou te falar um que se encaixaria nos três: seria mais iniciativa com a Lei Emergencial Audir Blanc, porque se todas as comunidades quilombolas tivessem uma verba destinada anualmente, não vou citar valores, mas vamos supor 50 mil para investir na comunidade, a gente investiria nos trabalhos artesanais, que podem ser vendidos, na nossa culinária que a gente pode dar cursos, da nossa tradição, tranças, turbantes... Se todas as comunidades recebessem essa verba anualmente, a gente já teria vários empreendedores quilombolas que viveriam do seu próprio sustento, não iriam buscar formações fora do quilombo para sobreviver.

É muito complicado, a gente sabe que por direito a gente deveria ter um cadastro específico no CRAS, identificando que tal pessoa cadastrada também é quilombola, no cadastro do PSF também deveria tá cadastrado que você é quilombola, na sua escola quando

for fazer matrícula, e não tem nem esse campo, quando você vai preencher não existe essa opção. Então, eu acho, assim, que o reconhecimento é a primeira parte, a política pública do reconhecimento em todos os setores na prefeitura.

Além da escola, do Posto de Saúde, trazer um cursinho vestibular para os nossos meninos do quilombo, orientar a respeito da cota que muitos jovens estudam, mas não sabem, não tem conhecimento de como faz pra conseguir entrar nesse programa de cota. Então, assim, a curto prazo meu planejamento é trazer informações para dentro do quilombo, por meio de cursos, de palestra, de conversas, pra que de certa maneira oriente o nosso pessoal sobre os direitos do povo quilombola, acho que é importante.

Como a gente tem esse sentimento de que a educação transforma, né, vamos começar pela educação. O desejo maior que eu teria é que nós conseguíssemos uma escola quilombola, pra isso eu sei que a gente depende de um recurso maior, porque assim, pra construir uma escola você precisa de ter um terreno, de ter uma verba e tal, mas nós temos uma escola que é bem próxima do quilombo né, é que nós temos um sentimento muito grande por essa escola. É uma escola que chama Francisco Labanca, que é a mesma pessoa que foi generosa e doou pra gente esse terreno, foi uma pessoa que eu não tive a oportunidade de conhecer, mas ouvi meus avós falar e eu acredito que ele foi uma cidadão, que no tempo que ele viveu, ele pôde ajudar pra melhoria do povo, ele ajudou né. Inclusive, nós tá aqui por causa dele, então se a gente tivesse essa oportunidade de passar essa escola a ser a escola do quilombo seria o primeiro desejo meu.

Após as conversas com os quilombolas entrevistados, nota-se que os problemas vividos por eles nem se quer chegam perto das questões levantadas pelos pesquisadores ao longo do tempo. A articulação da comunidade e as soluções que indicam para solucionar alguns dos problemas, demonstram a concretização de um modo de vida que permanece ao longo do tempo, cumprindo o seu plano inicial de organização social, exercendo o papel de ir contra ao regime escravista e de homogeneização de uma população diversa e complexa.

O Estado, que permanece sob as influências coloniais, invisibiliza a História da comunidade quilombola quando não a inclui nos registros do município, sendo que a Irmandade do Rosário já se encontrava consolidada no território de Ribeirão das Neves antes mesmo deste ser reconhecido enquanto cidade.

Os quilombolas contam que a relação com o poder público vem melhorando nos últimos tempo. Apesar disso, os problemas de infraestrutura e segurança pública, como os casos de depredação do patrimônio da comunidade, precisaram ser resolvidos por eles, ou as situações continuariam a ser recorrentes. Para resolver esse

caso, os moradores organizaram uma campanha online, arrecadando por meio de doações o valor necessário para instalar um sistema de segurança na Igreja.

Uma situação grave, que se não fosse resolvida poderia colocar em risco a vida de algum quilombola por negligência do Estado e da população, que se mantém ignorante a sua própria realidade de vida.

Diante das situações expostas nesta seção, as organizações quilombolas desde o início, foram projetadas para se opor ao regime de massificação colonial. A sua persistência para continuar existindo até o século XXI (sem perspectivas de que cheguem ao fim), é o que surpreende os negacionistas.

As comunidades, mesmo aquelas que ainda não são certificadas, carregam por gerações os modos de vida e valores que possibilitam a prova desta ligação com os primeiros grupos. A chave para essa compreensão está no cotidiano, nas respostas que se tornam ações concretas, fundadas nos ideais do grupo.

Quando se conhece a realidade de uma comunidade quilombola, o espanto com a sua organização deixa de existir. Um exercício de observação que os pesquisadores devem investir mais tempo e dedicação, com mais seriedade e também serenidade, como fazem os quilombolas há cerca de quatro séculos somente no Brasil.

Como o grupo é parte constituinte da sociedade, os problemas locais são reflexos do mundo global, o interessante é observar o modo com que os quilombolas lidam com as adversidades. Como Lefebvre (1968) mesmo observou, as propostas de mudança viriam da base, o autor considera em seu texto a classe trabalhadora como agente transformadora.

De certo modo, como os quilombolas estão incluídos nesta classe não haveria contradições com a teoria do “Direito a Cidade”. No entanto, se tratando de uma organização social concreta, que lida com os problemas da sociedade de forma coletiva, as utopias lançadas pelo autor já podem ter sido alcançadas por alguns quilombos, nos fazendo refletir sobre o real papel do quilombo na História do Brasil e os motivos de sua invisibilização.

Os quilombos brasileiros são os protagonistas desta História que evidenciam as possibilidades de mudança que começam pela base, propondo e executando ações práticas que possibilitam solucionar os problemas estruturais desta sociedade.

É preciso ouvir com mais atenção o que os quilombolas tem a dizer sobre valores, experiências de vida e possíveis soluções.

4. A IDENTIDADE QUE SE FORMA ATRAVÉS DA CULTURA

As concepções existentes sobre cultura e identidade são variadas e distintas, se considerar apenas as abordagens utilizadas na antropologia, por exemplo, definir uma abordagem parece impossível. Os pesquisadores dessa área, compartilham em comum o pensamento de que ambas são dinâmicas, uma construção cotidiana na qual os fatos históricos ocorridos no espaço ao longo do tempo são determinantes neste processo.

Os estudos decoloniais se mostram cada vez mais importantes para conhecimento da cultura nas Américas. Sem anular as interferências do colonialismo, mas buscando incluir e compreender as contribuições que os povos indígenas e africanos possuem nessa construção, já que o conhecimento que permanece em constante divulgação evidencia apenas a versão eurocêntrica como possibilidade.

O planejamento destinado as colônias europeias, como destacado por Quijano (2005, p. 121), conservava o controle absoluto da produção cultural, intelectual e outros elementos subjetivos presentes numa sociedade. Tudo isso para manter a população colonizada para produzir apenas o capital, ou seja, a única função que deveria ser desempenhada pelos escravizados seria o trabalho.

O sistema escravista no Brasil foi o último a ser legalmente criminalizado, os escravizados só se tornaram “pessoas livres” de acordo com a legislação em 1888. Esse comércio foi lucrativo e satisfatório para os colonizadores europeus. Entretanto, a relação econômica não foi a única desenvolvida, como esperavam. Foram mais de três séculos (XVI-XIX) repletos de mortes, explorações e revoltas. Desse sistema de exploração surgem novas maneiras de lidar com a repressão.

Os quilombos brasileiros são organizações criadas para confrontar o sistema de colonialidade vigente legalmente até o século XIX, que passa a ser considerado um sistema de colonialismo a partir das mudanças exigidas pela legislação. Conforme as mudanças, como esta citada, foram ocorrendo, essas organizações se adaptaram definindo novas formas, sem deixar a identidade quilombola herdada pelos antepassados.

Cada comunidade abriga o seu modo de vida, seus valores e cultura que são construídos em conjunto com as mudanças que o tempo traz para o espaço. O passado histórico contido nas representações culturais, também evidencia elementos

sobre a construção da sociedade e das identidades formadas nesse espaço. O presente só pode ser compreendido pela interpretação do passado, a realidade social brasileira está ligada a essas tradições, este trabalho tem como intenção decifrar uma parte das informações que um quilombo urbano traz a partir de suas apresentações culturais.

Deste modo, o texto apresentado procura evidenciar as manifestações culturais do quilombo Irmandade do Rosário em Justinópolis, como ação norteadora e transformadora da identidade quilombola, desempenhando uma função política na sociedade.

Para compreender os temas norteadores da escrita desse texto, primeiro consultou-se em livros, teses, dissertações e artigos. Para desenvolver o tema proposto, alguns conceitos em comum surgiram nas leituras, direcionando a discussão a seguir um roteiro de escrita.

As primeiras pesquisas foram para compreender o que é a cultura, estabelecida nesta pesquisa de acordo com a perspectiva antropológica definida por Geertz (1968), Laraia (2001), LaPlantine (2003), Brandão (2009), Portuguez (2015), dentre outros. Relacionado a esse tema central, serão abordados alguns conceitos como imaginário social urbano, retratado por Lindón (2007), por sua localização na cidade e o processo de aculturação, explicado por Ramos (1962), Moura (1992).

Entre os autores utilizados para construção desse pensamento, apresenta-se Munanga (2006), Lé Bossé (2004), Castells (2018) para definir os aspectos identitários; para complementar as informações sobre as manifestações culturais praticadas no quilombo Irmandade do Rosário, utilizou-se os autores Carámbola (2005) e Milagres e Rabello (2019) para explicar sobre o Candombe, Gabarra (2003) e Brasileiro (2018) com relação ao Reinado ou Congada e Juliana Corrêa (2008), com a Folia de Reis.

Além das celebrações tradicionais ligadas a religião, o quilombo formou o coral Vozes de Campanhã, com o intuito de levar para os palcos a cultura e os valores do quilombo de Justinópolis. Por ser um grupo recente, os relatos sobre o mesmo são descrições do que pode ser observado nas apresentações acompanhadas, seguido de uma breve discussão com os apontamentos de Brasileiro (2012).

Para concluir, propõe-se uma reflexão após a descrição das manifestações culturais, apresenta-se a análise de Bauman (2011) sobre a questão da “liquidez” das

identidades na modernidade. O intuito do texto é trazer para o diálogo a formulação dessa teoria sobre a tendência homogenica da sociedade, com a realidade das comunidades não hegemônicas contemporâneas.

4.1. Procedimentos metodológicos

A elaboração dessa pesquisa contou com procedimentos metodológicos condizentes com o objetivo formulado e com o período de escrita do texto. Outro aspecto relevante, foi a disponibilidade de recursos financeiros para desenvolver esse trabalho, portanto, tornou-se necessário adequar as condições e as possibilidades.

No ano de 2020, foi lançado um edital emergencial de incentivo à produção cultural na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana. Durante o período pandêmico do Covid-19, os esforços do quilombo Irmandade do Rosário foram direcionados em produzir materiais sobre a sua História cultural, aproveitando os benefícios da Lei Audir Blanc.

Como resultado dessas ações, o quilombo conseguiu produzir um documentário de três capítulos sobre a História do Reinado de Campanhã, um CD gravado pelo Coral Vozes de Campanhã, com participações de artistas da região de Ribeirão das Neves e Belo Horizonte e o evento sobre Valorização e Empoderamento da Mulher Negra descrito na segunda seção.

De acordo com Gil (2008, p. 51), a pesquisa documental se assemelha a pesquisa bibliográfica, o que difere são as fontes consultadas. O material utilizado serve para apoiar as informações que o autor deseja trabalhar em seu texto e pela quantidade de arquivos disponíveis, o início desse procedimento consiste em separar as informações a serem elucidadas.

Existem dois tipos de materiais descritos por Gil (2008, p. 51) que podem ser utilizados. São estes os que “não receberam ainda um tratamento analítico”, ou aqueles “que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Seguindo as informações do autor, os documentos podem ou não ser analíticos, isso significa que tanto os documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, como diários, filmes, fotografias, podem ser utilizados. Isso já ocorre com os relatórios de pesquisa, relatórios de empresa, tabelas e quaisquer outros que já foram tratados analiticamente.

Cellard (2003, p. 296/297) aponta que, os estudos sociais estão evoluindo sobre este conceito. Para esta área de pesquisa, pode ser considerado um documento tudo aquilo que apresenta algum vestígio ou testemunho do passado.

Lakatos e Marconi (2003) complementam, observando que a coleta de dados para a pesquisa pode contar com fontes documentais de arquivos públicos, privados ou fontes estatísticas. A linguagem utilizada nesses documentos pode ser escrita ou iconográfica (através de fotografias, objetos, vestuários ou até canções).

Para Cellard (2003) as pesquisas que contam com análise documental, a credibilidade do material e a representatividade para o grupo social, devem ser as primeiras informações verificadas. A quem escolhe empregar este recurso, deve se preparar para a possibilidade de encontrar informações difíceis de interpretar, termos e conceitos desconhecidos, dentre outras dificuldades que o (a) pesquisador (a) deve se atentar no processo de elaboração da pesquisa.

Com relação a história oral, este modo de análise da natureza das informações é utilizado e recomendado para as pesquisas que investigam processos sociais, como consta em Colognese e Mélo (2008, p. 145). Este método possibilita também, complementar as informações coletadas ao longo das entrevistas semiestruturadas, que por uma distração qualquer passou despercebida nestes momentos.

Colognese e Mélo (2008, p. 145) atestam que a história oral pode nos revelar sentimentos associados aos acontecimentos presenciados pelos entrevistados, assim como tensões e conflitos que também devem ser utilizados para análise nas pesquisas científicas.

Para algumas nações africanas, principalmente as mulçumanas, a memória oral foi por um longo tempo, o único recurso possível de registrar os acontecimentos cotidianos e marcantes. Hampatê Bâ foi um pesquisador africano que buscou transformar em escrita a História de sua vida até a juventude.

No livro “O menino Fulâ” (2003), o pesquisador desenvolve uma narrativa com parte das memórias de sua vida com uma precisão de detalhes surpreendente. O autor revela que, é tradição de seu povo treinar a memória das crianças para que sejam capazes de recordar a sua História de vida.

Hampatê Bâ (2003) informa que esse costume na África é uma tradição, as pessoas valorizam a oralidade como método de sobrevivência. A História de muitas

nações e culturas, se encontra apenas entre conversas distraídas. Durante a Diáspora Africana, aquelas pessoas que foram transportadas para o Novo Mundo trouxeram também seus conhecimentos e tradições.

A utilização deste método enquanto ferramenta de sobrevivência, frente as condições em que os escravizados e seus descendentes se encontravam, e encontram na sociedade contemporânea, pode indicar a permanência de antigos conhecimentos para lidar com situações reprodutivas. Entretanto, assim como o sistema do colonialismo se reinventa, essas formas de narrativa buscam se aprimorar para reafirmar o seu lugar no espaço.

No Brasil, através da herança africana, que também preserva sua memória de um modo similar ao que foi relatado por Hampatê Bâ, os mestres Griôs são as pessoas responsáveis por desempenhar esta função dentro de um quilombo. É válido ressaltar, como afirma Souza (2019), que esses mestres são personalidades importantes e devem ser consultadas para a construção das informações sobre as comunidades tradicionais.

Os mestres Griôs foram invisibilizados no histórico social brasileiro por um longo período, não se sabe ao certo o momento em que o conhecimento sobre a existência da função dessas pessoas dentro de um quilombo foi reconhecida. O que se pode afirmar, é a necessidade em dar voz a essas memórias que se encontram vivas e podem desempenhar um papel significativo para as mudanças de narrativa buscadas pelas pesquisas decoloniais.

O quilombo Irmandade do Rosário conta com a presença viva e atuante de um mestre Griô que procura preservar a memória e identidade do grupo. Assim como, repassar os conhecimentos e o papel desempenhado por essas pessoas dentro de uma comunidade. Na medida do possível, foram registrados neste texto, informações coletadas diretamente com ele ou observadas em falas de eventos, no qual enquanto convidado, repassa essas experiências e tradições.

Os fragmentos retratados a partir da História oral, fazem parte das observações dos diálogos entre os quilombolas da Irmandade do Rosário e das conversas despretensiosas, porém, repletas de informação. Sobretudo, foram utilizadas as informações divulgadas no documentário produzido pelos quilombolas, no qual a linguagem oral faz parte do roteiro e da vida na comunidade.

4.2. Delineando um conceito de cultura

Existem tantos conceitos de cultura quanto de crenças, eles estão espalhados por todo o mundo. A antropologia é uma das áreas de conhecimento, se não a principal, que se dedica a aprofundar o conhecimento e compreensão sobre tal questão. No entanto, o progresso sobre as leituras de obras e pesquisas existentes só reforçam essa amplitude. É dever de quem escreve ser capaz de interpretar as teorias formuladas e associar qual se encaixa com sua pesquisa.

Essa pesquisa tem como intuito uma análise de um quilombo formado em território brasileiro, para compreender algo sobre a cultura (re)produzida por essas organizações. Não existe uma concepção significativa do que seja a cultura quilombola, cada comunidade possui suas particularidades o que impossibilita uma leitura geral.

No entanto, as organizações apresentam elementos que contém similaridades, se compararmos os modos de vida e as manifestações culturais dos grupos. Para chegar a essa conclusão, é preciso recorrer às pesquisas dos quilombos que já deixaram de existir e dos remanescentes.

Dessa forma, a análise cultural que está proposta nesse trabalho, naturalmente, delimita as referências que se encaixam neste contexto. Dois pontos devem ser destacados para prosseguir a leitura: o primeiro seria que a cultura, assim como a identidade, são processos dinâmicos, jamais estáticos; o segundo é que a partir disso, para entender essas manifestações o contexto que o grupo está inserido deve ser levado em consideração.

Em meio a essa complexa teia de conceitos sobre o que é a cultura, alguns autores argumentam que sua visão geral talvez seja tão difícil de alcançar, por estar relacionada as peculiaridades de cada grupo. Por exemplo, Geertz (1968, p. 24) explica que “Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade.”

Geertz (1968, p. 27) propõe na verdade, a interpretação das culturas, como o próprio título do texto sugere. Os estudos devem se atentar para a observação e não para a explicação, o que está posto são os comportamentos dos indivíduos manifestados em ações contínuas, mantendo o que o autor chama de “fluxo do comportamento” ou “ação contínua”. No entanto, não se restringe a isso, pode ser

encontrado em outros segmentos como nos estados de consciência, na religião e no modo de vida das pessoas.

Para a Antropologia, cultura e religião estão relacionados, é impossível separar essas duas concepções. Brandão (2009) observa que na sociedade brasileira, é perceptível que exista a transferência de valores, crenças, simbolismo e poder entre o âmbito religioso e os outros campos como a linguagem, por exemplo.

Para LaPlantine (2003, p. 95) a antropologia, entende a cultura como o modo que as relações sociais, sejam estas de produção, exploração ou dominação, são vistas de acordo com o comportamento individual de um determinado grupo, assim como as suas produções artesanais, artísticas, religiosas, dentre outros aspectos.

Dessa forma, e por ter um encaixe mais expressivo com o tema, será utilizada a visão antropológica da cultura, que busca associar as maneiras específicas, por exemplo, de pensar, trabalhar, se distrair, reagir a certos tipos de acontecimentos e se comportar, que são naturais do ser humano ou de um grupo específico. Essas características possuem uma ligação com o modo que estas pessoas adquiriram do processo de aprendizagem e são transmitidas de geração em geração.

Outro aspecto a ser destacado é a maneira que a Antropologia conduz a pesquisa cultural, é por meio da observação direta dos indivíduos e como esse grupo interage com o meio que estão inseridos. Sendo assim, é uma busca pela compreensão da forma que não somente informa, mas modela o comportamento das pessoas sem que elas percebam (LAPLANTINE, 2003, pág. 97).

Essa vertente cultural possibilita compreender que não é possível atribuir uma generalização daquilo que é relativo. A diversidade de culturas distingue a singularidade do comportamento humano, o que está em debate é até que ponto a mesma influencia na personalidade humana e na sociedade.

Compreender esse organismo que se forma através da cultura requer o entendimento de quem a produz, ou seja, a sociedade ou um grupo mais restrito. Os elementos que compõem uma cultura se encontram implícitos, nos hábitos direcionados pela consciência, eles surgem quase inconscientes (LARAIA, 2001, p. 93).

Dessa forma, a cultura não é estática, é algo que está em transformação a todo momento, mesmo que de forma inconsciente, como ressalta Brandão (2009). Para o autor, é possível perceber a cultura como um verbo pelo alcance de suas

dimensões na materialidade, e pode ser sentida durante o processo de transformação da natureza a partir de intervenções humanas.

Na perspectiva imaterial a cultura pode ser sentida pelas sensações transmitidas, os sentidos e significados que são atribuídos a algo, saberes e a sociabilidade que um determinado grupo de pessoas podem expressar através de ideias e palavras. Tudo isso está relacionado ao modo com que aquela parte da sociedade lida com a vida, a compreensão disso implica em adentrar um universo de símbolos (BRANDÃO, 2009).

É a partir da produção de cultura que os seres humanos passaram a ser considerados como seres sociais e não apenas coletivos. Por isso, Brandão (2009) considera que para que o entendimento de um determinado grupo seja real deve ser feito de dentro para fora.

De certa forma, a cultura pode ser interpretada como uma produção. Por isso, Portuguez (2015) avalia que por estar presente no modo de vida e nas interrelações sociais, influencia diretamente nas dinâmicas de uso e ocupação da terra. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que sofre influências do espaço, influência sobre o processo de construção empírico e subjetivo. Os acontecimentos históricos, são elementos que influenciam a formação da identidade cultural de uma sociedade ou grupo.

Quando se tenta descrever esses elementos, Portuguez (2015, p. 107) atenta para o fato de existir uma série de características, denominadas como “traços culturais” que são capazes de definir essa identidade. Somadas aos fatos históricos, formam-se as singularidades que cada grupo ou sociedade.

Com base no que foi contextualizado sobre cultura até o momento, apresenta-se o tema central de análise nesse texto, os quilombos brasileiros, que são organizações sociais um tanto peculiares. O reconhecimento das comunidades causa uma mistura de manifestações nas discussões acadêmicas.

Isso pode ser motivado por uma série de justificativas, que passam pela alegação da falta de documentos que comprovem a existência dos grupos; a romantização e idealização sobre o tema; e sobretudo, o controle sobre a produção de conhecimento, que se encontra presente nos territórios que foram construídos a partir do processo de colonialidade projetado pela Europa.

No entanto, por mais que as tentativas de controle da cultura e de todas as intersubjetividades sociais, em alguns casos houve sucesso, já em outros observa-se um comportamento diferente. São, inicialmente, nesses núcleos contra hegemônicos que começam a se preocupar em preservar da identidade dos africanos e indígenas escravizados, dando início a um movimento sem precedentes na sociedade brasileira.

Neste sentido, Nascimento (2014, p. 71) complementa:

Por tudo isso, o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior auto-afirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema a que os negros estavam moralmente submetidos projeta a esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural.

Tendo em vista as transformações sociais adversas ocasionadas pelo tempo, direcionadas, sobretudo, pelas ações e decisões do Estado, os quilombos passam por transformações a todo instante, acompanhando as mudanças na estrutura social.

Siqueira (2016, pág. 11), atualiza o pensamento com a seguinte informação:

As Comunidades Remanescentes de Quilombos - lutam, hoje, pela continuidade dos princípios que na dinâmica da sociedade contemporânea revivem valores sociais, culturais e políticos das civilizações africanas que fundamentalmente constituem a sociedade brasileira e a cultura nacional.

Partindo da premissa que o quilombo urbano deve ser lembrado como parte do processo de construção da sociedade, suas manifestações culturais devem ser relacionadas na compreensão do espaço urbano através de seu imaginário, que de acordo com Lindón (2007, p. 32), se trata da subjetividade e cultura de uma determinada população que habita esse local.

Seguindo ainda a perspectiva de Lindón (2007), o espaço urbano e seus lugares leva em sua construção os valores, normas, símbolos e imaginários sociais. O imaginário se torna uma rede com temas e significados ocasionando características específicas para os lugares e se configuram no contexto dos processos históricos.

Além das possibilidades econômicas e políticas, os quilombos apresentam a valorização das culturas intermediando os saberes das pessoas que integram a comunidade, resultando num modo de vida que ao menos sabe conviver com o diferente sem dividir em classes que privilegiem alguns e explore as outras.

Tendo em vista a abordagem decolonial guiando a escrita desse texto, quando se trata da cultura afro-brasileira, o processo de aculturação precisa ser contextualizado por fazer parte da sociedade como um todo. Ao longo do tempo o sentido da palavra mudou, no primeiro momento entre o século XVI e XIX o termo referia-se ao controle imposto pelos colonizadores europeus com os escravizados, em sua maioria indígenas e africanos.

É válido citar como exemplos de tais ações a catequização dos indígenas e a “demonização” da cultura africana. Qualquer tipo de manifestação cultural que não herdasse os traços europeus e católicos foi proibida durante este período, e como qualquer interpretação de ameaça era repreendida com violência, o castigo por desobedecer a esta ordem não foi diferente.

Os escravizados que mantiveram o estado de não se sujeitar a subalternização, incorporaram os seus conhecimentos ao modo de vida do Novo Mundo aos poucos. Velando cada vez mais para preservar a memória dos ancestrais e sua identidade, os escravizados e seus descendentes mantêm por séculos festividades, costumes e tradições aprendidas em suas nações.

Por causa do tratamento violento e das mortes em grande escala, parte considerável do conhecimento sobre as culturas dos antepassados ficou perdida no tempo. Entretanto, novos conhecimentos foram adquiridos através do contato entre indígenas, africanos e europeus, no qual todos influenciam para a construção da sociedade que estava sendo construída.

Nina Rodrigues foi um dos primeiros pesquisadores a apontar em seus registros sobre estudos culturais afro-brasileiros do século XIX, que o processo de aculturação da sociedade, ao contrário do que foi almejado, não destruiu o conhecimento dos povos não europeus. Ao contrário disto, os cidadãos de cor aceitam as imposições coloniais, incorporando elementos da cultura indígena e africana ao modo de vida europeu, dando origem a novos tipos de manifestações que foram se espalhando por todo o território.

Por mais que Nina Rodrigues tenha se posicionado a favor da exploração e subalternização das pessoas pretas e indígenas, esse apontamento foi importante para pesquisas futuras. Foi a partir disto que as observações sobre as culturas foram modificadas sugerindo um novo curso histórico.

De acordo com Ramos (1962), o processo de aculturação é resultante do contato entre duas ou mais culturas. Na época em que o livro “Aculturação Negra no Brasil” foi escrito, considerava-se que isto era “o fato de duas culturas ou mais culturas se porem em contato, tendendo a mais adiantada a suplantar a mais atrasada.” (p. 75), o final, talvez, deva ser substituído, já que estudos posteriores demonstram que não havia atrasos e sim sobreposições.

É o que explica Clóvis Moura (1992, p. 35): O conceito mais abrangente de aculturação, por seu turno, procurou explicar o comportamento atual do negro como sendo fruto do contato contínuo entre o dominador e o dominado, desejando o primeiro impor os seus padrões culturais e o segundo, imitá-los e absorvê-los.

Nina Rodrigues já havia interpretado no século XIX que o plano de aculturação da sociedade não obteve resultados positivos para os colonizadores. No entanto, para a sociedade afro-brasileira as religiões são fruto do sincretismo entre culturas, mesmo que em diferentes proporções. Estudos sobre algumas linhas de Candomblé, assim como o surgimento da Umbanda, são exemplos que demonstram a fusão entre africanos, indígenas e europeus (THEODORO, 2008).

Por isso, o sincretismo não deve ser considerado uma perda, mas sim uma inovação. As religiões quando praticadas em solo brasileiro por estas pessoas, naturalmente seriam modificadas pelo simples fato de serem reproduzidas em um território desconhecido, com condições, possibilidades e pessoas diferentes.

Como mencionado, as circunstâncias que impulsionaram tais atitudes foram forçadas, por isso as características que podem ser observadas nas manifestações contemporâneas estão ligadas a esse fio condutor do tempo que liga o passado, ao presente e o futuro.

4.3. Algumas considerações sobre o processo de construção das identidades

Para que uma comunidade receba a sua certificação de remanescente de quilombo no Brasil contemporâneo, os quilombolas devem apresentar documentos que comprovem sua ligação com a terra, algum tipo de vínculo, seja familiar ou social e ainda se auto identificarem como quilombolas.

De certo modo, por se tratar do Brasil e seu histórico de aculturação, o fato das comunidades serem cobradas a apresentar essa auto-identificação, trouxe benefícios para os quilombos. A auto-afirmação proporciona para o grupo rever a

História de fundação, redescobrir memórias e despertar o interesse alheio, afinal, para ser quilombola primeiro é necessário tornar-se.

Além da Irmandade do Rosário, é possível destacar ao menos dois outros quilombos de conhecimento pessoal que resgataram os hábitos culturais, o conhecimento e alguns elementos do modo de vida dos mais antigos, que nesses casos está relacionado a ancestralidade africana.

A primeira seria o quilombo dos Kalunga, se encontra na região onde atualmente é o norte do estado de Goiás, abrangendo três de seus municípios – Cavalcante, Monte Alegre e Terezinha de Goiás – formaram comunidades as margens do rio Paranã, denominadas pelos seus moradores como Vão de Moleque, Ribeirão dos Bois, Vão das Almas, Contenda e Kalunga (BAIOCCHI, 1996; LIMA E NAZARENO, 2012).

Os quilombolas do Kalunga foram mantidos ocultos da História do Brasil até 1982, quando Baiocchi entra em contato com a comunidade e reconhece a identidade cultural formada por situações particulares e adversas. Até este momento reproduziam as práticas culturais sem saber da sua ligação com o passado histórico, a partir desse movimento iniciado pela curiosidade de uma pesquisadora, o grupo passou a se posicionar de maneira diferente.

Segundo Lima e Nazareno (2012) são nos detalhes do cotidiano, a partir de escolhas, ações e nas manifestações culturais que é possível enxergar a permanência da identidade quilombola. O modo de vida que surge na relação entre sociedade/natureza permaneceu naquele território, os moradores optaram por preservar o Cerrado, (Domínio Morfoclimático do local), cultivam pés frutíferos em seus quintais e a agricultura de subsistência é a principal fonte de renda.

A segunda, é o quilombo do Buieié, se encontra na área rural do município de Viçosa-MG, a 14 km de distância da sede do município. A comunidade existe há mais de cem anos, mas esse tempo (também) só foi percebido após a visita de um pesquisador, que estava interessado em conhecer mais sobre a vida daquelas pessoas.

De acordo com os relatos ouvidos diretamente dos quilombolas do Buieié, a comunidade passou um período de sua História sendo direcionada a seguir os preceitos religiosos cristãos, pela interferência de lideranças religiosas, que estabeleceram sedes de igrejas dentro do seu território.

Aos poucos os costumes relacionados a cultura quilombola foram ocultados, sendo praticados por poucas pessoas. Dependendo da situação, como nos casos de rituais religiosos e benzimento, tinham que ser praticados às escondidas. Com o tempo e a intensificação do controle, a repressão começou a vir também dos próprios quilombolas.

Após alguns moradores começaram a se questionar sobre as origens da comunidade e como foram sendo desenvolvidas as relações entre as pessoas e com o próprio território. Com isso, os moradores da comunidade através de atividades coletivas puderam resgatar a memória e a identidade do grupo, o cultivo de árvores, hortaliças e folhas de chá voltou a ser uma prática entre a maioria, mas, ainda existem as resistências.

Em ambas as situações, além de receber a visita de alguns pesquisadores e o resgate da identidade impulsionada pelos quilombolas, alguns pontos necessitam ser destacados. A relação dos grupos com a terra, não foi construída a partir do valor econômico somente. Além de ser o local de abrigo, é o lugar da História, da concretização de idealizações, é o espaço que abriga a memória e o tempo pode ser sentido de maneira diferente.

A partir do momento que essa relação se reconstrói aqueles que se encontram ao redor do território do grupo, automaticamente são obrigados a adotar um comportamento que pode ser de resistência a permanência da comunidade, indiferença ou apoio.

Esta pesquisa foi desenvolvida em conjunto com uma comunidade que recebeu sua certificação no ano de 2015. Neste caso, especificamente, observando o posicionamento que seus membros apresentam, entende-se que a exigência pela autoidentificação do grupo, contribuiu positivamente para a vida dessas pessoas e para a consciência do ser quilombola.

Um quilombo constrói a sua identidade se baseando nos aspectos que o contexto espacial e temporal implicam. Neste sentido, essa discussão tem início com a concepção de identidade, tanto individual quanto a de um grupo, segundo a perspectiva de autores que mais se aproximam com esse debate.

De acordo com Munanga (2006, p. 17), a identidade se encontra presente em todas as sociedades. Os grupos se posicionam culturalmente, em sua maioria, contra algum outro grupo. Entre suas funções, essa definição pode garantir a unidade entre

as pessoas e a proteção do território se posicionando contra ataques diretos, tentativas de manipulação para suprir interesses econômicos, políticos, dentre outros.

Neste sentido, as identidades não são imutáveis, pois são capazes de se renovarem acompanhando as mudanças sociais e históricas como também por interesses particulares do grupo. Outro fator que contribui para delimitar essa formação, são os territórios geográficos que separam os grupos. Quando se encontram a tendência é uma intensificação de conflitos entre culturas diferentes (MUNANGA, 2006).

Pela concepção de Le Bossé (2004, p. 161) a identidade pode apresentar dois sentidos distintos, porém complementares. No primeiro, um sentido mais racional e empírico, esse processo surge quando damos um nome a qualquer coisa, seja objeto ou lugar. Depois disso atribui-se um significado para aquele objeto ou lugar e assim nasce uma singularidade, ou seja, um valor simbólico é designado para aquilo.

No segundo momento, para esse autor (LE BOSSÉ, 2004), a identidade traz um sentido de identificação, de reconhecimento dos seus pares, o indivíduo assemelha-se a algo ou alguém. Esse processo pode ser sentido individualmente ou em um grupo e carrega um sentimento comum de pertencimento, partilha e coesão social. Mas, é válido ressaltar que essa identificação também pode ser negativa ou contrária e pode ser causada por uma recusa em se identificar.

O processo de identificação passa pela compreensão de uma ideia que segue algum tipo de referência sobre o tema, que podem ser percebidos de modo diferente de acordo com a perspectiva de quem observa. A identidade se mostra internamente e externamente, através de práticas simbólicas e discursivas e pode ser percebida por aspectos que envolvem uma ordem física, psíquica ou material.

Para um grupo étnico que possui uma identidade semelhante, geralmente se baseiam num mito de origem coletiva ou um espaço comum. A participação em obras coletivas, econômicas, políticas e morais, isso também é uma forma de assegurar sua harmonia (LÉ BOSSE, 2004, pág. 162).

O autor chama atenção para o fato de o discurso da identidade detem a possibilidade de gerar vários argumentos. Nesses argumentos estão os de consciência e presença suscetível a mudanças, desaparecimento ou adaptação, tanto no sentido de voltar-se para o passado, como projetar-se no futuro, o que permitem ser usados de diversas maneiras para sustentar o caráter e as ações de determinados

grupos: “dele se utilizam igualmente, num sentido moral ou religioso, os mais rigorosos fundamentalismos e conservadorismos, como também os apelos ao reconhecimento e à tolerância das diferenças” (LE BOSSÉ, 2004, p. 163).

Entre os autores que pesquisam sobre a identidade individual ou em grupo, muitos se direcionam para a identidade nacional, esse não é o sentido buscado por essa pesquisa. Entretanto, Castells (2018) traz uma proposta de pesquisa diferente, seu estudo se baseia em análises empíricas de movimentos sociais na contemporaneidade urbana, ele as denomina como “sociedades em rede”.

Castells (2018) afirma que essa metodologia permite teorizar o que os grupos observados rejeitariam na prática, ou seja, ele busca retratar as ações dos movimentos sociais e não construir uma teoria na qual a vida real deveria se encaixar nos métodos científicos. É válido ressaltar que cada identidade é construída de acordo com o contexto histórico vivido no momento de análise.

Sendo assim, Castells (2018, pág. 54) considera que para os atores sociais a identidade consiste num atributo cultural, ou um conjunto deles, que se encontram interrelacionados. Nos dizeres mais simplistas, um sujeito ou grupo pode assumir várias identidades e estas coexistem. No entanto, o que deve ser analisado é qual atributo identitário permanece predominante.

A construção das identidades visa oferecer um significado em comum para aqueles que se identificam ou são contrários a esse pensamento. O processo emergiu em meio aos conflitos que se dão pelas relações de poder estabelecidas na sociedade, assim Castells (2018, p. 55/56) as distingui em três tipos: 1º - Identidade legitimadora: produzida e disseminada pelas instituições dominantes, visa manter o estado de autoritarismo e dominação dos atores sociais; 2º - Identidade de resistência: são os casos dos atores sociais que se encontram em condições de desvalorização ou estigmatização pelas instituições dominantes, constroem seus princípios e modos de vida com base em ações que são contrários a essas forças atuantes; 3º - Identidade de projeto: ocorre nos casos em que os atores sociais utilizam os mecanismos culturais para redefinir sua posição social buscando a transformação que não virá do Estado.

A segunda e a terceira identidade abordada pelo autor são as que podem retratar com mais semelhança ao significado dos quilombos formados no Brasil. A construção desses núcleos de organização social se dá frente a situações que seriam

insuportáveis de serem enfrentadas sem companhia. Isso resultou na formação de comunidades, formas de resistência coletivas bem definidas que buscam reverter a dominação com um modo de vida que reforça essa resistência.

O debate sobre este tema tem sido motivado e intensificado pelas mudanças que a globalização ou mundialização, trouxe para o modo de vida das sociedades. Seguindo o pensamento de Munanga (2002, p. 11):

[...] a identidade pode ser definida como um processo de construção de sentido, como fonte de sentido, de experiência, mas um processo com seu sentido construído a partir de um conjunto coerente de atributos considerados prioritários em relação às outras fontes. Esses atributos podem ser históricos, geográficos, biológicos, sociais, culturais, religiosos e até filosófico.

Esse processo não ocorre de maneira isolada, um indivíduo pode constituir várias identidades que não se anulam, coexistindo individual ou coletivamente. Isso não significa que a convivência será harmoniosa, casos de conflito iniciados dentro de um grupo podem ser ocasionados por esse motivo. As escolhas pessoais, por um lado, na situação de quem vivencia esse momento são ponderadas, geralmente, pela política e ideologia (MUNANGA, 2002).

As identidades, portanto, são construídas a partir da diferença, idealizadas sob as informações observadas do outro. No entanto, esse fator só alcança esse objetivo quando a tomada de consciência se torna parte desse processo sobre uma série de fatores. Dentre estes estão a compreensão da situação social, das relações de gênero, do papel da religião, entre outros aspectos sociais (MUNANGA, 2002, p. 13).

As identidades das etnias dos povos pretos construídas no Brasil exercem o seu papel político fundamentado na unificação, em busca da concretização das propostas transformadoras para a vida das pessoas. Sua função propõe também uma oposição a unificação dos povos pela ideologia dominante, que “força” os brasileiros a aceitarem a identidade da mestiçagem e a legitimidade do discurso de democracia racial predominante nesta sociedade (MUNANGA, 2003).

As identidades contra hegemônicas são denominadas por Munanga (2002) como “identidades de resistência”, constituídas pelas pessoas que se encontram em situação de subalternidade na sociedade. Existe uma terceira identidade formada a

partir desses grupos que buscam construir a sua imagem, com base nas experiências históricas vividas no espaço.

Entre os grupos que são direcionados para percorrer esse processo, mais uma vez, estão as pessoas pretas. De diversas maneiras, é construída pelas culturas que persistem em preservar os valores passados pelos seus ancestrais seja a partir da música, religião, culinária, etc., entre eles estão quilombos brasileiros.

Munanga (2006) ressalta que as identidades afro-brasileiras não só existem, como podem ser comprovadas através da análise histórica sobre a cultura produzida pelas pessoas pretas do Brasil. A ligação entre cultura e produção da identidade é inegável na concepção do autor.

Por isso, o exercício que deve ser feito é o seu reconhecimento, tornar sua existência visível, já que o Brasil é reconhecido por estas características. A cultura também exerce o papel político, reconhecer essa diversidade se faz necessário se o interesse real for o funcionamento pleno da democracia de verdade nesse território.

4.4. Compreendendo sobre os aspectos culturais do grupo

Em Minas Gerais, pelo seu histórico com a exploração de metais e o número exorbitante de escravizados que trabalhava nas minas, a cultura da sociedade formada nos municípios, principalmente a partir do século XVIII, foi influenciada pela matriz africana e indígena.

O quilombo da Irmandade do Rosário, localizado em Ribeirão das Neves (MG) foi fundado por algumas famílias de pessoas pretas, descendentes de escravizados, que se reuniam para dançar o Candombe. Pela proximidade que os encontros descontraídos, proporcionou, aquilo que parecia ser apenas algazarra para quem avistava de fora, se transformou numa organização social, um grupo que se junta para lutar por ideais de vida em comum.

No último ano de escrita deste trabalho (2021), o quilombo completa cento e trinta e dois anos de (r)existência. Em meio a um cenário pandêmico que transformou o modo de vivido mundo inteiro ocasionadas pelas restrições necessárias para superar este período, essa comunidade tradicional precisou adaptar novamente para continuar contando sua história por meio da cultura.

Figura 2 - Igreja Nossa Senhora do Rosário



Fonte: BRITO, G.T.G. (2021).

As fotografias anexadas acima retratam o estado atual da igreja. Fisicamente, este é o espaço onde se está localizada a capela de Nossa Senhora do Rosário. Os vários tons da cor azul que reveste as paredes, portas e janelas é para fazer referência a Santa honrada pelos quilombolas.

Se tratando do simbólico, é desse modo que a igreja se encontra nesse período atual de isolamento. As portas estão fechadas para a multidão, mas quando os devotos precisam de algo, esse lugar continua sendo para onde se voltam e se aconchegam. Devido as circunstâncias do momento a comunidade passa por uma reinvenção no qual buscam divulgar ainda mais o seu processo Histórico, ressaltando a cultura como meio de formação da identidade quilombola.

Segundo os quilombolas, como mencionado, de início era o Candombe. Um ritmo de música e dança associado no imaginário popular a festas ligadas ao povo

preto, assim como a Folia de Reis e o Reinado, que também fazem parte das tradições do quilombo, são cercados de mistérios. Faz parte da religiosidade, mas também é encontrado nos momentos de “*bizarria*”, como explica o mestre Griô da Irmandade do Rosário.

Esse era o tipo de Candombe mais praticado em Campanhã, as famílias que deram origem ao quilombo, ficaram conhecidas na região por se juntar na rua e começar os batuques. Naquele ritmo as pessoas se sentiam à vontade para expressar seus incômodos que podiam, inclusive, ser direcionados a outras pessoas.

Compreender o Candombe, mesmo este sendo um movimento marcado pelo mistério e até ocultado em algumas ocasiões do público externo, como dita a tradição, é o elo de ligação que deu início a todo o movimento cultural do quilombo. Para as pessoas externas, o mestre da Irmandade explica:

O Candombe era batido na senzala, a dança do Candombe era dança de mulher. O Reinado era feito por homens, há uns bons tempos, bons tempos mesmo, mulher não entrava no Reinado, só atuava na cozinha, como se diz, nos bastidores né. Quando eu era menino, mulher era só a rainha. Por que que a gente não chama de música, chama ponto? Tudo aquilo que eles ouviam durante o tempo da colheita da plantação, que os senhores conversavam e eles queriam retrucar mas não podia, eles fazia lá no Candombe. Quando é um ponto de brincadeira a gente chama de ponto de bizarria, mas o ponto aquilo pra você tocar na ferida do sujeito e o Candombe nasceu assim. O povo na época bebia muito e quando eles tinham alguma aresta com o outro, eles iam tirar satisfação lá no Candombe, lá que eles iam pra cantar o ponto pra provocar o camarada. O povo candombeiro andava uma distância longe pra procurar, pra poder fazer isso. As mulher era os bicho no Candombe, os homem só batia tambor. O Candombe tem essa origem de fundamento né, de provocação de pergunta e resposta, mas também é um momento de distração porque quando se batia um Candombe, a primeira coisa que eles faziam era esquentar o tambor no fogo e perguntar se tinha um garrafão de cachaça, a provocação já começava por ali, se não tem cachaça, não tem Candombe, entendeu?! E ali naquela brincadeira, os homens e as mulheres se igualavam, os homem tomava cachaça as mulher tomava cachaça, porque fora disso a mulher não podia beber, cachaça era bebida de homem, então, era tudo separado e ali se igualava. Então esquentava o tambor no fogo, ajeitava a cachaça e fazia as reza, porque as reza era pra pedir pros antepassados força pra dominar aquilo que ia acontecer ali, porque ali ia acontecer muita coisa, era demanda, era resposta, por isso aquela coisa da resistência, a coisa do fundamento era ali. Hoje aqui não tem a festa do Candombe, mas tem o Candombe pra firmar a festa. Nós fazemos a novena e levantamos a bandeira, a última bandeira levantada é firmada no Candombe pra gente poder firmar a festa (2021).

O Candombe, segundo Carámbola (2005) é uma manifestação cultural de raiz bantu, trazida para as terras colonizadas através dos africanos escravizados. Tem proximidade com a celebração de coroação dos reis congos, e também foram inseridos costumes dos reis brancos europeus. Esta representação, está completamente vinculada ao processo de sincretismo religioso entre os povos bantu e o catolicismo europeu.

Essa representação possui como característica principal a música com ritmo dançante, intercalada com orações e lamentos. As aflições da vida dos escravizados se libertava naquele momento ao mesmo tempo em que são registros relevantes para reconstituir o passado que quase foi esquecido, já que aquilo que é cantado se trata de experiências reais. Por isso, foi reconhecida como parte do ritual religioso de matriz africana (CARÁMBOLA, 2005).

Milagres e Rabello (2019) consideram raros os grupos na sociedade contemporânea que mantém a tradição do Candombe no cotidiano da comunidade. Mesmo assim, é válido ressaltar que essa manifestação está relacionada ao início dos movimentos pela liberdade, executados pelos quilombolas e mantido como parte essencial da tradição dos grupos remanescentes.

Os quilombolas da Irmandade do Rosário expressam uma afeição notável pelo Candombe, por ser essa celebração que trouxe para a comunidade a festa em honra a Nossa Senhora do Rosário. No início, quando estavam em dias de festa, o grupo separava um dia para celebrar a santa Nossa Senhora do rosário. Foi assim que nasceu uma das festas mais tradicionais de Ribeirão das Neves e região.

Durante o ano de 2019 foi feito o primeiro contato com a Irmandade do Rosário através de uma ida a campo, acompanhando a abertura da festa do Santíssimo Sacramento em honra a Nossa Senhora do Rosário. Geralmente, o festejo acontece durante o mês de julho, começando com o hasteamento de todas as bandeiras dos ternos de Congo, que irão participar junto com a entrega de pedidos dos fiéis para a Santa. É apenas uma das etapas que devem ser representadas nesta tradição.

Esse momento de abertura consiste basicamente de sete voltas em torno da Igreja, com o fiéis cantando a todo momento músicas de louvação a Santa. Feito isso, seguem para uma pequena procissão entre a Igreja e a casa da Rainha Festeira, a abertura das comemorações deve passar primeiro pela casa dela.

Durante o período que ocorre a Festa em honra a Nossa Senhora do Rosário de Justinópolis, todos os procedimentos observados possuem uma representatividade e valor simbólico, para aqueles que a executam ou acompanham. Cada detalhe do festejo é pensado para demonstrar as tradições presentes na vida dessas pessoas.

Analisar os aspectos que envolvem a Congada é outra maneira de se complementar os conhecimentos sobre a formação da identidade e da cultura formada pelas pessoas pretas transportadas durante o período colonial. Segundo Gabarra (2003) essa manifestação representa no Brasil uma tradição religiosa e cultural de origem Banto, que através do sincretismo passou a ter influências do catolicismo.

Essa religiosidade é originalmente africana, marcada pela utilização de muitos tambores. Representa a confiança dos súditos que saldavam seus reis no Congo para que houvesse prosperidade, paz e fertilidade para todos. Gabarra (2003, pág. 3) explica que:

Quando, no século XVIII, o Império do Congo na África sofreu uma grande incursiva colonialista portuguesa foram vendidos, entre os negros aprisionados para serem escravos, vários membros das famílias que disputam o trono do Congo. No Brasil, esses membros da família real africana foram motivo aglutinador da comunidade negra, que uniu, através da cultura bantu, as diferentes etnias africanas em novas relações sociais - formadas, em sua maioria, ao redor das irmandades católicas.

Quando os grupos se estabeleceram no Brasil buscaram através dessas ações manter os valores aprendidos na África que aquelas pessoas acreditavam ser interessantes e de grande ajuda para sobreviver nesse território desconhecido. Neste texto, a autora destaca a capacidade dos grupos de Congada em integrar elementos do passado e do presente em suas apresentações, enriquecendo-as e tornando possível a realização da religiosidade até os dias atuais. Uma das diferenças principais que se deu no novo território são os chamados ternos, que representam os grupos étnicos que foram formados.

A tradição oral é outro fator que possibilitou a continuidade dessa tradição, por isso valorizam muito os saberes passados pelos mais velhos, acreditam também que a experiência do sujeito é mais importante do que o saber registrado que se pode aprender em salas de aula (GABARRA, 2003, pág. 4).

A sabedoria para estas pessoas está no ato de compartilhar informações, principalmente, entre os familiares. As gerações se conectam, mantendo as relações

próximas e se relacionando com outras famílias e pessoas que acreditam e mantêm esse mesmo modo de vida. Essa concepção de família perpassa por gerações e agrega membros que não possuem necessariamente um tipo de ligação sanguínea.

A defesa do dominado, do oprimido, do discriminado é ambígua. Aquele que não pode atacar frontalmente, procura formas simbólicas ou alternativas, para oferecer resistência a essas forças mais poderosas.

O sistema escravista pelos métodos de repressão que os seus representantes praticavam, repeliu os valores das culturas dominadas. Em contrapartida, os seus adeptos procuravam disfarça-los, fazê-los aparecer sob outras formas, mas sempre mantendo o seu significado simbólico inicial. Não havia como fugir à religião oficial, num tempo em que existia o monopólio do poder político e o monopólio do poder religioso, pela classe senhorial e a igreja católica respectivamente. Daí o mecanismo de defesa sincrética daqueles que por um momento foram dominados (MOURA, 1992, p. 36).

Isso não quer dizer que se conservassem “puros”, pois sofrem a influência aculturativa (isto é, branqueadora) do aparelho ideológico dominante. É uma luta ideológico-cultural que se trata em todos os níveis (Moura, 1992, p. 38).

No século XVIII, alguns europeus que viajavam pela região das Minas, principalmente católicos, registraram pela primeira vez em documentos o que viria a ser conhecido posteriormente como Congada. Brasileiro (2018) ressalta que essa tradição já era praticada há mais tempo pelos escravizados da região.

As reuniões e ensaios dessa manifestação cultural e religiosa, também serviam como ponto de encontro para planejar fugas e rebeliões. As Irmandades do Rosário que surgiram na região se comprometiam tanto com a religião e a fé, quanto com insurreições e revoltas.

Os festejos de Congada, ou Reinado, não são restritos ao estado de Minas Gerais encontram-se espalhados pelo Brasil cada um com suas tradições e influências locais. Esse é apenas um exemplo de organizações que se formaram por essa fusão de povos, gerando culturas e identidades que se mostram ricas e subestimadas.

As Irmandades do Rosário comprometiam-se a ajudar seus irmãos de cor e de santo, por isso, o contato com escravizados fugidos e comunidades quilombolas era comum. Os estudos levantados por Brasileiro (2012), demonstram a variedade de

Irmandades existentes, suas motivações e seguimentos são diversos, assim como os valores que cada grupo construiu.

De acordo com Brasileiro (2018), em Minas Gerais a exploração dos metais preciosos e a maior parte da mão de obra escravizada que se encontrava na região foi o que impulsionou a formação de quilombos. O motivo comum das organizações, era lutar contra o sistema escravista ainda vigente no Brasil durante o século XVIII.

Os grupos de Reinado, ou Congado, de acordo com Brasileiro (2012), são combatidos desde o Brasil colonial. Em algumas regiões como a de Belo Horizonte (MG), chegou a ser proibido de acontecer por um tempo; nas cidades de São Paulo, sofreu repressões da Igreja Católica que decidia os rumos da festa impondo o que deveria ser festejado e até quem poderia, ou não, entrar para as irmandades; assim como proibiram a entrada dos grupos dentro das Igrejas Católicas, uma ofensa lastimável já que a base dos grupos é completamente católica.

Com isso, os grupos se viram mais pressionados em manifestar-se contra o regime colonialista. Brasileiro demonstra que os grupos passaram a se manifestar a partir das imagens das bandeiras que cada grupo de congadeiros carrega nas apresentações, nas músicas, em representações teatrais e outros feitos culturais.

No município de Ribeirão das Neves, encontra-se uma comunidade quilombola batizada como Irmandade do Rosário em homenagem a Santa. Ao conhecer a sua História de formação a impressão predominante seria a de que é impossível separar o quilombo da cultura. No início eram os encontros para dançar o Candombe, a partir disso o grupo de famílias começou a se reunir também para formar uma organização social.

A partir desse momento, um quilombo já estava sendo formado. A dança e as músicas se mantiveram presentes na vida dessas famílias. As celebrações para Nossa Senhora do Rosário, santa rogada pelos escravizados para aliviar suas dores, chamou a atenção de um fazendeiro da região que doou um pedaço de terra para que a comunidade construísse uma Igreja e festejasse o Reinado fora das ruas, em paz.

Juliana Corrêa (2009) quando se refere as festas da Irmandade do Rosário, destaca que a rotina dos quilombolas se baseia nos preparativos que não começam poucos dias antes da grande festa. São meses de preparativos, cada detalhe é importante para manter a tradição e esta se renova com o passar do tempo.

O fato de o quilombo ter passado pela transição entre quilombo rural para uma comunidade urbana, pode ser considerado um dos principais motivantes de

mudanças nesse tempo de existência. Como mencionado por Juliana Corrêa (2009), no início o grupo celebrava suas festividades, de acordo com o calendário das colheitas, com a urbanização e as diferenças no modo de vida das pessoas, as datas foram modificadas e outras comemorações se agregaram enquanto outras deixam de existir.

O que pode fugir da compreensão de pessoas de fora, é a necessidade de se adaptar ao tempo e suas implicações no espaço para permanecer vivo, com salienta Juliana Corrêa (2008, p. 32):

Uma tradição religiosa festiva é vivida por mais de cem anos e, simultaneamente, vem estabelecendo um diálogo permanente com a contemporaneidade. Se, antigamente, as festas eram orientadas pelos períodos da colheita e ficavam restritas ao terreiro e aos membros internos, hoje outros elementos vão sendo incorporados, ou seja, a mudança é condição necessária para a permanência [da tradição].

O calendário das festas do Rosário, Folia de Reis e outras comemorações tradicionais, possui datas fixas em cada estado. Em Minas Gerais, o cortejo para Nossa Senhora do Rosário começa em janeiro, chamado de ciclo por sua duração e pela repetição anual que os devotos fazem questão de celebrar.

O ciclo do Rosário tem início com a coroação dos reis Congos. São celebrados três santos padroeiros, o primeiro é São Sebastião, santo da coletividade. A festa, na verdade, faz parte tanto deste ciclo quanto da Folia de Reis, as pessoas que participam desempenham dois papéis ao mesmo tempo (JULIANA CORRÊA, 2008, p. 38).

A segunda celebração é em comemoração a São Expedito, reconhecido popularmente como “santo dos pretos”, ocorre próximo ao dia 13 de maio. Juliana Corrêa (2008, p. 38) registra desse modo:

Na sua festa comemora-se o dia da libertação dos escravos (13 de maio), que é exaltado pelos membros da irmandade numa bela intervenção cênica na praça da igreja matriz da cidade. A importância desta festa no ciclo-circuito se dá porque a ela corresponde o dia da coroação dos reis festeiros pelos reis congos, responsáveis pelo acúmulo das economias necessárias para a realização da festa de outubro. Na sua festa comemora-se o dia da libertação dos escravos (13 de maio), que é exaltado pelos membros da irmandade numa bela intervenção cênica na praça da igreja matriz da cidade. A importância desta festa no ciclo-circuito se dá porque a ela corresponde o dia da coroação dos reis festeiros pelos reis congos, responsáveis pelo

acúmulo das economias necessárias para a realização da festa de outubro.

Para encerrar este ciclo, celebra-se no segundo domingo de outubro uma homenagem a Nossa Senhora do Rosário, santa dos congadeiros. Com três dias de duração, os registros demonstram que esta é a celebração com maior número de visitantes.

O momento de descoroação dos reis é em novembro, o fim de um ciclo que também represente o começo. Todas as festas deste ciclo são feitas no terreno da Igreja do quilombo em Justinópolis, e é o candombe o ritmo que envolve os tambores nesses momentos (JULIANA CORRÊA, 2008, p. 38).

No ano em que a comunidade completou cem anos, a festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário foi diferente do habitual. No documentário Ziriganga (2020), os moradores da comunidade contam que haviam planejado para esse dia uma peça de teatro, que contava uma história sobre a trajetória de uma comunidade. No final da apresentação, foi revelado para o público que aquela peça relatava a vida dos primeiros quilombolas da Irmandade.

Essa foi uma maneira um tanto descontraída que encontraram de passar para os jovens, a maior parte do público naquela noite, sobre a importância em continuar as práticas culturais do grupo. Os quilombolas sempre buscam alternativas como estas para repassar para os participantes de fora sobre a História da comunidade e sua importância dentro do município de Ribeirão das Neves.

No ano de 2021, financiado pela Lei Audir Blanc de cultura (009/2020), o quilombo gravou e lançou um documentário contando a história da Irmandade por quem vive essa experiência de fato. São três episódios denominados “Reinado de Campanha” produzidos com registros como fotos e vídeos antigos que ilustram as memórias narradas pelos quilombolas.

De acordo com os depoimentos dos quilombolas, o Reinado conta a História de uma grande família que veio escravizada para o Brasil pela Diáspora Africana. Como mencionado, o Candombe é a raiz que vai se ramificando, abrindo espaço para a formação de novas Irmandades que representam as outras famílias próximas a região do Congo que também foram escravizadas e transportadas.

Com o tempo, mais pessoas foram sendo incorporadas ao grupo chegando a um ponto de expansão, quando decidem montar um terno de Reinado. Um momento

de mudança para o grupo, já que, a partir disto assumem o compromisso de honrar Nossa Senhora do Rosário seguindo todos os fundamentos que manda a tradição. Nesta época, as guardas eram formadas apenas por homens, as mulheres participavam como expectadoras ou ajudantes. Essa divisão acabou sendo modificada acompanhando os avanços da sociedade.

Por ser uma responsabilidade inestimável os fundamentos da tradição precisam ser seguidos corretamente. No início o capitão da guarda de Reinado do quilombo dos Arturos, comunidade que mantém relações próximas com os quilombolas da Irmandade do Rosário, foi quem passou os ensinamentos desta tradição.

Existem duas guardas de Reinado na Irmandade do Rosário: a de Moçambique e a de Congo. A primeira, Guarda de Moçambique, carinhosamente reconhecida como “dona do terreiro”. Possui fundamento no Candombe, as mesmas pessoas que se reuniam para dançar e cantar, separavam um dia para celebrar Nossa Senhora do Rosário.

A segunda é uma guarda de Congo Marinheiro, recebe esse nome porque foi criada na beira do mar, foi batizado como Estrela D’Alva, “aquela que brilha primeiro no céu”. Idealizada pelo sonho de uma criança apaixonada pelas guardas de Congo de outras Irmandades, quando adulta seu tio a auxiliou nesta conquista, os ensaios do grupo eram feitos nos fundos do quintal de seu avô.

Sua formação é feita apenas por mulheres, ou seja, os homens tocam os instrumentos, mas são as mulheres que ocupam a fileira de canto e dança durante o cortejo. A data fundação permeira entre 45/46 anos, as cores utilizadas pela guarda são o vermelho e o branco, isso não muda, já o modelo das roupas foi substituído de saias para calças, chapéus para turbantes, acompanhando as evoluções e conquistas sociais de cada época.

Além das diferenças de composição, a atuação de cada guarda se organiza de um modo para o cortejo. É possível identificar uma diferença entre os ritmos tocados e cantados, a disposição das pessoas que tocam e carregam a bandeira, dentro outros elementos que olhares bem treinados diferenciam com maior facilidade.

Cada guarda tem o seu capitão ou capitã regente e o primeiro (a) capitã (ao), que na verdade são as figuras de líderes, cada um exerce funções referentes a sua hierarquia dentro da tradição. Ela ou ele tem a função de ensinar os fundamentos do

Reinado, começar as músicas do cortejo, coordenar a saída para as ruas, os preparativos das celebrações, além da responsabilidade de entender quais são as potencialidades e dificuldades de cada pessoa que faz parte dos grupos.

Na execução da tradição o primeiro passo que deve ser realizado segundo a tradição é a coroação do rei e rainha congos, para dar início aos procedimentos elegendo quais pessoas ocuparão os cargos dessa hierarquia, uma vez que os principais representantes foram escolhidos.

As hierarquias e suas denominações foram sendo regularizadas pela Federação dos Congadeiros de Minas Gerais, para que as Irmandades não perdessem os elementos que tornam o Reinado singular. Cada comunidade possui a liberdade de se organizar e montar o seu estatuto, adequando o que for preciso dentro da sua realidade.

Outro fator observado é o valor atribuído a alguns, o tambor, por exemplo, é visto como um ente querido que já esteve ali presente, mas partiu deste plano e seu espírito continua vivo naquele instrumento. Quando contam isso, se referem ao material que utilizam para produzir o tambor, ou seja, o espírito que se referem é da árvore cortada para utilizar sua madeira e do animal que retiraram a pele para fazer o couro.

Já o bastão em formato de cálice, que acompanha os mestres durante o cortejo, tem três anéis e cada um possui um significado: fundamento é o pai representando os antepassados; mandamento representa a fala das mães, o sacramento é tudo aquilo que é sagrado, ou seja, é a santíssima Trindade. Os três elementos em um bastão formam o comando de um mestre ou capitão, dentro do reinado. Antes de ser entregue o instrumento é consagrado e confirmado, para manter sua firmeza (REINADO...2021).

Consideram essa, uma relação de contribuição entre o humano e os outros seres que estão presentes no ambiente como um todo. Na maioria dos objetos que são produzidos para o cortejo utilizam materiais reciclados por dois motivos: o primeiro é não desperdiçar aquilo que pode ser reaproveitado, o segundo é pela economia que se pode fazer com isso.

O ciclo de reis, o segundo celebrado pelo grupo, tem duração um pouco menor com início dos preparativos em dezembro a fevereiro. Os dias do festejo acontecem no mês de janeiro, para celebrar a visita dos três reis magos a casa da

família de Jesus Cristo, no seu nascimento. Essa foi outra manifestação cultural que envolve a aculturação.

A Folia de Reis, assim como o Reinado, chega ao Brasil pelas Irmandades. Uma manifestação cultural religiosa natalina típica da Europa, entretanto, quando chega no Novo Mundo já possui fortes influências africanas. A que se destacou, sobretudo pela hierarquia do período colonial, um dos três reis é preto, uma representação dos povos étnicos (JULIANA CORRÊA, 2008).

Na Irmandade de Justinópolis, especificamente, este ciclo começa com a montagem do presépio em dezembro, após a chegada dos reis, a coroação de Jesus e a entrega dos presentes é que começa a festa, assim como conta a História da tradição. No dia dois de fevereiro é feita a desmontagem do presépio e a celebração a Nossa Senhora da Luz. Juliana Corrêa (2008, p. 39) descreve:

Cada uma das três festas de Reisado marca uma das três etapas que corresponde a um trecho da caminhada dos reis. Realizada na casa de algum dos devotos, a Festa a Santos Reis e a Festa a Nossa Senhora da Luz não tem lugar fixo, variando de ano para ano. A festa a São Sebastião, por pertencer simultaneamente ao congado e ao reisado, diferentemente das outras duas, acontece sempre no terreiro do congado.

O papel dos líderes e pessoas mais velhas da Irmandade, é sobretudo, manter a relação de respeito e carinho entre as pessoas, oferecer ânimo para quem precisa, orientar os mais novos. Os laços afetivos se confirmam em mais um aspecto, no qual, são motivados pelos valores aprendidos nesta cultura, que as relações cultivadas com esses princípios permanecem mesmo com o passar do tempo e as mudanças espaciais que surgem com a modernização da sociedade.

As pessoas são ensinadas desde muito novas sobre essa cultura, de um modo sutil e agradável. Esses costumes demonstram um outro tipo de relação com o tempo, situações adversas como a pandemia do Covid-19 por exemplo, que obrigou a população mundial a adaptar seu modo de vida, o seu tempo e atividades de lazer.

Com as restrições causadas pelo risco de disseminação do vírus, ao invés de afastar a comunidade, provou mais uma vez a capacidade do quilombo em ser flexível aos acontecimentos que estão sujeitos a enfrentar.

Infelizmente, durante os anos de 2020 e 2021 por causa da pandemia causada pelo Covid-19, nenhuma festa aconteceu presencialmente. No entanto, a

celebração permanece junto com a reza do terço que ocorre durante os dias do festejo e durante os dias de preparativos internos da Irmandade.

É o que relatam duas das entrevistadas, sobre as celebrações, que antes sempre contaram com o público cheio e a vinda de outras comunidades para as festas:

Eu fico satisfeita que minha tradição não tá morrendo por causa da pandemia, tudo tá acontecendo de uma forma diferente, mas tá acontecendo e pra gente que tem fé, a festa e a emoção dentro dos nossos corações é a mesma! [...] Então, a gente sente falta desse encontro com as pessoas de longe, nem tanto com as pessoas daqui. Essas pessoas de longe a gente gosta, tem também como irmãos, igual eu te falei, pra gente todo mundo é irmão. Pessoas que, infelizmente, a gente só vai poder reencontrar quando isso tudo acabar, a gente se encontra virtualmente, mas presencialmente não. “Com relação a pandemia, a gente nunca pensou em fazer algo para atingir o público, tudo que a gente fez é para não perder o que é tradição, nem tanto a tradição, mas o que deve ser feito tipo as festas que a gente faz. São três festas por ano, em janeiro a festa de São Sebastião, em maio a festa de São benedito e em outubro a festa em honra a Nossa Senhora do Rosário. Então, essas festas acontecem, não com portão aberto e com público, mas o que tem que ser feito que é da tradição do Reinado, é feito da mesma forma, a pandemia não nos impediu de fazer isso. Lógico que a gente toma todas as medidas, igual no caso de quando começa a quaresma, a gente fecha o Reinado, por que isso acontece? Porque é um tempo de reflexão né, em que Jesus tá ali pra ser morto por nós. Então, a gente fecha o Reinado, nada do religioso funciona. No sábado de aleluia a gente abre o Reinado novamente. Esse ano, a abertura do Reinado foi feita só com os capitães, a gente tava na onda roxa e não poderia reunir, então foram cinco pessoas somente pra abrir o Reinado. Então, nos nossos corações a festa está acontecendo da mesma forma. Só entristeceu, né. Assim, apagou o brilho né. Porque o brilho é o cantar, é o abraçar, comer junto, beber junto, isso que é o brilho, né. Apesar do valor maior não ser esse, mas é o brilho. Tem uma parte fundamental, que é das orações que a gente faz, mas isso faz parte do brilho da festa. A parte interna que é das orações a gente faz, que é o brilho de encontrar com o outro.

Os ofícios em honra aos Santos celebrados pelo quilombo, que ocorrem entre as festas do ciclo, foram realizados apenas com as pessoas da comunidade, seguindo os protocolos de segurança recomendados pelo município. Durante cada estágio denominado por “ondas”, a secretaria de saúde comunicava quantas pessoas poderiam se reunir para realizar procedimentos como este.

Todos os procedimentos que precisam ser realizados presencialmente, mesmo com um número reduzido de participantes, aconteceu do lado de fora da capela ao ar livre, dentro do terreno da Igreja.

4.5. O coral feminino Vozes de Campanhã

No quilombo de Justinópolis, além da Folia de Reis e do Reinado que são celebrações voltadas para o religioso, a comunidade faz há cerca de 45 anos o Arraiá do pé-de-cana, uma festa junina que já pode ser considerada tradicional só pelo seu tempo de existência. Outro fruto deste coletivo, é o coral Vozes de Campanhã.

Um grupo de vocal feminino, formado pelas quilombolas da Irmandade do Rosário. Tudo teve início quando as mulheres que cantam na guarda de Congo, foram convidadas para cantar no casamento de uma amiga das pessoas do quilombo. Motivadas pela reação positiva das pessoas que assistiram à apresentação, elas decidem levar essa ideia adiante.

Após se reunirem para acertar os detalhes, ficou combinado entre as mulheres do Coral Vozes de Campanhã permanecer com o nome antigo da região como uma homenagem. O papel deste grupo seria o de levar para os palcos o lado cultural que existe dentro do quilombo, sem romper o vínculo com o sagrado.

Após a primeira apresentação, outros convites surgem despertando o senso de organização dessas mulheres. As apresentações do grupo são marcantes, com leveza elas misturam elementos do Reinado no repertório e fazem referência aos ancestrais dos outros quilombos e Congados de Minas Gerais.

O repertório é amplo, os cânticos contam com músicas populares brasileiras e também composições autorais do grupo. Buscam representar o cotidiano dos escravizados durante a transição na Diáspora Africana, a vida nas senzalas e a vida de alguns personagens importantes para a História das pessoas pretas no Brasil.

Acima de tudo, as apresentações são pensadas para representar o sagrado feminino, em meio as músicas, as mulheres cantam para Oxum, orixá africana que representa essa ligação. Oxum é quem cuida das mulheres e das crianças, deusa da fertilidade, do amor, da saúde e fartura.

Quando cantam para Ela, encenam o “banho de Oxum”, o momento em que a deusa se banha na cachoeira, para que as águas doces possam limpar e abençoar

o seu corpo. O culto a Oxum e aos outros orixás é interessante de ser ressaltado, sobretudo, pela perspectiva do sincretismo. Quando os escravizados foram proibidos de cultuar as divindades africanas, o Estado Colonial permitia apenas a doutrinação dos santos católicos.

Os escravizados não abandonam suas crenças, cultuam Oxum como Nossa Senhora do Rosário, a santa que se tornou símbolo de proteção no período escravista e continua sendo cultuada nos quilombos mineiros (BRASILEIRO, 2012).

Assim como nas tradições do Reinado e Folia de Reis, as mulheres do Coral investem na produção artística e visual para agregar seus valores. Através dos símbolos, que acompanham a dança com movimentos que contam estórias ao som dos atabaques, os turbantes exuberantes para representar proteção, os rostos pintados que lembram o Olodum e os pés descalços, como uma demonstração de proximidade com a terra e com a espiritualidade, mais uma vez, a relação entre sociedade/natureza/antepassados.

A pandemia causada pelo Covid-19, não rompeu essa relação, o quilombo reage de outra forma, aproveitando as oportunidades para organizar e ampliar a divulgação da História da comunidade.

Ao acompanhar esse novo processo da Irmandade de Justinópolis, o sentido de cultura quilombola é reforçado por toda sua subjetividade. A essência dos quilombos antigos e contemporâneos está na singularidade encontrada nesses meios. Os entrevistados refletem da seguinte forma:

A cultura quilombola é muito diversa, cada quilombo tem a sua tradição. A cultura do nosso quilombo é uma, então eu posso falar da cultura do nosso quilombo. É uma cultura antiga, tradicional passada de pai e mãe para os filhos, a gente busca passar para os nossos filhos também. Aqui em específico, tem uma coisa muito voltada para a espiritualidade também, né, pra religiosidade, tem uma importância muito grande aqui dentro. Além da Igreja Católica tem outras religiões que vocês seguem? Na verdade, o Congado segue os ritos da Igreja Católica, apesar de não ser tradicionalmente Católico, segue esses ritos, por exemplo, as missas, reza do terço, reza do Rosário, mas muitos integrantes são umbandistas, candomblecistas, né. Porque a gente sabe que muito do Reinado, muito do que a gente canta e reza aqui vem de matriz africana, então eu costumo falar que acho muito misto. Não podemos dizer, assim “o quilombo é feito só da Igreja Católica”, não da pra dizer isso. A cultura quilombola é toda tradição que veio dos negros, dos que vieram escravizados pro Brasil. Então tudo que envolve o quilombo é cultura africana, comidas, vestimentas, as vezes até o nosso jeito de agir ou falar, por mais que a agente não

perceba, mas se a gente for revisitar a história, aí você vê que tudo foi vindo dos escravos. Alguns dialetos, algumas palavras que a gente fala, coisa que os escravos falando, mas com a mudança da língua a gente vai adaptando, adaptando, as vezes a gente nem sabe que veio dos escravos. E aqui, no caso da comunidade, o que se tornaria mais pessoal pra gente é essa forma de ser todo mundo família, mesmo não sendo de sangue. Porque a gente acredita na História da época da escravidão, os escravos foram tirados de vários lugares, vários pontos da África diferentes, às vezes nem falavam a mesma língua e aprenderam a conviver. À vezes eram de tribos rivais, mas que aprenderam a conviver porque todos estavam sendo escravizados juntos, então ali já começou a noção de quilombo né, eles se aquilombaram para se ajudar a fugir da escravidão. Então, assim, o que a gente carrega hoje como pessoal é isso, o fato de se aquilombar, a gente mesmo sendo de famílias diferentes, de ideias diferentes, a gente se aquilomba em prol de uma coisa só.

Eu acho que é uma parte de resistência né, é uma organização de força porque tem muita união e de alegria porque tem muita fé. Tudo dentro do nosso aspecto acontece com muita fé, eu sempre falo com o pessoal que se for pra gente vir e ficar mau humorado é melhor ficar em casa porque aqui a gente, porque aqui é o lugar pra gente tá com o coração pra Nossa Senhora, nós vamo fazer o nós gosta, quando a gente faz o que gosta não tem preço. Aqui não tem ninguém remunerado, não tem ninguém obrigado a nada, todo mundo vem porque gosta e quer, se nós gosta e quer tem que fazer com alegria e com amor. A sensação que eu tenho de ser quilombola é essa, a gente resiste porque a gente gosta né, porque se a gente não gostasse a gente não resistia.

A diversidade é outra característica dos quilombos que precisa ser ressaltada. Não apenas se tratando da composição de seus membros, pode ser reconhecida nas respostas do grupo as situações cotidianas. Como cada comunidade sofre influências do meio que se encontra inserida, as generalizações não devem ser empregadas, o que deve ser feito são investigações sobre os aspectos, valores e ações desenvolvidas pelos quilombolas.

Como demonstrado pela pesquisa desenvolvida por Carril (2006) na cidade de São Paulo, mais especificamente na região do Capão Redondo, a ligação entre quilombos e favelas já se mostrava presente nas letras de músicas de R.A.P (*rhymes and poetry*, ou rimas e poesias) feitas por grupos das periferias que compõem essa região antes dessa informação ser disseminada entre os pesquisadores. Nas letras também são percebidos os relatos da vida na favela e as problemáticas que cercam os moradores como a violência e criminalidade.

As situações de vulnerabilidade social experienciadas pelos quilombolas do Brasil, forçam as pessoas a buscar por uma explicação sobre as condições em que

se encontram nesse território. Ao se deparar com a História das pessoas pretas que foram transportadas para este Novo Mundo, a consciência de que a união e a autonomia coletiva seria a única maneira de salvação veio à tona para muitos grupos.

Por outro lado, Carril (2006) ressalta que lidar com essa realidade trouxe também o reconhecimento das diferenças étnicas que existem entre os indivíduos sociais. Com a demarcação das comunidades, por exemplo, a sociedade que está no entorno automaticamente precisa aprender sobre o tema.

4.7. Identidade e Modernidade: realidades apresentadas por um quilombo contemporâneo

Quando se tratam de temas relacionados à identidade nas sociedades contemporâneas, a modernidade é um fato que causa instabilidade e preocupação entre os pesquisadores. As descobertas sobre o assunto, revelam uma tendência de desagregação mais acentuada nos países cuja adoção do modo de vida moderno, seguindo as atualizações do capitalismo, ocorreram de maneira tardia. Nesses casos, a concepção do ser humano enquanto social pode ser questionada.

Segundo Hall (2006, p. 11) “[...] a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade”. Se a modernidade interfere nas relações sociais, é importante associar às análises aos acontecimentos que ocorrem no espaço, para tentar compreender um pouco sobre as tendências da sociedade.

No entanto, o contexto acadêmico se encontra num momento de questionamentos constantes e múltiplos sobre a (re)produção do pensamento. Pesquisadores da África, Ásia e Américas, apresentam pesquisas que demonstram a permanência do controle europeu em suas colônias, mesmo após o teórico fim do sistema escravista.

Grande parte dos arquivos e documentos sobre as civilizações que não fossem europeias foram destruídas pelo Estado colonial, portanto, para reconstruir os fragmentos históricos e desvendar os mistérios do passado é uma função mais complexa e delicada do que aparenta.

É preciso reconstruir o passado com as poucas informações do presente. Mas, para isso, as fontes precisam ser ampliadas, assim como o modo de observação para obter avanços significativos sobre o tema.

Equivalente a situação dos quilombos brasileiros, outras comunidades tradicionais são invisibilizadas negando o reconhecimento da trajetória dessas pessoas e suas contribuições para a construção dos territórios colonizados. Ainda assim, a organização dos grupos frente ao genocídio e a mistificação são elementos motivantes para rever as constatações desse processo histórico social. Como argumenta Mancilla (2017):

O holocausto dos povos originários na nossa América é um fato negado, mas inegável. Entretanto, o mesmo não foi, nem de longe, total, ao ponto de apagar a experiência dos seus herdeiros. Centenas de milhares de homens e mulheres destes povos sobreviveram e continuaram sua caminhada como povos. Outras tantas se miscigenaram fazendo parte do que hoje somos. A ideia do extermínio serve, todavia, para reforçar a falsa ideia de que a experiência de vida dos povos originários se perdeu num passado hoje totalmente folclorizado, desprovido assim de atualidade política.

Por isso, após descrever as manifestações que fazem parte da tradição cultural, fator importante para a formação da identidade do quilombo Irmandade do Rosário, considerando o que representa uma organização quilombola brasileira e até o seu tempo de formação, a proposta aqui é realizar um debate sobre os elementos apresentados sobre a identidade dos quilombolas frente a algumas observações que Bauman propõe sobre as relações na modernidade líquida.

A modernidade, como ressalta Giddens (2002), pode ser entendida, a grosso modo, como a sociedade industrializada, mas esta não é sua única dimensão institucional, é sua principal característica. Somado a isso, está o capitalismo, sistema econômico operante que define a mercantilização da força de trabalho restringindo as relações sociais em transações econômicas, assim como a relação entre sociedade e espaço.

Para Bauman (2011), existem dois tipos de modernidade: a sólida e a líquida. Diferenciadas por uma série de fatores que influenciam nas características da sociedade. Entre as diferenças das duas está o modo de dominação, na modernidade sólida a superioridade era dita pela capacidade física de dominação e apropriação de um território.

Na modernidade líquida, a velocidade se tornou o fator predominante, o mais rápido se apropria do mais lento. A posse do território, por exemplo, não é mais uma ação interessante pelo trabalho que precisa ser desempenhado para mantê-lo.

A modernidade sólida pode ser reconhecida como operante na sociedade ao observar os objetos que compõem a vida urbana. São pesados, grandes, chamativos, obras que chamam a atenção por sua estrutura.

Já o período da liquidez, é composto por objetos mais leves, que ocupam menos espaço e são fáceis de serem manipulados e transportados. Esses fatores também podem ser sentidos no modo como as relações sociais se desenvolvem nesses períodos distintos.

As análises sugeridas pelo autor se passam na modernidade líquida. Complementando seu pensamento Bauman (2011, p. 147), conclui:

[...] a modernidade "fluida" não tem função para a duração eterna, O "curto prazo" substituiu o "longo prazo" e fez da instantaneidade seu ideal último. Ao mesmo tempo em que promove o tempo ao posto de contêiner de capacidade infinita, a modernidade fluida dissolve - obscurece e desvaloriza - sua duração.

É na modernidade fluida que o tempo pode ser sentido como um cronometro que corre contra a sociedade. A frase "tempo é dinheiro" nunca fez tanto sentido, é utilizada para justificar a permanência da exploração de mão de obra e o esvaziamento das atividades que não envolvem o trabalho da vida dos cidadãos. Tempo e espaço são negociáveis, portanto, são mercadorias assim como qualquer outro produto.

A respeito das características da vida na modernidade líquida, Bauman (2011) acentua que a individualização é um fator predominante entre os indivíduos. A sociedade é movimentada por uma ação pleonástica de reconhecimento de si, é preciso se tornar o que já é, ou seja, a modernidade se torna sinônimo de individualização a partir do momento em que as pessoas estão imersas no processo de conhecimento individual.

Quijano (2005) quando relata as consequências do colonialismo no modo de vida das colônias, informa que o "ego individual diferenciado" não é um episódio iniciado nas Américas como um dos experimentos sociais dos novos territórios. No entanto, essa consequência foi expandida conforme os avanços da mundialização do capital foram sendo espalhados pelo mundo através dos europeus.

Bauman (2011) considera que a individualização foi estabelecida para permanecer na sociedade, apesar dos pontos positivos avistados pelo autor, as consequências de continuar a viver desse modo são mais preocupantes. Reconhecer

este estado em que se encontra a massa, é o primeiro passo para encontrar a liberdade de decisão sobre suas escolhas e atos, e ao que tudo indica a situação deve ser enfrentada de modo coletivo.

O resultado dessa individualização na vida pública é a perda da consciência do que é ser cidadão, nesse momento uma contradição começa a ser sentida na sociedade. As discussões sobre a vida pública em conjunto com a vida privada se tornam cada dia mais escassas e essa separação impossibilita a formação do cidadão, com isso o indivíduo se encontra incompleto. Bauman (2011) explica que:

O indivíduo de jure não pode se tornar indivíduo de facto sem antes tornar-se cidadão. Não há indivíduos autônomos sem uma sociedade autônoma, e a autonomia da sociedade requer uma auto-constituição deliberada e perpétua, algo que só pode ser uma realização compartilhada de seus membros.

Para solucionar esse dilema é preciso condensar novamente os problemas da vida privada aos interesses públicos da sociedade em geral. As questões públicas correspondem a soma dos fatores individuais, fazer essa perspectiva visível pode despertar a preocupação em construir uma sociedade mais justa e igualitária (BAUMAN, 2011).

A identidade na “modernidade líquida (BAUMAN, 2011), se baseia numa busca constante de solidificação, os esforços se voltam para dar forma aquilo que está desconfigurado, desforme. Esse processo pode ser visto nos meios que as pessoas encontram de tornar o fluxo da vida um pouco mais lento.

Bauman (2011) pressupõe que as identidades que não são capazes de exercer essa função, desaparecem com mais facilidade e frequência. Por isso, as identidades se encontram frágeis e vulneráveis, um processo interminável no qual se realiza apenas no mundo fantasioso.

Tudo na sociedade consumista é comprável, com as identidades não seria diferente. Mas, nessa sociedade líquida as pessoas constroem imagens para seguir substituindo a imagem do líder num tipo de inspiração pessoal, baseadas na satisfação do seu ego em conjunto com a segurança já que o medo também faz parte desse modo de vida, ambos incentivam a individualização do ser. A busca pela arte, assim como pela vida pública e compartilhada deixa de ser interessante (BAUMAN, 2011).

Os espaços urbanos são projetados para reproduzir a vida privada de modo que a faça parecer coletiva. No entanto, os espaços foram calculados para abrigar a “ação” e não a “interação” entre as pessoas, não passam de lugares de “consumo coletivo”. Bauman (2011) ressalta que esses lugares de consumo não retratam a vida cotidiana real, existem na sociedade contemporânea algumas manifestações que são capazes de transmitir essa realidade que não é tão artificial quanto parece.

Além dos espaços de consumo, Bauman (2011) reflete sobre a existência dos “não-lugares”. São essas porções excluídas por serem considerados, segundo o autor, territórios descuidados, que representam algum tipo de perigo, esquecidos pela maior parte da sociedade, reconhecidos como “espaços vazios”.

Esses “não-lugares” não se encontram inabitados, ao contrário disso, as pessoas que vivem ali são os que não devem ser ouvidos. Eles foram silenciados, porque segundo o que dita o senso comum, não apresentam contribuições significativas sobre como exercer cidadania. Neste sentido, conviver com as diferenças se torna uma tarefa cada vez mais difícil e distante.

O isolamento não acontece apenas entre os indivíduos, a falta de contato se generaliza afastando também as comunidades étnicas. Na sociedade moderna a homogeneização é um movimento natural, o que começou com o ato do autoconhecimento acabou tornando a população uma massa de indivíduos solitários, que buscam a diferença dentro dos mesmos padrões (BAUMAN, 2011).

Conviver com o diferente se torna uma coisa distante, só se houve falar. Uma tarefa que sem prática é impossível de conseguir. Os conhecimentos de quem entra em contato com o diferente são questionados. Essas são duas coisas que o indivíduo da modernidade não suporta: paciência e críticas.

Como a teoria da “Modernidade Líquida” de Bauman se refere, principalmente, ao modo de vida das regiões urbanas, as comunidades étnicas tendem a ser engolidas pela expansão das cidades. A homogeneização toma conta da vida desses povos e aos poucos o medo do outro passa a fazer parte do pensamento de todos, junto com as outras características advindas da modernização.

À medida que a liquidez toma conta das relações, os compromissos estabelecidos entre os indivíduos passam a ser cada vez mais temporários sendo substituídos com facilidade. Quando se refere a esse fator, Bauman (2011) discorre

sobre diferentes aspectos da vida que são afetados por isso como as relações amorosas, na perspectiva profissional e a vida nas comunidades.

As pessoas que constituem uma comunidade, por exemplo, escolhem primeiro os desejos da individualidade e depois da comunidade. Talvez esse seja o preço a ser pago para realizar os anseios pessoais.

O papel da comunidade passa a ser o de oferecer para as pessoas tudo que elas sentem ser necessárias para viver. Entretanto, esse pensamento desperta os problemas da vida coletiva que são deixados para segundo (ou terceiro) plano, tornando a convivência desagradável e desinteressante.

A questão do tempo também deve ser associada nessa perspectiva pela pressa que torna as relações instantâneas, assim como o convívio entre as pessoas. Todas as características empíricas se misturam com os elementos subjetivos refletindo no modo como os indivíduos lidam (ou não) com as questões e afazeres coletivos (BAUMAN, 2011, p. 148).

Aos poucos, esse movimento desvaloriza tudo aquilo que ficou no passado. O foco é a busca da felicidade e esta se encontra, inteiramente, no futuro. A construção da sociedade é baseada em “viver o momento” ao invés de se preocupar com a immortalização daquilo que foi realizado pelo ser humano (BAUMAN, 2011, p. 149).

Aos poucos, conforme a modernidade líquida toma conta do modo de vida da população, as identidades vão se moldando através das mudanças que ocorrem no espaço. Como as características principais neste período são a rapidez, a fluidez, os compromissos rasos de curta duração e a passagem dos indivíduos pelos lugares, sem tempo para estabelecer uma conexão, as relações construídas refletem isso assumindo formas não duráveis.

A arte e a cultura são tomadas pela velocidade do tempo, são esquecidas aos poucos, assim como os espaços de interação. Um cenário catastrófico no qual a imagem que se forma das pessoas são ilhas isoladas que se conectam apenas para o essencial. Desaprendidos de dialogar, os seres humanos também são desencorajados pelo medo e a individualização é o único modo de vida que pode resultar de tudo isso.

Ao refletir sobre a modernidade e como ela afeta o modo de vida urbano, sobretudo, Giddens (2002, p. 38) discorre:

A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-se por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecido em ambientes mais tradicionais.

O caráter coletivo neste período é posto à prova, o desgaste das relações é objeto de destaque entre as discussões. Entretanto, mais uma vez a generalização pode ocultar as potencialidades que existem deixando passar despercebidas as soluções práticas que já se encontram em andamento por alguns grupos da sociedade.

Por isso, Bauman (2011) argumenta sobre a instabilidade das identidades dos sujeitos modernos. Entretanto, se de acordo com Hall e Castells, por exemplo, as identidades não são fixas ou estáticas, elas podem mudar ou sofrer variações de acordo com as experiências de vida de cada pessoa. Assim como podem ser múltiplas e dialogarem entre si, ou até mesmo surgir devido as diferenças e não semelhanças.

Neste sentido, a manifestação dessa oscilação nas identidades já é esperada, de certa forma. O que traz maiores preocupações é o fato da individualização do ser, que além de impossibilitar a sua formação cidadã, traz novos problemas para a humanidade que ainda estão em processo de descoberta.

Um desses problemas é a distorção da realidade, já que as pessoas se encontram incapazes de lidar com as diferenças e conviver com o desconhecido. As projeções são baseadas na homogeneização dos problemas, dos comportamentos, do conhecimento, das aspirações, etc. Lidar e reconhecer os fatos da realidade nunca havia sido tão complexo.

De certo, o ser humano é mais surpreendente do que se pode imaginar, são suas especificidades que tornam o conhecimento das sociedades interessante. As generalizações, cada dia mais constantes e abrangendo diferentes perspectivas sociais, levam a invisibilização junto com a massificação a lugares nas quais estas não pertencem. Mas, esses lugares não estão calados diante dessa situação e são justamente essas comunidades que Bauman não considera na sua teoria.

Ao contrário do que o autor afirma, as “comunidades étnicas” não utilizam essa denominação para se manter distantes e seguras dos “outros”, ou seja, daqueles que se encontram fora desse grupo. Segurança é um privilégio que algumas pessoas não possuem dentro do Estado colonial.

Contudo, é válido ressaltar que a intenção do texto não é confrontar a perspectiva de Bauman sobre o modo de vida da sociedade moderna e líquida. Mas sim, tornar visível as novas possibilidades que foram construídas por situações que o autor não leva em consideração.

Levando em consideração que esta seção se dedica a compreender sobre os aspectos culturais, as análises são baseadas nos fragmentos das entrevistas semiestruturadas feitas com os quilombolas da Irmandade do Rosário. Assim como, nas observações das atividades descritas, documentos, ações, linguagem oral e outros detalhes analisados, já que, como descrito, a cultura faz parte do modo de vida de um grupo. É a partir da cultura que as identidades formam, podendo até apresentar um posicionamento contrário as ideologias defendidas, inclusive.

Como afirma Munanga (2002), existe sim uma tendência presente nas massas que é fruto do modo de vida tecnológico dos meios de comunicação, era do consumismo que aproxima todos os povos do mundo daquilo que poderia ser denominado como cultura globalizada. Contudo, observando essas características do outro as culturas com suas particularidades escapam dessa homogeneização.

O foco de análise desse trabalho é um quilombo específico, mas o caminho da escrita foi marcado por outras influências. Comunidades do passado e do presente estiveram acompanhando o desenvolver desse texto em muitos instantes.

Entre os quilombos que foram sendo (re)conhecidos: Angola Janga mais conhecido como República dos Palmares; o Quilombo do Mestre Ambrósio que fazia parte de um grupo maior – Os quilombos do Campo Grande; Quilombo dos Arturos, Quilombo Buieié; Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango; Quilombo dos Kalunga; Quilombo Rampa e o próprio quilombo Irmandade do Rosário.

Seja por contato de trabalhos e documentos das comunidades que não se encontram presentes neste plano, ou daquelas que resistem na sociedade contemporânea, a identidade dos quilombolas é algo que pode ser encontrada com facilidade.

Além dos ataques armados ou não do Estado colonial, essa compatibilidade é o motivo de formação e manutenção dos quilombos no Brasil. Mesmo que esse processo de identificação, em alguns casos, precise de mais tempo e olhares atentos, ainda sim a partir da cultura, observando o modo de vida daquelas pessoas, a identidade quilombola se manifesta.

A cultura quilombola é composta por costumes, tradições, ensinamentos, é mais como um estilo de vida. Sobre este fato, os quilombolas entrevistados explicam quando indagados sobre a influência disso em suas vidas:

Acho que sou eu, a minha personalidade é essa cultura, de tudo que eu vivo hoje, que eu faço, a maior parte é pela comunidade. Lógico que eu tenho o meu trabalho, mas até mesmo fora daqui eu tento levar para as pessoas que me rodeiam, um pouquinho da minha história e do que eu vivo, né.

Em todos os pontos! É tudo, a forma que eu fui criada é voltada para isso daqui. Então, eu fui criada com os ensinamentos daqui da dentro, né. Tudo na minha vida, tudo que eu faço na minha vida é seguindo os ensinamentos do meu pai e da minha mãe, que eles aprenderam com meus avós, que é voltado para a irmandade, o Reinado, então influência em tudo na minha vida, todas as minhas escolhas, tudo que eu vou fazer, a pessoa que eu sou hoje, os ensinamentos do Reinado me influenciam em tudo! Os valores sociais principalmente, as vezes nem por uma fala não, mas pelo acontecimento, pela convivência, pelos gestos, pelo que a gente vê acontecendo. Muitas vezes quando eu era criança a gente não conversava muito sobre racismo, sobre classe social, sobre esses assuntos, mas a vivência faz com que a gente aprenda esse tipo de coisa e que a gente cresça com esses valores. Pela vivência dos nossos pais e pela nossa, a gente cresce e passa para os nossos filhos, hoje muito mais falado do que antes.

Tudo. Eu vivo isso aqui. Quando eu era jovem, mais novo, eu tive a oportunidade de trabalhar fora, pra poder ganhar um dinheiro e talvez hoje eu poderia tá tranquilo, mas eu tinha tanta paixão pelo Reinado que tudo que eu ia fazer, eu pensava nisso primeiro.

Conforme explicado por Mancilla (2017) para os povos indígenas e os grupos quilombolas do Brasil, assim como outras comunidades tradicionais que fazem parte dessa construção, a cultura atua em articulação com a identidade. Este é um processo de reconhecimento que transpassa o subjetivo, operando através do corpo, em sua postura, nos gestos e ações, até nas roupas, é possível reconhecer essa influência.

A partir desse pensamento, a compreensão das relações espaciais também se torna um elemento importante para essa análise. Bauman e Lefebvre acreditam que a relação entre o ser humano e o espaço tendem a se restringir apenas a processos econômicos. No quilombo de Justinópolis o posicionamento é outro.

Os quilombolas da Irmandade do Rosário compartilham o terreno da igreja, os cuidados e as despesas. O grupo se disponibiliza a cuidar deste lugar, por ser o maior símbolo de (r)esistência da comunidade, é nesse espaço que todos (tanto os de fora, quanto os de dentro) se encontram para resolver assuntos, festejar, se lamentar e buscar consolo.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, é o lugar onde se é possível enxergar o tempo. Enxerga-se ali a concretização de toda uma História, as experiências que se passaram naquele espaço representam mais do que o valor econômico pode traduzir. Se acaso algum (infeliz) contratempo forçar a retirada da igreja, isso poderia provocar um abalo nas estruturas do quilombo, como relatam os entrevistados:

[...] enfraqueceria pelo fato da nossa Irmandade ser centenária, então é algo que já tem raiz aqui. Eu acho que não faria nem sentido que a gente saísse daqui. Eu acho que se um dia acontecesse isso, acabaria, perderia o sentido da existência da Irmandade mesmo. A gente poderia até tentar existi em outro lugar, mas eu acho que não seria da mesma forma. Seria muito estranho, assim, eu falo por mim, nem é por todo mundo. O nosso lugar aqui é muito importante pra gente, muito mesmo! Tem muita História aqui, se hipoteticamente, a gente tivesse que sair daqui, a gente ia travar uma briga muito grande, mas a gente não sairia daqui não, a gente não ia sair não.

A relação com o espaço pode ser compreendida como um modo de preservar a ancestralidade do grupo. Esse lugar de abrigo é sentido pelas pessoas do entorno, ao observar o cuidado e o comprometimento com que se desenvolve essa relação, as pessoas de fora também são afetadas por essa ação.

Como discutido por Mancilla (2017) “A ortodoxia opera, no sul do mundo, atravessada por uma colonialidade que impõe crua e radicalmente sua cegueira sobre a complexidade da vida no nosso continente”. A forma como a colonialidade treinou as observações humanas impediu, até o momento, que essas identidades fossem reconhecidas.

Sob essa perspectiva, abordar os aspectos de cultura e identidade das pessoas pretas no Brasil, mesmo nas sociedades urbanas da modernidade, contradiz as tendências do destino previsto para as massas dos países periféricos.

E como é possível projetar o futuro sem rever o passado? Seguindo os conselhos que Munanga (2006) discute, a sociedade brasileira só será formada democraticamente quando a diversidade cultural e de identidades forem reconhecidas por todas e todos deste território.

É por esse motivo que a cultura precisa operar politicamente na sociedade, sem a presença da romantização sobre as ações daqueles grupos que ainda precisam ser vistos com seriedade pelos outros. As atitudes das comunidades tradicionais brasileiras são puramente políticas, as pessoas se manifestam através da cultura por

séculos demonstrando resistência as diversas formas de ideologia e opressão do Estado colonial.

A formação da cidadania não pode ser dada como iniciada enquanto este fator for negado e esquecido. Os avanços para uma sociedade mais justa e igualitária, dependem do deslocamento nessa direção. Se por um lado a sociedade alega que seus interesses são em defender os valores sociais e morais, tais como família, saúde, educação e qualidade de vida para todos, então se faz necessário aderir mudanças de comportamento dos indivíduos em geral.

5. CONSIDERAÇÕES PARA REFLETIR

Ao contrário do que se pode imaginar quando se inicia uma pesquisa, não é possível alcançar o esgotamento de um tema, sempre nos deparamos com novas possibilidades, problemas e discussões. Mesmo com todos os esforços de quem escreve para ler e transcrever o que foi compreendido, o tempo não torna essa tarefa mais fácil.

Isso apenas dificulta o desenvolvimento do trabalho, já que os fatos curiosos que atravessam a leitura e análise de dados, em algumas ocasiões dispersam a escrita e transmitem a sensação de incompletude. Finalizar uma discussão é uma verdadeira utopia.

Por isso, definir o ponto de partida da pesquisa social se torna essencial. Se concluir o assunto não é possível, saber sobre sua origem é um recurso indispensável para compreender o estado presente. Foi com esse intuito que esta dissertação foi iniciada, compreender o modo como o território brasileiro foi estabelecido e com isso as origens das organizações quilombolas.

No entanto, a História do Brasil com o passar do tempo se mostra cada vez mais manipulada e frágil frente aos questionamentos que surgem, principalmente, através de reflexões dos pesquisadores e pesquisadoras que buscam se libertar da perspectiva eurocêntrica de explicação do mundo.

Nesta perspectiva, contradizendo as afirmações de que a Histórias das pessoas pretas brasileiras não existe por não haver documentos registrados, o referencial teórico apresentado sobre os quilombos formados pelos escravizados, apesar das fragilidades que existem, evidencia que esse argumento já deveria ter caído em desuso.

As comunidades apresentadas, também representam um dos primeiros movimentos contrários ao sistema colonialista de exploração que se instalava em solo nacional. Ofereciam um novo modo de vida para quem se achegasse buscando abrigo, se baseavam nos valores sociais aprendidos com seus ancestrais e com outras pessoas interessadas em estabelecer essa relação de trocas.

Como afirmou Moura (1992), os quilombos brasileiros formaram um mecanismo de defesa contra o Estado Colonial e a política de homogeneização da

sociedade iniciando um movimento que (r)esiste com seus descendentes até a contemporaneidade.

Diante de toda essa importância, contando com a permanência das comunidades na vida das sociedades urbanas e rurais espalhadas pelos países, o fato de grande parte da sociedade desconhecer ou ignorar essa presença, ainda é um acontecimento cotidiano. A invisibilização dos quilombos causa os mesmos estragos que a violência.

Os conflitos que permeiam a vida dos quilombolas são da mesma proporção que a organização desses núcleos apresenta para lidar com as adversidades cotidianas. Ao entrar em contato com um quilombo e observar as suas ações, o que deve ser retratado não são apenas os seus conflitos, a vida nas comunidades não se limita a isso.

Entretanto, as subjetividades dos grupos, como a cultura e as identidades formadas para atuar contra a homogeneização da sociedade só podem ser percebidas quando se reduz a escala de análise, acompanhando o quanto for possível de seu cotidiano. Como mencionado por Munanga (2002) cada comunidade possui sua cultura, sua religião, suas particularidades, que são construídas junto com sua história e com seus problemas.

Construir o conhecimento das Américas (que até pelo nome demonstram a sua dominação), requer passar por esse tipo de conhecimento também. Romper com a dominação europeia não significa ignorar as contribuições para construção da sociedade, mas sim, ouvir e observar o que as comunidades tradicionais e demais povos subalternizados tem a dizer e a mostrar. É tomar o lugar de protagonista, com a difícil tarefa de observar e só interferir quando solicitado, sem carregar a discursão com julgamentos de valor e descriminalizações.

Para obter os resultados próximos da realidade algumas mudanças devem ser realizadas durante o desenvolvimento das pesquisas, a começar pela metodologia e os procedimentos metodológicos. Apesar das limitações que o contexto pandêmico trouxe para a vida na sociedade, sobretudo a urbana, a reação dos quilombos surpreende até mesmo nessa situação.

O quilombo demonstra em mais de um momento sua capacidade de ser maleável e adaptar as condições do presente sem deixar para trás as suas características, sua identidade, realizando os seus rituais tradicionais para não se

esquecer de onde vieram e aonde querem chegar. A organização, nitidamente estabelecida, começa dessa consciência, esse é o motivo de duração dos quilombos brasileiros.

Cada comunidade assume um formato, que como mencionado, é resultante da somatória de fatores externos e internos. O contexto histórico e espacial, são os fatores que exercem influências mais significativas para a análise estabelecida, o global opera no local e o local responde a esses impulsos de maneira espontânea dando origem ao lugar.

Essa categoria do espaço trabalhada por Santos na Geografia, foi estruturada de acordo com o modo de formação do território brasileiro e coloca em questão a espontaneidade das respostas dos atores sociais frente as situações conflitantes. Não se pode afirmar se o autor trata das comunidades tradicionais quilombolas, mas em certo momento quando Santos (2006) discorre sobre a importância de descobrir as potencialidades do papel cultural da América Latina, essas organizações e o papel social que cultura produzida nelas devem ser incluídas nessa reflexão.

No presente estudo, após estabelecer essa relação com o espaço e o cotidiano buscou-se compreender sobre a trajetória histórica de uma comunidade específica. O quilombo retratado, a Irmandade do Rosário de Justinópolis (MG), preserva as tradições culturais para garantir a continuidade de sua memória e a permanência do seu lugar no espaço.

Assim como diversos outros quilombos formados no Brasil, este se encontra num município periférico, considerado de vulnerabilidade social pelas condições que o Estado oferece para os seus moradores. A cidade foi planejada apenas para abrigar penitenciárias, não pensaram na população que poderia ir habitar aquele espaço e construir suas histórias de vida.

No entanto, parece que essa negligência despertou o interesse dos moradores em investir na cultura local para mostrar ao restante da sociedade que naquele lugar existem vidas, com potencialidades, que também produzem conhecimento. Uma cidade que antes levava o título pejorativo de “cidade-presídio”, se tornou um polo cultural reconhecido até fora de sua região, em outros estados do Brasil.

Entre os atores sociais responsáveis por essa transformação, está o quilombo da Irmandade do Rosário, que contribui para a construção do município, uma vez que

se encontra na região antes mesmo dessa ser nomeada enquanto cidade. São os quilombolas que trabalham, geram renda, produzem e consome, contribuem efetivamente para a formação histórica e da identidade do município

Produzindo cultura, afirmando sua identidade enquanto quilombo, são conhecidos, divulgam o lugar da comunidade, atraem olhares e geram interesse nos outros em conhecer o lugar que essa História se desenvolve.

Tais constatações nos levam a outros questionamentos, colocando no centro o poder público local. O mesmo reproduz as políticas estabelecidas para manutenção do sistema político, econômico, social e ideológico, reproduzindo o formato de colônia, assim como a domínio da produção do conhecimento (SILVA, 2020).

É imposto o que tem importância ou não para a sociedade, no que se deve investir e valorizar sem levar em consideração as reais possibilidades e limitações. Contudo, dessa situação emergem esses movimentos contrários que desestabilizam a ordem, demonstrando através de sua organização avanços significativos para tornar possível a concretização de ações que tornam a vida dos chamados povos subalternizados.

Os quilombos fazem parte enquanto protagonistas da História do Brasil. Além da forma como lidam com o presente, também revelam a possibilidade de reconstrução de fragmentos confiáveis sobre a vida das pessoas pretas no Brasil. Lembrando, que grande parte dos documentos sobre os quilombos, as revoltas, a vida nas senzalas, a cultura, dentre outros aspectos, foram destruídos pelo Estado.

Portanto, o recurso que existe são as comunidades como um todo, consultar seus registros, escutar os relatos e observar esses elementos que provam a permanência da estrutura de organização social alternativa. É importante levar em conta as transformações que precisaram ser feitas para adaptar a vida as influências externas, sem que essa identidade fosse esquecida.

Quando nos referimos a identidade quilombola é importante destacar que o passar do tempo só vem trazendo para as comunidades motivos de (re)afirmar essa definição, mesmo com todos os ataques que acontecem nesses longos anos de colonialismo. No entanto, até em estados sólidos é possível encontrarmos movimento.

Finalizo o texto lembrando sobre a necessidade de tornar visível o debate sobre cidadania e identidade, que já acontece na vida cotidiana do grupo analisado e de outros. A atenção deve ser voltada para as ações das comunidades, pois até as

fragilidades que apresentam são indicadores de mudanças que visam melhorias para a sociedade como um todo, e que só trarão resultados significativos se começar por quem vivencia de perto os conflitos.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Glória. **Falando em línguas**: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 8, p. 229-236, jun. 2000.
- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga** - a sagrada terra. *Revista da Faculdade de Direito da UFG, Goiânia*, v. 19, n. 1, p. 107-120, jan./dez. 1995/96. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revfd/article/view/11941>. Acesso em: 05 jun 2021
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011
- BOMBARDI, Larissa Mies; Nepomuceno, Pablo Luiz Maia. Covid-19, desigualdade social e tragédia no Brasil. **Le Monde Diplomatic Brasil**, São Paulo, v. 12, n. 01, p. 111, abr. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/covid-19-desigualdadesociale-tragedia-no-brasil/>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em ciências sociais. Em *Tese*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 05 maio 2020.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** uma introdução à luta dos Sem-Teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2012. 128 p. CAMPOS, Andreino. *Do quilombo à favela: A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. v. 500, 210 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. VOCAÇÃO DE CRIAR: anotações sobre a cultura e as culturas populares. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 139, p. 715-746, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Ffs6C5NZSw7hMkkhbFm6Pbc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 jun. 2020.
- BRASILEIRO, Jeremias. COEXISTÊNCIA CULTURAL E RELIGIOSA: um diálogo entre as congadas e o catolicismo popular. **Relicário**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 35-51, dez. 2018. Disponível em:

<https://www.revistarelicario.museudeartesauberlandia.com.br/index.php/relicario/article/view/29/23>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASILEIRO, Jeremias. **O ressoar dos tambores do congado**: entre a tradição e a contemporaneidade. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

CARÁMBULA, Rúben. **El Candombe**. Buenos Aires: Del Sol, 2005. 192 p.

Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=vCD3FG6VX5oC&oi=fnd&pg=PA13&dq=Candombe&ots=Q3GXhkPyKF&sig=OWIW-pGqV8iQ3ZE1lqxyo9YB8UE&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)

[BR&lr=&id=vCD3FG6VX5oC&oi=fnd&pg=PA13&dq=Candombe&ots=Q3GXhkPyKF&sig=OWIW-pGqV8iQ3ZE1lqxyo9YB8UE&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=vCD3FG6VX5oC&oi=fnd&pg=PA13&dq=Candombe&ots=Q3GXhkPyKF&sig=OWIW-pGqV8iQ3ZE1lqxyo9YB8UE&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false).

Acesso em: 08 ago. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Diferenciação socioespacial**. Cidades, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, jan./dez., 2008. CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. Cidades, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 46-60, dez. 2001.

Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/569>.

Acesso em: 08 abr. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Fflich, 2007. 123 p.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Quilombo, favela e periferia**: a longa busca da cidadania. 2003. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2018. 60 p.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **MARCAS DE AFRICANIA NO PORTUGUÊS DO BRASIL**: o legado negroafricano nas américas. *Interdisciplinar*, Aracajú, v. 24, n. 11, p. 11-24, abr. 2016.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Marcas de Africanias No Português Brasileiro**. *Afro-Ásia*, Salvador, p. 81-106, jan. 1983.

CELLARD, André. **Análise documental**. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 295-316.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. 69 p.

Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1979. 136 p.
 COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. **A técnica de entrevista na pesquisa social**. Cadernos de Sociologia. v. 9, Porto Alegre: UFRGS, 1998.

CORRÊA, Juliana Aparecida Garcia. **DE REINADOS E DE REISADOS: festa, vida social e experiência coletiva em justinópolis/ mg**. 2009. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CORREA, Maria da Conceição Batista. A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE ENQUANTO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO. **Pensar Enfermagem**, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 30-36, jul. 2009. Disponível em:

https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23968/1/2009_13_2_30-36.pdf. Acesso em: 02 fev. 2020.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. **A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE ENQUANTO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO**. **Pensar Enfermagem**, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 30-36, jun. 2009.

CRUZ, Fio. **Autorizações da Anvisa e OMS para o uso da vacina Covid-19**. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/autorizacoes-da-anvisa-e-oms-para-ousoda-vacina-covid-19>. Acesso em: 05 jul. 2021.

ESTEBAN, Maria Teresa. **EDUCAÇÃO POPULAR: DESAFIO À DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 9-17, jan./abr. 2007
 GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-cmc3a9todos-e-tc3a9cnicasdepesquisa-social.pdf>. Acesso em: 14 maio 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro, Record, 1933.

GABARRA, Larissa Oliveira. Congado: a festa do batuque. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-7, dez. 2003. Disponível em:

<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/32/30>. Acesso em: 01 jul. 2021.

- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ltc, 2008. 323 p.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 118 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-acmc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 14 maio 2020.
- GILROY, Paul. (2001) **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Candido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- GODOY, A.S. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, nº2, p. 57-63, Mar/Abr/1995
- GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (org.). **O lugar da mulher, estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-106.
- GONZÁLEZ, Lélia. Mulher Negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Guerreiras de Natureza**. São Paulo: Selo Negro, 2014. p. 29-47.314 p.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. **A negação da ordem escravista**. São Paulo: Ícone, 1966. 171 p.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. HAMPÂTÉ BA, Amadou. Ankoullél. **O menino Fula**. São Paulo: Casa das Áfricas/Palas Athena, 2003.
- HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- IBGE. Contra Covid-19, **IBGE antecipa dados sobre indígenas e quilombolas**. 2020. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/27487-contracovid-19-ibge-antecipa-dados-sobre-indigenas-e-quilombolas.html>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2015**. Rio de Janeiro, RJ. 2015.
- LANDER, Edgar (Coord.). Colección Sur Sur, CLACSO, **Ciudad Autónoma de Buenos Aires**, Argentina, set. 2005. p.107-130.
- LAPLANTINE, Françoise. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003. 169 p. Disponível em:

https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2010/03/laplantine_aprenderantropologia.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 120 p.

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: **Paisagens, Texto e Identidade**. Org.: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p.157. Acesso em:

10 jun 2019. Disponível em: <

<https://www.passeidireto.com/arquivo/59284617/asquestoes-de-identidadeemgeografia-cultural-algumas-concepcoes-contemporaneas> >.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1968.

LEITE, Ilka Boaventura. **OS QUILOMBOS NO BRASIL**: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 333-354, jan. 2010.

LIMA, Luana Nunes Martins de et al. **Manifestações culturais em território Kalunga: a festa de nossa senhora de aparecida como elemento de (re)afirmação identitária e reaproximação étnica**. Remie - Multidisciplinary Journal Of Educational Research.

Espanha, p. 104-127. fev. 2012.

LINDÓN, Alicia. **La ciudad y la vida urbana a través de los imaginarios urbanos**. Eure, Santiago de Chile, v. 33, n. 99, p. 7-16, ago. 2007. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v33n99/art02.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola**: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2010. 299 p.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. **Vidas em enclaves**: imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. 2013. 482 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade

Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/13/dr/maria-angelica.pdf. Acesso em: 29 jul.

2021.

MALCOLM X: "**Quem te ensinou a odiar a si mesmo?**". Los Angeles: 1962. Son., P&B. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=RMj9AHmNOi4&ab_channel=grandeslivros.

Acesso em: 22 abr. 2021.

MANCILLA, Claudio Barría. Memória, imaginário descolonial e aura da arte e da cultura popular na nossa América. In: CRUZ, Valter do Carmo (org.). **Geografia e Giro Descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 345-367.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n.34, p. 287-324, 2008. Disponível em: 122 Acesso em: 30 de jun. de 2018.

MIGUEL, Yaisa Domingas De Carvalho; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. ENCUENTRO DE GEOGRAFÍAS DE AMÉRICA LATINA, 2., 2012, Montevidéo. A **SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL CONTEMPORÂNEA** [...]. Montevidéo: Egal, 2012. 13 p.

MILAGRES, Jóvirson J.. CANDOMBE, CONGADO E JONGO: religiosidade africana e catolicismo negro em festas do sudeste brasileiro. In: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2019, Salvador. **Anais [...]** . Salvador: Enecult, 2019. p.

115. Disponível em:

<http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload484/111602.pdf>. Acesso em:

05 fev. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993. 26 MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense S.a., 1981. 97 p.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1945. 282 p. MOURA, Clovis. **História do Negro no Brasil**.

São Paulo: Ática, 1992.

MUNANGA, Kabengele. A IDENTIDADE NEGRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO. **Ethos Brasil**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 11-20, nov. 2002.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no brasil. **Artigos e Ensaios**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 17-24, set. 2006.

MUNANGA, Kabengele. Origem e Histórico dos Quilombos em África. In: MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001. p. 21- 34.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 183 p. NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008, 284 p. Acesso em: 05 jun 2019. Disponível em: <
<https://www.passeidireto.com/arquivo/36957983/355314565abdiasdo-nascimento-oquilombismo-pdf> >.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014. 226 p. (Sankofa: matrizes africanas da cultura negra).

NASCIMENTO, Gizêlda Melo. Grandes Mães, Reais Senhoras. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Guerreiras de Natureza**. São Paulo: Selo Negro, 2014. p. 49-63.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades**. Cadernos de Pesquisas em Administração, São Paulo, V.1, Nº 3, 2º, 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Covid-19. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/pt>. Acesso em: 20 set. 2020. ORÍ. São Paulo: Raquel Gerber, 1989.

(93 min.), son., color.

PARECE COMIGO? Direção de Kelly Cristina Spinelli. São Paulo: Hysteria, 2016.

(26 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JD2Cg68SIJ4&ab_channel=Hysteria. Acesso em:

22 abr. 2021.

PEREIRA, Bergman de Paula. **De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Não use números Romanos ou letras, use somente números Árabicos., 2011, São Paulo. Anais [...] . São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. p. 1-7. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf. Acesso em: 08 ago. 2021.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Espaço e cultura na religião afro-brasileira.** Ituiutaba: Barlavento, 2015. 139 p.

PRESTES, Clélia R. S; PAIVA, Vera S. F. **Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência.** Saúde, São Paulo, p. 673-688, mar. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/NFKSFWFdfv8pnW8vFR3BzQR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas.**

RAMOS, Arthur. **Aculturação Negra no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1942. 388 p.

REINADO de Campanhã: episódio I. Produção de Denise Diniz Moreira, Natiely Nágila Ferreira, Nayane Mayara Ferreira,. Roteiro: Dirceu Ferreira Sergio, Natany Louise Ferreira. 2021. (44 min.), son., color. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=W_OVv7dHL4&t=2335s&ab_channel=Quilombod e Justin%C3%B3polis. Acesso em: 06 ago.

2021.

REINADO de Campanhã: episódio II. Produção de Denise Diniz Moreira, Natiely Nágila Ferreira, Nayane Mayara Ferreira,. Roteiro: Dirceu Ferreira Sergio, Natany Louise

Ferreira. 2021. (44 min.), son., color. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=W_OVv7dHL4&t=2335s&ab_channel=Quilombod e Justin%C3%B3polis. Acesso em: 06 ago. 2021.

REINADO de Campanhã: episódio III. Produção de Denise Diniz Moreira, Natiely Nágila Ferreira, Nayane Mayara Ferreira,. Roteiro: Dirceu Ferreira Sergio, Natany Louise

- Ferreira. 2021. (44 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W_OVv7dHL4&t=2335s&ab_channel=Quilombod e Justin%C3%B3polis. Acesso em: 06 ago. 2021.
- REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista Usp, São Paulo, v. 39, n. 14, p. 14-39, fev. 1996.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia de Bolso, 1995.
- SANTOS, Josiane Aparecida dos et al. **A complexidade e a riqueza multicultural no espaço sagrado da Igreja da Colina**. 2019. 119 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. 1ª edição. São Paulo: Edusp, 2005 [Petrópolis: Vozes, 1978].
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2004. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1970. 433 p.
- SANTOS, Milton. O Lugar e o Cotidiano. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 495-511.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: São Paulo, 2006. 259 p.
- SEGATO, Rita Laura. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez**. Buenos Aires: Tinta Limon, 2013. 88 p. ZIRIGANGA. Direção de Sônia Assis. Belo Horizonte: Genesco Alves e Sônia Assis, 2019. (41 min.), son., color. Legendado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LtAdo_Jp_Pk&list=LL&index=3&ab_channel=S%C3%B4niaAssis. Acesso em: 05 abr. 2021
- SILVA, Tatiane Regina da. **GEOGRAFIA E PENSAMENTO DECOLONIAL: um diálogo necessário**. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29285/4/GeografiaPensamentoDecoloniaI.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Quilombos do Brasil e a singularidade de Palmares.**

Belo Horizonte: Mazza Edições, s/d.

SOUSA, Ricardo Costa de. Ensino de história: memórias de mestres griôs em comunidades quilombolas. **Cadernos de Pós-Graduação**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 164-182, jan. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/10411/6938>. Acesso em: 05 fev. 2021.

THEODORO, Helena. Mulher Negra, Cultura e Identidade. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Guerreiras de Natureza**. São Paulo: Selo Negro, 2014. p. 85 - 95.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 384 p.

UNESCO. **História Geral da África, VI: a África do século XIX à década de 1880**.

Brasília: Comitê Científico Internacional da Unesco, 2010. 1032 p. Disponível em:

<https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2020/08/Historia-Geral-da-AfricaVol-VI-Africa-Sec-XIX-ate-1880.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021

ZIRIGANGA. Direção de Sônia Assis. Belo Horizonte: Genesco Alves e Sônia Assis, 2019. (41 min.), son., color. Legendado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LtAdo_Jp_Pk&list=LL&index=3&ab_channel=S%C3%B4niaAssis. Acesso em: 05 abr. 2021.

ANEXOS

Roteiro de Entrevista

Identificação

Idade:

Qual é o seu grau de escolaridade?

E a sua profissão?

Você nasceu e cresceu na comunidade?

Me conte um pouco de sua história?

Uma análise entre as relações sociais e espaciais

Por se tratar de uma comunidade consideravelmente grande, como vocês se organizam para estabelecer uma comunicação? Para tratar de atividades, festas, celebrações, missas, etc.

Descreva um pouco sobre como você enxerga a relação entre os membros da comunidade?

Ocorreram mudanças muito significativas com o passar do tempo? Cite algumas?

Quais são os pontos positivos e negativos que você identifica por causa dessas mudanças entre essas relações?

Essas mudanças podem ter relação com fatores externos a comunidade?

Já aconteceu alguma situação em que o pessoal da comunidade foi pressionado a sair daqui?

Pensando nesse tipo de situação, além dos prejuízos econômicos que essa mudança obrigatória traria, você considera que isso provocaria um certo tipo de enfraquecimento da comunidade?

Quais são as mudanças em termos de construções e objetos físicos você consegue citar como mais significativos para os (as) quilombolas, dentro do município de Ribeirão das Neves/MG? Isso pode ser tanto em um sentido negativo, quanto positivo.

Também temos consciência que o pessoal da comunidade vem desenvolvendo há um tempo atividades de ofício utilizando dos conhecimentos da cultura quilombola para gerar renda. Como surgiu essa ideia?

Podemos afirmar que essa iniciativa que vocês tomaram promove não somente a geração de renda, mas também estimula o conhecimento sobre o quilombo?

Você poderia me contar como é a relação entre o pessoal do quilombo com: os vizinhos que não são quilombolas? E com o poder público? Existem conflitos ou a comunicação é agradável?

Compreendendo os aspectos culturais

Você consegue me dizer quando foram as primeiras manifestações culturais feitas na comunidade? Através da história oral, me conte os relatos que seus antepassados contavam das festas mais antigas?

Para você, enquanto quilombola, o que significa a cultura quilombola? Quais são os aspectos que tornam ela mais particular?

Até que ponto você poderia me dizer que a cultura quilombola tem influência na sua vida?

Assumir essa identidade quilombola traz quais implicações para você, atualmente na sociedade brasileira?

Pensando no tratamento do restante da sociedade com vocês da comunidade, quando comparado com os relatos do pessoal mais antigo daqui o que mudou de uns anos pra cá?

Acompanhando os relatos de vocês sobre os diversos atos de vandalismo que são praticados contra a comunidade, gostaria de saber mais detalhes se possível, como quantas vezes aconteceram, houveram quantas denúncias e qual foi o posicionamento do poder público?

Além da destruição de patrimônio, já aconteceu alguma outra situação em que o grupo, ou até casos particulares, em que se sentiram constrangidos pelo fato de estarem celebrando ou realizando alguma atividade, ou pelo fato de apenas serem quilombolas e/ou pretos?

Posso te pedir para trazer num próximo encontro alguma música ou oração da comunidade que represente um fato ou acontecimento histórico e me explique o motivo da escolha e a importância disso para a representação da identidade quilombola?

Construindo uma nova perspectiva

Como sou pesquisadora acredito que uma melhora na educação pública teria um retorno muito positivo para a população em geral? Você concorda com isso?

Caso concorde, pensando agora na situação deste quilombo em particular, em quais aspectos essas mudanças na educação formal melhorariam na vida do pessoal da comunidade?

Você consegue me dizer quais são as escolas que atendem a comunidade?

Os moradores daqui se vêem contemplados no que é ensinado nas disciplinas ofertadas pelas escolas?

Quais pontos deveriam ser criados ou melhorados nos diálogos entre escolas e a comunidade?

Além da educação, quais são os outros pontos que podem ser trabalhados para trazer benefícios para a relação entre os quilombolas e a comunidade?

E qual(is) outro(s) ponto(s) podemos pensar, em um período de curto, médio e longo prazo, para melhorar as condições de vida dos quilombolas?